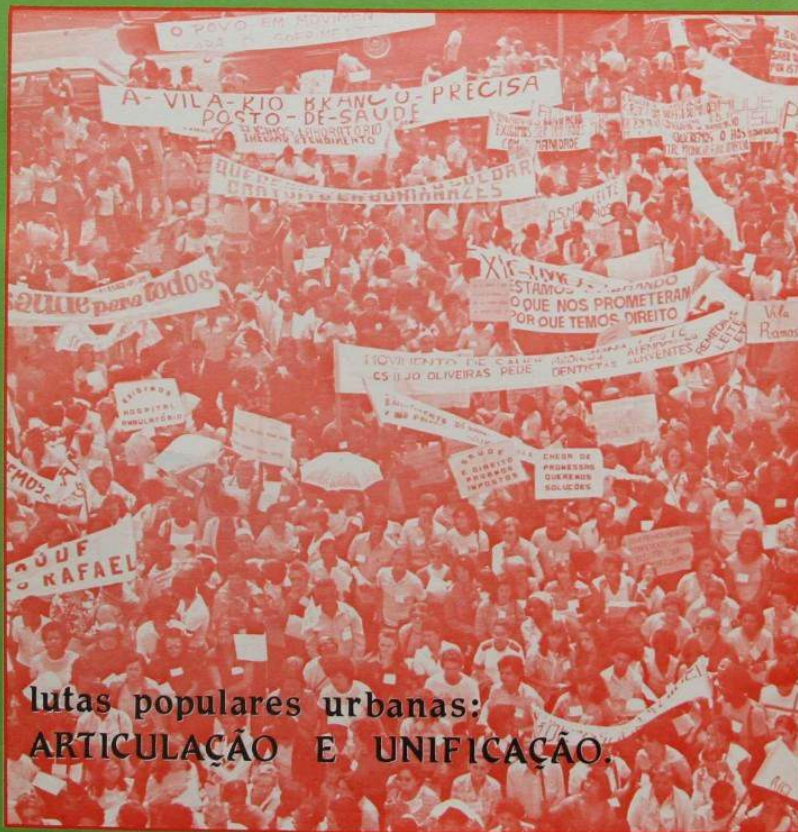


MOVIMENTO POPULAR

abril 89

nº 01



lutas populares urbanas:
ARTICULAÇÃO E UNIFICAÇÃO.

Polis

CPV

EXPEDIENTE

EDIÇÃO: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Pólis
Av. São Gabriel, 555, cj. 109-110 - 1º andar
São Paulo - SP - CEP 01435
fone (011) 282 3687

CPV
Rua Vergueiro, 7290
São Paulo - SP - CEP 04272
fone (011) 273 6533 e 273 9322

EQUIPE RESPONSÁVEL: Nazareno Stanislaw Affonso (Pólis)
Sílvio Caccia Bava (Pólis)
Equipe do CPV

**PROJETO GRÁFICO, COMPOSIÇÃO,
DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL:** CPV

PAST-UP: Luiz Eduardo Troger

CAPA: Alexandra Reschke

FOTO CAPA: Douglas Mansur

REVISÃO DE TEXTO: Herta Pitner

REVISÃO FINAL: CPV e Pólis

DISTRIBUIÇÃO E CONTATO: CPV
Cx. Postal 42.761
São Paulo - SP - CEP 04299
fone (011) 273 6533

APRESENTAÇÃO

“Movimento Popular” surge como um instrumento de promoção do debate acerca das experiências das lutas populares urbanas. Pretende ser uma revista pluralista, capaz de expressar as mais diversas correntes de pensamento presentes nos movimentos populares. Privilegiará as experiências voltadas à ampliação e politização destes movimentos.

Esta revista surge em uma nova conjuntura política, onde se modificaram as regras do jogo e os movimentos populares passam a enfrentar desafios colocados pelas novas formas de relação do Estado com os setores populares organizados.

As respostas geradas a partir dos movimentos, no entanto, permanecem muito próximas daquelas do período da ditadura militar. São práticas de resistência, movimentos reivindicatórios, formas de pressão que se baseiam fundamentalmente na ação direta e tem um caráter defensivo.

Em meio a este padrão dominante de comportamento dos setores populares organizados, surgem experiências que apontam para a articulação de lutas pontuais, que expressam reivindicações distintas entre si mas se reúnem em organismos colegiados de representação.

Em mais de 10 estados do Brasil já existem federações municipais e estaduais que reúnem associações de moradores, entidades e movimentos populares. Entre elas destacam-se a FRACAB, no Rio Grande do Sul, e a FAMERJ, no Rio de Janeiro.

A experiência acumulada dos movimentos populares desde os anos 70 fornece as bases para que se amadureçam propostas e se consolidem organizações populares a nível municipal, estadual e nacional. Essas articulações se dão tanto a nível específico (saúde, habitação, terra urbana, transporte) como através de federações que congregam associações de moradores e que vão rompendo com o estilo clientelista e populista tradicionais.

“Movimento Popular” pretende discutir as experiências de luta, os caminhos trilhados pelos movimentos populares nesta nova conjuntura de redemocratização. Pretende reunir as opiniões das lideranças dos movimentos mais expressivos, dos partidos políticos e dos intelectuais que trabalham com o tema.

Uma das questões mais importantes hoje no campo das lutas populares urbanas é a questão da unificação das entidades e movimentos populares a nível nacional. É possível se criar uma entidade nacional? O que ela representará? Que importância pode ter para o fortalecimento e politização dos movimentos populares? Esse é o tema do primeiro número de “Movimento Popular”.

Com relação a articulação geral do movimento popular a nível nacional estão em andamento três iniciativas que podem ou não convergir em uma única direção e que articulam em boa parte, segmentos diferenciados da so-

cidade civil. São elas, a CONAM, as propostas da Central de Movimentos Populares e da Reforma Urbana.

A CONAM como entidade que congrega parte das federações estaduais e municipais de associações de moradores tem tido uma prática bastante contraditória, principalmente, pela sua relação com a Secretaria de Ação Comunitária do Governo Federal. A discussão sobre a prática e importância da CONAM se amplia no interior do movimento popular pela proximidade de seu IV Congresso em 1989.

A Central de Movimentos Populares é uma proposta da ANAMPOS que visa articular o conjunto do movimento popular e não só as associações de moradores, numa perspectiva claramente independente do Estado e dos partidos.

A elaboração da emenda popular de Reforma Urbana entregue na Constituinte terminou por articular Sindicatos, Associações de Profissionais Liberais, entidades do movimento popular a Universidade e Institutos de Pesquisa. Essa proposta continua a ser gestada por esses segmentos, sendo encaminhada prioritariamente, a nível nacional, pela Articulação Nacional do Solo Urbano - ANSUR, como proposta unificadora dos interesses populares para as Constituintes Estaduais, Leis ordinárias e Leis Orgânicas municipais, bem como para a articulação de uma ampla campanha nacional pela Reforma Urbana.

Para discutir principalmente essas três iniciativas de articulações nacionais, entrevistamos as entidades que encarnam prioritariamente cada uma das três iniciativas - CONAM, ANAMPOS (Central de Movimentos Populares) e ANSUR (Reforma Urbana). Fomos também colher o posicionamento das federações estaduais e união de moradores (FAMERJ, FRACAB e União das Comunidades de Fortaleza), dos partidos políticos engajados nas lutas populares e da entidade de assessoria a FASE (PT, PCB, PC do B) sobre a unificação das lutas populares.

Buscando polemizar essas questões "Movimento Popular" organizou um debate onde militantes e intelectuais discutem as questões que envolvem a criação de articulações nacionais das lutas populares.

Com esse conteúdo CPV e o PÓLIS lançam, após um ano de trabalho, este primeiro número da revista "Movimento Popular" com o intuito de contribuir no urgente debate sobre as lutas populares urbanas e seus caminhos na nova conjuntura política.

CPV

PÓLIS

Março de 1989

ÍNDICE

ENTREVISTAS

RUMO À CENTRAL DOS MOVIMENTO POPULARES	07
<i>Pedro Pontual - ANAMPOS</i>	
CONGREGANDO FEDERAÇÕES ESTADUAIS	16
<i>João Bosco - CONAM</i>	
CONGREGAR AS LUTAS E UNIR LIDERANÇAS	26
<i>Hélio Ricardo Leite Porto - FAMERJ</i>	
MOVIMENTO COMUNITÁRIO NO RIO GRANDE	35
<i>Cláudio Ney de Matos - FRACAB</i>	
ARTICULANDO AS COMUNIDADES DE FORTALEZA	39
<i>Vilani de Souza Oliveira</i>	
... "UMA AVALANCHE DE OCUPAÇÕES DE TERRA"	46
<i>Luiz Paulo Teixeira Ferreira - ANSUR</i>	
ASSESSORANDO O MOVIMENTO POPULAR	53
<i>Jorge Eduardo Saavedra Durão - FASE</i>	
PT E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO POPULAR	56
<i>Eurides Luiz Mescoloto</i>	
CAMINHOS DA UNIFICAÇÃO DAS LUTAS	60
<i>Aldo Rebelo - PC do B</i>	
PCB E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	64
<i>Antonio Resk</i>	

DEBATE

ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR: UM DESAFIO	70
---	----

*Silvio Caccia Bava • Ermínia Maricato
Fernando Altemeyer Jr. • Teresa Belda
Mária da Glória Gohn • Rosângela Dias Oliveira da Paz
Teresa Lajolo • Moisés Basílio Leal
Nazareno Stanislaw Affonso • Pedro Roberto Jacobi
Ana Maria Doimo • Clóvis Granado*

Rumo à Central de Movimentos Populares

M.P. - Como se tornou possível a constituição da entidade? Faça um rápido histórico dela.

(*) **Pedro Pontual** - A ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais, foi constituída no final de 1979, início de 1980, tendo como marco fundamental o encontro que ficou conhecido como Encontro de João Monlevade, quando companheiros do Movimento Popular, do Movimento Sindical, do campo e da cidade, se reuniram para discutir quais seriam os princípios, as linhas de atuação e trocar experiências dos movimentos sindical e popular combativos que os diferenciavam de um tipo de prática vanguardista de algumas organizações de esquerda. Esses companheiros se reuniram então para definir, para demarcar uma linha de atuação para os movimentos sindical e popular combativos, organizados a partir de uma ligação e comprometimento com a necessidade da construção de uma direção política dos trabalhadores para a sociedade brasileira. Por quê, naquela altura, isso se fazia necessário? Vivia-se o final de 1979, início de 80, um momento onde todos movimentos de resistência passam a ter uma expressão política mais ampla. Passam então a se confrontar, dentro do Movimento Popular, diferentes propostas e linhas de atuação.

Em 1980, ocorreu a greve de quarenta dias em São Bernardo do Campo. É interessante demarcar que, nessa greve, há uma primeira aproximação entre alguns companheiros para a articulação da ANAMPOS. A greve de 1980 em São Bernardo demarca, neste aspecto, uma diferença bastante clara, fundamentada, basicamente, no comportamento dos seus dirigentes. Os companheiros Arnaldo Gonçalves e Hugo Peres, inicialmente da CONCLAT e que mais tarde vieram a constituir a CGT, defenderam durante essa greve uma postura de conciliação, uma postura de negociação por cima dos interesses da classe trabalhadora. Tal atitude se tornou incompatível com os princípios defendidos pelos sindicatos combativos, democráticos, construídos a partir da defesa dos legítimos interesses da classe trabalhadora, um dos quais seria que toda negociação deve partir das lutas concretas dos trabalhadores. Sucede-se, então, uma série de encontros, sempre com companheiros do Movimento Sindical e do Movimento Popular. Desse encontros saiu o princípio básico da ANAMPOS; estudar as diferentes formas de articulação do Movimento Popular e Sindical, do campo e da cidade.

ANAMPOS E A CUT

A partir desses encontros, caminhamos para um processo de discussão do que seria a construção de uma Central do Movimento Sindical. Esse processo envolveu também os companheiros do Movimento Popular e a gente acha importante resgatá-lo historicamente, pois ele vai culminar com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. É importante o papel que a ANAMPOS jogou no próprio processo de construção da CUT, na medida em que ela constituiu um fórum de discussão, de troca de experiências e mesmo de articulação. Inicialmente alguns companheiros realizaram conjuntamente

A Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais - ANAMPOS, constituída em 1980, teve participação decisiva na criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Formada a CUT, a ANAMPOS passa a ser um fórum de companheiros que hoje trabalham pela criação de uma Central de Movimentos Populares ampla, democrática e autônoma e que venha a ser um instrumento real e concreto de unificação e articulação do Movimento Popular a nível nacional.

(*) Pedro Pontual - ANAMPOS
novembro de 1987

... Construída a CUT, ficou a pergunta no ar: a partir daí, qual seria o papel da ANAMPOS?



o 1º CONCLAT em Praia Grande; depois, em consequência do processo de divisão presente no Movimento Sindical, vieram a formar o que conhecemos hoje como Central Única dos Trabalhadores. Em 1983, quando faltava um mês e meio para a realização de um Congresso unificado, os companheiros da CONCLAT, hoje CGT, desistiram de sua realização. Acreditamos que a existência de uma articulação como a ANAMPOS propiciou que, no prazo de apenas vinte dias, pudéssemos, mesmo com a ausência dos companheiros da CONCLAT, realizar o Congresso e fundar a Central Única dos Trabalhadores.

ANAMPOS E O MOVIMENTO POPULAR

Construída a CUT, ficou a pergunta no ar: a partir daí, qual seria o papel da ANAMPOS? Na medida em que havia a preocupação com uma articulação do Movimento Popular com o Sindical, ficou claro que, constituída a Central Única dos Trabalhadores, restava uma grande tarefa para a ANAMPOS: a discussão sobre o tipo de articulação que poderia aglutinar, unificar e contribuir para que a vasta rede de Movimentos Populares, que a gente tem no país inteiro, tivesse um canal de expressão política e articulação unificados. Praticamente desde maio de 1984 reuniram-se os companheiros de diversos Estados que iniciaram a ANAMPOS discutindo sobre qual seria e como se daria a criação de um instrumento de articulação nacional, de unificação nacional de Movimentos Populares.

Desde o início a ANAMPOS vem funcionando como uma articulação de pessoas, de companheiros comprometidos com uma certa linha de atuação, com certos princípios de atuação no Movimento Popular e Sindical procurando estabelecer uma relação com os Movimentos Populares com suas entidades e ainda com entidades do Movimento Sindical e sempre se pautando pelo respeito à autonomia dessas entidades. Ou seja, a ANAMPOS não delibera questões para o Movimento Sindical e Popular, ela é um fórum de discussão, de troca de experiências, de um conjunto de companheiros que procuram ali discutir linhas gerais de atuação, de intervenção no Movimento Sindical e Popular. Depois, em suas entidades, eles colocam propostas, que acreditam as mais corretas, respeitando entretanto, as decisões das instâncias do movimento. É importante esclarecer que, após a construção da CUT, a partir de 1984, a ANAMPOS tem se voltado fundamentalmente para a discussão da unificação e articulação do Movimento Popular. Isto porque, na medida em que a Central Única dos Trabalhadores está constituída, a energia dos companheiros sindicalistas deve estar voltada para a sua consolidação, cabendo aos demais companheiros garantir a discussão sobre o Movimento Popular.

M.P. - Qual é a estrutura de organização da ANAMPOS?

Pedro Pontual - A ANAMPOS tem uma coordenação composta atualmente, por um representante eleito pelos companheiros em cada Estado. Por exemplo, estavam presentes, no último encontro nacional realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1987, companheiros de dezoito Estados. Cada Estado indica um companheiro que compõe a coordenação nacional que discute as linhas de atuação, as propostas, os planos de trabalho. Há uma Secretaria Nacional com sede em Vitória e dois companheiros são encarregados da estruturação da articulação da ANAMPOS a nível nacional.

Desde o início, a ANAMPOS tem funcionado fundamentalmente a partir das discussões que se realizam nos Estados, sendo sua perspectiva a nível nacional, discutida inicialmente em cada Estado. Todos os encontros nacionais são fruto de um longo processo de preparação. Recordo de poucos mo-

mentos em que se utilizou a votação durante os encontros. A ANAMPOS procura pautar-se pelo consenso, abrindo um amplo processo de discussão e esse procedimento faz com que o mecanismo de votação seja pouco utilizado.

M.P. - Como a ANAMPOS se relaciona com os partidos políticos?

Pedro Pontual - Desde o início, considerou-se que a ANAMPOS deveria preservar sua autonomia em relação aos partidos políticos. É importante esclarecer o que entendemos por autonomia. Autonomia, no caso, significa o seguinte: na medida em que a ANAMPOS é um fórum de atuação, de troca de experiências entre companheiros que participam de práticas semelhantes e que possuem uma mesma concepção sobre a atuação no Movimento Popular e Sindical, a união entre esses companheiros independe das suas opções partidárias. Essas opções devem ser respeitadas e valorizadas pois acreditamos que estimulamos assim a compreensão sobre a importância dessa participação em partidos políticos enquanto ferramenta fundamental para a construção de uma direção política para a classe dos trabalhadores. No entanto, a ANAMPOS, enquanto articulação, preserva seu caráter apartidário, ou seja, existem dentro da entidade companheiros com diferentes opções partidárias.

M.P. - Quais os critérios para se participar desta articulação?

Pedro Pontual - O critério é o convite a àqueles que aceitam os princípios de atuação no movimento, expressos nos diferentes documentos da ANAMPOS desde o encontro de João Monlevade, que são os princípios de uma atuação comprometida com a construção de um Movimento Popular combativo.

M.P. - Como a ANAMPOS vê a relação entre Movimento Populares e o Estado?

Pedro Pontual - A relação entre Movimento Popular e o Estado é, talvez, a questão central colocada para os Movimentos Populares, uma vez que suas lutas concretas se configuram como pólo de enfrentamento do Estado. O Estado entendido como um instrumento dos interesses da classe dominante. Na verdade, percebemos que o Estado da chamada Nova República aperfeiçoou os seus mecanismos de dominação e enfrentamento dos movimentos populares. Vimos notando, antes mesmo da constituição da chamada Nova República, a partir do processo de transição incluindo o papel desempenhado pelo PMDB desde 1982, em São Paulo, uma mudança na estratégia e tática do Estado em relação aos Movimentos Populares. Atualmente, o Estado demonstra uma perspectiva de dominação e controle de determinados Movimentos Populares enquanto que, durante o regime militar, o tratamento conferido por ele aos Movimentos Populares era fundamentalmente repressivo e excludente, pautando-se praticamente pelo não atendimento de qualquer reivindicação, pelo não estabelecimento de qualquer forma de diálogo. A paratuir de 1982, o Estado procura combinar repressão e cooptação. O que isso significa? Basicamente que as formas de controle e dominação dos Movimentos Populares foram aperfeiçoadas e, em nome de um discurso participativo, buscam dividir-os atendendo particularmente algumas reivindicações. Por outro lado, assiste-se a um processo de cooptação de várias das suas lideranças através da oferta de empregos e cargos no Estado etc.

Um discurso muito comum entre os vários administradores regionais em São Paulo é o seguinte: nós só dialogamos com entidades reconhecidas e convidamos essas entidades reconhecidas a fazer parte do conselho de admi-

... acreditamos ser fundamental, neste momento, para o momento popular, superar os limites das lutas localizadas.



... não podemos cair numa rejeição, cortando qualquer relação com o Estado, nem numa aceitação ingênua de todo e qualquer tipo de convite de participação...



nistração, da gestão do Estado. Isso, na verdade, tem como objetivo o descredenciamento das comissões de moradores, da coordenação de movimentos que não se constituem como entidades mas que são a parcela mais combativa e vigorosa do Movimento Popular. Há todo um conjunto de estratégias e táticas no sentido de desmobilizar e buscar cooptar todo o Movimento Popular, embora em determinados momentos, quando essas medidas não são bem sucedidas, se utilize a repressão, como no caso das ocupações na zona leste de São Paulo, onde foi colocado em questão o tema da propriedade da terra em que todas as tentativas de cooptação não foram bem sucedidas dado o vigor desse movimento e, aí sim, a repressão volta a ser utilizada.

Sintetizando, houve sim mudança de estratégia e tática, onde permanece a dominação como no regime militar e onde houve uma sofisticação, um aperfeiçoamento das formas de dominação que tem contribuído para uma maior atomização que implica uma série de dificuldades para o movimento.

M.P. - Qual a tática que a ANAMPOS adota nessa conjuntura?

Pedro Pontual - É exatamente por causa das táticas de desmobilização, de cooptação, de pulverização dos Movimentos Populares que acreditamos ser fundamental, neste momento, para o Movimento Popular, superar os limites das lutas localizadas. Isto significa, em primeiro lugar, discutir pontos concretos de unificação dos movimentos, seja por setor ou instância - municipal, estadual, nacional, seja a nível dos vários movimentos de saúde, transporte, emprego, creche, educação etc, buscando-se uma plataforma comum de luta.

Acreditamos que, para levar à frente este processo de unidade em torno de determinadas bandeiras de luta, é preciso criar uma entidade a nível nacional que expresse politicamente esta plataforma de lutas. No nosso modo de entender, este instrumento seria a Central de Movimentos Populares.

M.P. - Ainda neste ponto de vista tático, como você avalia essa cooptação, esse convite para o Movimento Popular atuar dentro do próprio Estado? E a abertura de alguns setores do Estado beneficia o movimento? Em alguns casos, deve participar do aparelho do Estado ou não? Ou depende da situação? Por exemplo, existem conselhos de transporte, o movimento deve ou não se integrar a esses aparelhos?

Pedro Pontual - Em relação a esta questão, precisamos analisar bem cada caso em particular, já que não podemos cair numa rejeição, cortando qualquer relação com o Estado, nem numa aceitação ingênua de todo e qualquer tipo de convite de participação nos governos dos Estados. O critério fundamental é combinar, quando for possível, uma participação em parcelas do aparelho do Estado sem nunca aceitar que este tipo de participação venha em detrimento da construção dos organismos próprios do movimento. É até possível se aceitar uma participação no conselho de transporte, mas é fundamental manter a organização do movimento de transporte. Que o companheiro que vai participar do conselho de transporte seja delegado de um movimento que tem organização própria, estrutura própria.

M.P. - Então, como a ANAMPOS avalia o desempenho da CONAM?

Pedro Pontual - É importante remontar um pouco a história para entender porque a gente não reconhece a representatividade da CONAM como este instrumento de articulação dos Movimentos Populares a nível nacional. A CONAM foi fundada a partir de um Congresso realizado no Estádio do Pacaembu em 1982, às vésperas do processo eleitoral, com a evidente perspectiva de ser um braço eleitoral, uma força de sustentação da Nova República

junto ao Movimento Popular. A visão que nós temos hoje da CONAM é que ela cumpre para o Movimento Popular exatamente o papel que a CGT cumpre para o Movimento Sindical - ser correa de transmissão da política da Nova República. E, para garantir esses caráter definido na sua fundação, a CONAM, nos seus congressos, nos seus encontros, tem se pautado por métodos anti-democráticos, autoritários, excluindo a participação de uma série de setores do Movimento Popular. Esses métodos, essa exclusão, são incompatíveis com todos os princípios que a gente vem defendendo em termos da ANAMPOS.

Em terceiro lugar, a CONAM concebe a articulação nacional dos Movimentos Populares exclusivamente a partir de entidades de associações de moradores, o que, de acordo com nossos entendimentos, estreita o vasto campo das organizações populares que inclui uma série de outros movimentos além das associações de moradores. Analisando, por exemplo, a situação dos Movimentos Populares aqui em São Paulo, podemos notar que o peso político do movimento de Saúde da zona leste, da articulação do movimento por transportes, da articulação do movimento por ocupações de terras não se expressa e não passa necessariamente por entidades ou associações de moradores. Como podemos pensar numa entidade nacional de Movimentos Populares que aglutine esses movimentos?

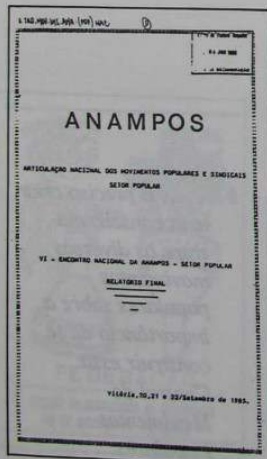
Em síntese, exatamente por esse caráter eleitoral, comprometido com os interesses das forças que sustentam o regime, a CONAM perde representatividade junto às bases do Movimento Popular. Se você perguntar aí num bairro ou em diversos movimentos, notará que dificilmente as pessoas ouviram falar na existência da CONAM. Isto significa que o argumento que muitos companheiros utilizam para construir uma outra central de Movimentos Populares - mesmo com a existência da CONAM - fica relativizado. Afinal, a CONAM existe para quem? É necessário construir um instrumento de articulação e unificação dos Movimentos Populares que seja coerente com os princípios e táticas de atuação desses Movimentos Populares. Que seja combativo e tenha caráter nacional. E por isso nós estamos defendendo que o Movimento Popular se reúna, se congregue em torno de uma Central de Movimentos Populares.

M.P. - Quais os passos que a ANAMPOS avalia que teriam que ser dados para a constituição dessa Central de Movimentos Populares?

Pedro Pontual - O passo fundamental seria garantir que as discussões sobre a necessidade de criação de uma Central dos Movimentos Populares fosse a mais ampla e democrática possível. Isso significa o seguinte: os companheiros reunidos em torno da articulação da ANAMPOS vem estimulando dentro de suas entidades, dentro do movimento que eles representam, essa discussão - a nível de cada bairro, de cada município, de cada Estado e região. No último encontro nacional, inclusive, definimos um certo cronograma para o ano de 1988, dedicado fundamentalmente ao fortalecimento dessa discussão nos Estados e municípios. É preciso criar uma consciência entre os diversos Movimentos Populares sobre a importância de se construir essa Central de Movimentos Populares para que no início de 1989 voltemos a convocar um encontro, ainda mais amplo e representativo, que já reúna pessoas, e principalmente entidades e movimentos, para discutir como seria a Central de Movimentos Populares. Também nesse processo de discussão de 1988, acreditamos que ficarão mais claras algumas questões fundamentais para a constituição dessa Central de Movimentos Populares. Quais os Movimentos Populares que deveriam nela estar representados? Como seria sua

... É preciso criar uma consciência entre os diversos movimentos populares sobre a importância de se construir essa Central de Movimentos Populares...

... Estamos buscando uma forma para que esses movimentos populares possam se constituir numa força política efetiva.



forma de representação? Como seria a relação entre o Movimento Popular e o Movimento Sindical? Enfim, uma série de questões que devem ser amadurecidas. No entanto, acreditamos também que essa Central de Movimentos Populares, sua acumulação de forças, supõe uma unificação concreta das lutas do Movimento Popular. Não podemos pensar em construir uma Central de Movimentos Populares exclusivamente a partir de um processo de discussão. É preciso caminhar no sentido de encontrar pontos, plataformas comuns de lutas dos diversos movimentos, seja a nível municipal, estadual ou nacional; que se possa ir constituindo um amplo movimento no bojo desse processo de luta e que se coloque a necessidade imperiosa dessa Central.

M.P. - Na própria origem a ANAMPOS, você disse, tinha dois setores. Entre eles, um setor sindical que encaminhou e construiu a CUT. Agora, como é que vocês da ANAMPOS vêm essa questão dos Movimentos Populares? Tem gente que coloca que o setor sindical se unifica porque tem uma especificidade muito particular. Já o Movimento Popular é constituído por uma gama muito variada de movimentos, diferentes entre si, dispersos em vários tipos de reivindicações, de demandas. Teria algum ponto que unificasse esses movimentos?

Pedro Pontual - É muito importante essa questão e ela tem vários desdobramentos. Desde o início, acreditamos na importância de se pensar na construção de uma sociedade com direção dos trabalhadores, na questão da articulação dos Movimentos Populares, Movimento Sindical e do partido político. O que é mais específico da ANAMPOS é que ela articula o Movimento Popular com o Movimento Sindical, e lembrando as experiências, particularmente nas greves de 78, 79 e 80, constatamos que foi muito fecunda nos bairros essa relação com o Movimento Sindical. Esta relação se deu através de greves, campanhas salariais, e o Movimento Popular procurou atuar como apoio, na retaguarda dessas lutas. Ultimamente a gente tem deixado para trás essa experiência histórica que foi muito rica, tanto para o Movimento Sindical - na medida em que o amplo apoio de setores dos bairros populares às suas greves significou a possibilidade de acumular mais força - quanto para o Movimento Popular pois contribuiu para a percepção do caráter de luta de classes dos Movimentos Populares.

Um segundo aspecto que eu queria comentar é que nesse processo todo de discussão da ANAMPOS, fomos vendo que, se de um lado há pontos comuns da luta sindical com o Movimento Popular, percebemos também que a composição, dinâmica, o ritmo, a diversidade do Movimento Popular implica numa maior complexidade que a verificada no Movimento Sindical. O processo de articulação da Central de Movimentos Populares, portanto, está sendo mais complicado do que o da discussão e criação de uma central para o Movimento Sindical. Estamos discutindo, por exemplo, o conceito de Movimento Popular, quais os movimentos que poderiam estar articulados numa Central de Movimento Populares, como estabelecer uma plataforma de lutas a nível nacional, e o problema da relação do Movimento Popular com o poder local. Há a possibilidade de termos algumas bandeiras de luta comuns que unifiquem os Movimentos Populares, para além de suas reivindicações específicas. Vale a pena resgatar a experiência histórica do Movimento do Custo de Vida. Foi um movimento que articulou uma série de movimentos que tinham reivindicações específicas, em torno de algumas bandeiras comuns de luta.

Por fim, exatamente por causa dessa complexidade, dinâmica própria, diversidade, é que acreditamos não ser correta a posição que tem sido defendi-

da por alguns companheiros de que o Movimento Sindical, ou mais especificamente a CUT, deveria ser a instância de organização dos Movimentos Populares. Para dar conta dessa complexidade, dessa diversidade dos Movimentos Populares, é preciso que eles criem os seus instrumentos próprios de unificação, de articulação de lutas que, certamente, deverão estar sintonizados politicamente com as lutas da Central Única dos Trabalhadores, mas que deverá se traduzir numa independência orgânica.

M.P. - Em relação aos Movimentos Populares, vocês têm recorrido a experiências de outros países? E, introduzindo outro assunto, como vocês vêm o papel dos Movimentos Populares na estratégia de transformação da sociedade brasileira?

Pedro Pontual - Na verdade, no que se refere à questão da Central de Movimentos Populares, nossa discussão tem sido feita a partir dos problemas concretos enfrentados pelos Movimentos Populares na realidade brasileira. Acreditamos que essa experiência deve partir de uma análise concreta da nossa situação. Isso não significa que a gente não deva conhecer algumas outras experiências, particularmente a nível de América Latina. Estamos fazendo um esforço para isso, entrando em contato com companheiros de outros países para tentar ver um pouco como é que tem sido a experiência de articulação dos Movimentos Populares. Podemos citar o contato com a CO-NAMUP do México - Coordenação Nacional de Movimentos Urbanos, que já tem praticamente cinco anos de existência e reúne um grande número de Movimentos Populares. Parece que há uma experiência se iniciando na Colômbia e também no Chile, no sentido de unificar os Movimentos Sindical e Popular. É importante resgatar essas experiências, assimilar os seus ensinamentos e, observar que apesar das conjunturas políticas um pouco diferentes, o marco estrutural é o mesmo. É importante resgatar essas experiências, mas tendo consciência que vamos ter que buscar o nosso próprio caminho.

Sobre a questão de qual é o papel estratégico do Movimento Popular para a transformação da sociedade, na medida em que ele reúne amplos setores de grupos e classes populares em torno de reivindicações concretas, de melhoria de condições de vida, fundamentalmente ligadas à questão da conquista dos direitos sociais, ele joga um papel muito importante, particularmente numa estrutura capitalista com as características do Brasil. A política do Estado é encaminhada no sentido de excluir, de retirar as conquistas sociais para favorecer o desenvolvimento do capitalismo fortemente concentrador, super explorador da força de trabalho. Numa estrutura como essa, os Movimentos Populares adquirem uma dimensão política bastante forte na medida em que eles se confrontam com o Estado, que aparece então muito claramente como representante dos interesses da classe dominante. No entanto, temos consciência de que esse potencial tem suas limitações na medida em que os Movimentos Populares se constituem, fundamentalmente, para obter melhores condições de vida, em torno de reivindicações imediatas. Esta é a sua fraqueza. Por isso, quando se pensa no caráter estratégico do Movimento Popular para a transformação da sociedade, só conseguimos vislumbrar sua articulação com o Movimento Sindical e com os partidos políticos. A sua riqueza se traduz na sua especificidade, mas também na sua articulação com esses outros instrumentos necessários para a construção de uma sociedade dirigida pelos trabalhadores.

M.P. - Quais seriam as dificuldades das articulações levadas a termo pela ANAMPOS?

Pedro Pontual - Fundamentalmente, as dificuldades não são exclusivas ou



... Acreditamos que os momentos eleitorais poderiam significar momentos bastante ricos na politização dos movimentos populares.

... Os momentos eleitorais não têm sido pensados a partir dos próprios movimentos.

próprias da ANAMPOS. São dificuldades sentidas por todos aqueles que militam nos Movimentos Populares em geral. Apesar da sua amplitude e do grande número de pessoas envolvidas, não se consegue, ainda hoje, uma expressão política suficiente e acumular forças para apresentar uma alternativa real às políticas provindas do Estado, particularmente no que se refere à destinação e distribuição dos recursos públicos. Como, então, esses movimentos poderão questionar essas políticas do Estado? Ainda é bastante baixo o nível de politização dos movimentos e é diante desse quadro de baixa politização, de atomização, de dispersão que se torna cada vez mais necessário reunir esses movimentos em torno de lutas comuns, num processo de troca de experiências, de discussão das suas necessidades. Estamos buscando uma forma para que esses Movimentos Populares possam se constituir numa força política efetiva. Nesse sentido, modestamente, a ANAMPOS tem dado a sua contribuição para outros companheiros que também têm se preocupado com a questão de como reunir mais e fortalecer Movimentos Populares. Outra dificuldade tem sido a de que nem todos os companheiros hoje reunidos, por exemplo, na luta sindical, têm se dado conta da importância que têm os movimentos populares. Esperamos que esses companheiros se dediquem também um pouco mais à discussão e às questões do Movimento Popular. Eu acho que, se pensarmos no processo de transformação da sociedade, veremos que ele passa, necessariamente, pela articulação do Movimento Popular, do Movimento Sindical e do partido. É importante que os companheiros que estejam trabalhando em qualquer uma dessas esferas discutam esse conjunto. Se estão na luta sindical, é só na luta sindical; se estão no partido, é só no partido. Essa visão setorializada não contribui para o desenvolvimento, para o crescimento dessas três esferas que devem estar articuladas no processo de transformação da sociedade.

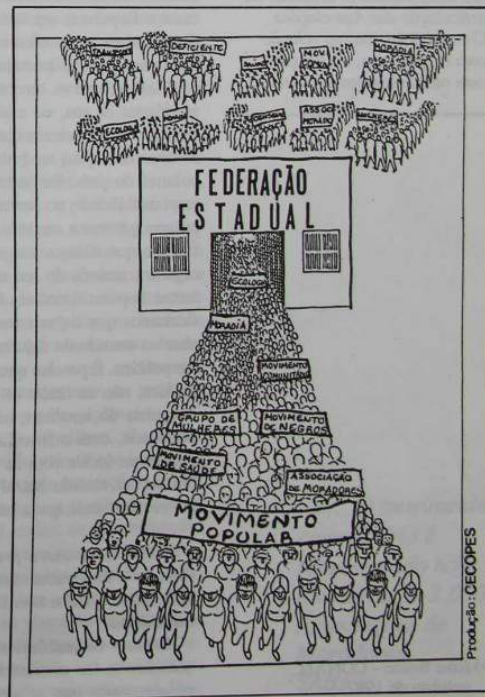
M.P. - Como a ANAMPOS vê a participação dos Movimentos Populares nos processos eleitorais?

Pedro Pontual - Essa é uma questão bastante complexa porque coloca um pouco, para a gente, uma contradição entre o potencial desses momentos eleitorais para os Movimentos Populares e o que eles têm sido de fato. Acreditamos que os momentos eleitorais poderiam significar momentos bastante ricos na politização dos Movimentos Populares. A discussão sobre as diferentes propostas políticas, o exame das diferentes plataformas se constituiriam num poderoso instrumento de educação política de massa. No entanto, temos constatado que esse potencial não tem sido explorado plenamente. Os momentos eleitorais não têm sido pensados a partir dos próprios movimentos. Isso focaliza fundamentalmente um problema bastante grave que enfrentamos que é a ausência de quadros com formação política. O reduzido número de militantes capacitados para enfrentar uma situação de campanha faz com que, muitas vezes, os companheiros que estão em Movimentos Populares, durante o período da campanha eleitoral, se deslocam para o trabalho de campanha e ficam absorvidos pelas tarefas que ela impõem, não conseguindo fazer a necessária relação entre o Movimento Popular e a campanha. Isso depende muitas vezes da vontade, já que o companheiro tem clareza de que é necessário fazer esta conexão, mas não consegue porque, como somos poucos e as tarefas inúmeras, esse companheiro acaba absorvido pelas tarefas do momento eleitoral.

A ANAMPOS, enquanto tal, não tem discutido ou lançado candidatos enquanto ANAMPOS, exatamente por acreditarmos que a entidade deve manter seu caráter de não vinculação com um partido político. Isso não quer di-

zer que a gente não valorize, não estimule a participação dos partidos políticos. Ao contrário, achamos isso fundamental. Mas, defendemos que a articulação como tal, não tem que estabelecer uma vinculação orgânica com partidos políticos. O que tem acontecido é que companheiros que são militantes da ANAMPOS têm saído como candidatos em diversos Estados, não enquanto membros da ANAMPOS, mas com base em sua militância partidária. A participação da ANAMPOS nos processos eleitorais tem se dado no sentido de procurar, através das reuniões e discussões no nosso trabalho junto aos Movimentos Populares, aproveitar esses momentos para promover a educação política dos seus integrantes. Creio ser bastante importante essa iniciativa e quero conchamar os companheiros de todo o país, que estão envolvidos nos Movimentos Populares, a buscar um avanço na discussão desses temas para que possamos contribuir no sentido de uma melhor articulação, unificação dos Movimentos Populares, para que eles possam cada vez mais ter expressão política no cenário nacional.

PEDRO PONTUAL - É membro da assessoria nacional da ANAMPOS, articulação que vem acompanhando desde sua fundação. Também é coordenador do Departamento de Formação do Instituto Cajamar (INCA). Começou a trabalhar com os Movimentos Populares em 1972, na periferia de São Paulo. Tem se dedicado, há vários anos, ao estudo da Educação Popular, tema sobre o qual tem vários textos escritos. Até 1988, participou da equipe do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS).



... um problema bastante grave que enfrentamos é a ausência de quadros com formação política.

Congregando Federações Estaduais

A Confederação nacional de Associações de Moradores - CONAM, fundada em janeiro de 1982, reúne Federações, União e Conselhos a nível municipal e estadual. No seu 3º Congresso (1986) a CONAM reuniu 7500 delegados de todo o país e priorizou entre várias propostas a atuação na Assembleia Nacional Constituinte. A entrevista trata da prática dessa entidade na Constituinte, nas lutas populares urbanas, na articulação das Associações Comunitárias, na sua relação com os governos, na ligação com os movimentos populares.

M.P. - *Como você vê o Movimento Popular na Nova República: em que ele se alterou em relação à ditadura militar durante a transição democrática e qual seria o seu papel?*

(*) **Bosco** - O fim do regime militar e a conquista de um governo civil foi um grande passo porque se abriram perspectivas mais favoráveis para um processo de organização e de consolidação do espaço democrático e da mobilização popular. É claro que ainda não estão estabelecidas todas as condições para a existência de uma verdadeira democracia em nosso país; ainda não estão colocadas as condições necessárias e suficientes para se usufruir das liberdades democráticas. Acreditamos que, na atual conjuntura, se faz necessário, mais que nunca, que os setores populares tenham uma atuação mais dinâmica e ampla, pois vivemos em uma época diferente daquela do regime militar, de ditadura aberta, quando a possibilidade de atuação dos Movimentos Populares era muito limitada. Hoje, nesse espaço que se conquistou, devemos ser mais ofensivos; devemos usar a fresta de liberdade que conquistamos para poder avançar nas conquistas populares.

O esforço deve ser canalizado para se realizar atividades com a massa, atividades de rua, de maior repercussão. Democracia a gente luta para conquistar; ela é um meio que se deve utilizar para se avançar com as lutas, com as transformações em profundidade da estrutura social, política, econômica e cultural do país. Portanto, quanto mais liberdade tivermos, maior é a nossa responsabilidade no sentido de fazer com que as entidades, as lideranças populares passem a assumir um papel de vanguarda, de educadora das massas. É claro que o segmento mais avançado da sociedade é o operariado, que se organiza através do seu sindicato, da sua central sindical etc. Mas, o Movimento Popular é rico em formas de organização, de mobilização. Então, consideramos que todas essas formas de organização do povo devem se empenhar no sentido de aglutinar um número maior de pessoas em torno da batalha política. É preciso que o povo se conscientize, adquiram uma consciência política, não se limite às reivindicações econômicas, às lutas específicas, a conquista do imediato, mas passe a se preocupar também com o projeto da sociedade, com o Brasil do futuro que queremos. Precisamos relacionar os problemas locais com os problemas mais gerais, ou seja, ir à raiz dos problemas no sentido literal da palavra para assim promovermos as mudanças em profundidade que a nação reclama.

M.P. - *Uma outra preocupação é a relação existente entre Movimento Popular e Movimento Sindical. Deve haver uma articulação mais orgânica, entre eles? Qual a necessidade dessa articulação na luta cotidiana dos trabalhadores?*

Bosco - Os problemas do Brasil são tão graves e profundos que, para sua solução, se faz necessário uma ampla união, especialmente dos setores populares, para que se possa acumular forças suficientes para interferir nos

(*) João Bosco - CONAM
outubro de 1987

destinos da nação. Nesse sentido, o relacionamento dos Movimentos Populares, dos Movimentos Comunitários em particular, com o Movimento Sindical é de fundamental importância porque forjando essa unidade na luta do povo poderemos enfrentar os inimigos, aqueles que querem impedir o povo brasileiro de ter uma pátria independente, livre, e de alcançar o progresso material, a revolução espiritual etc. Por exemplo, a CONAM deu todo apoio à última greve geral, cumprindo uma determinação do nosso 3º Congresso, quando foi tirado um posicionamento de apoio a toda forma de luta dos trabalhadores. Acreditamos que a greve geral convocada pela CUT e pela CGT se dava num momento oportuno, em cima de uma questão realmente crucial que era a política de arrocho salarial, de recessão econômica e de entreguismo levada a efeito pelo governo federal através do Plano Bresser. Então, julgamos necessário dar apoio, auxiliar na preparação, na estruturação da greve geral para que ela obtivesse uma grande repercussão. Em alguns Estados, inclusive, o Movimento Comunitário atuou de forma decisiva, tendo em vista que a divisão no seio do Movimento Sindical muitas vezes paralisou a ação de algumas de suas lideranças, na preparação da greve geral.

Orientamos sempre as Sociedades Amigos de Bairro, as Associações de Moradores, no sentido de estabelecerem um relacionamento com os sindicatos e com outras formas de organização da sociedade para que desenvolvam atividades comuns.

M.P. - *Como se tornou possível a construção da CONAM? Gostaríamos que falasse sobre a sua história; que entidades participaram e quais participam agora? Quais as lutas principais que encaminharam, quais os seus mecanismos de decisão, sua relação com as entidades filiadas, com o governo, com os partidos políticos, parlamentares e com as outras entidades congêneres?*

Bosco - A CONAM foi produto de uma necessidade do Movimento Comunitário. O Movimento Comunitário é representado hoje por cerca de 3.000 Associações de Moradores, SABs, em vilas, favelas, mocambos, cortiços, ocupações e conjuntos habitacionais existentes em todo o país. Essas Associações e SABs, a nível regional, nas capitais e também a nível dos municípios, possuem entidades intermediárias que congregam e unificam suas lutas em determinada base territorial. Portanto, existem os chamados conselhos municipais, uniões das associações de moradores, federação de sociedade amigos de bairro, embora estas designações não sejam rígidas, variando de Estado para Estado. Percebe-se que os problemas enfrentados num bairro também se repetem em outros tantos bairros e, para que estes movimentos tenham poder de fogo, capacidade de pressão, devem se unir em torno de uma entidade, que seria uma espécie de associação das associações.

O espírito que norteia essa forma de organização é unificar, congregar, representar esse conjunto de entidades a nível do Estado. O movimento, a nível nacional, se configura como confederação, reunindo federações, uniões e conselhos. Portanto este movimento tem uma estrutura verticalizada, embora essa hierarquia não se dê em termos, digamos assim, de subordinação. Portanto, as entidades, em seus vários níveis, têm autonomia e independência administrativa e de ação, embora mantenham um vínculo político entre elas e com a Federação. Existe, portanto, uma estrutura verticalizada onde, na base, encontram-se associações que se ligam ao conselho municipal, à união municipal; a entidade municipal, por sua vez, liga-se, une-se à entidade estadual; as entidades estaduais unem-se à entidade de âmbito nacional.

Nos Movimentos Comunitários, não se têm a divisão que existem no Mo-

... O movimento popular é rico em formas de organização, de mobilização.

... O movimento comunitário é representado hoje por cerca de 3.000 Associações de Moradores, SABs...

... Das 22 federações estaduais existentes, apenas uma não é filiada à CONAM. É a FAMERJ.

vimento Sindical com mais de uma central sindical. No nosso movimento, temos uma única entidade que representa o conjunto do movimento a nível nacional. E, das 22 federações estaduais existentes, apenas uma não está filiada à CONAM. É a FAMERJ. Ela esteve filiada até a pouco tempo, mas por decisão de um congresso realizado recentemente, ela se desvinculou da CONAM. Todas as outras entidades são filiadas à Confederação. Acredita-se que esse processo de união das entidades seja necessário porque o momento vem se alastrando com muita facilidade, criando a todo instante, uma nova associação. Essa união evita uma dispersão total. Essa estrutura permite ao movimento manter uma linha coerente de intervenção e atuação na realidade nacional. É claro que nem tudo está resolvido. Existe no interior do próprio movimento contradições, divergências, que entretanto podem ser resolvidas nas instâncias de deliberações. As principais delas são os Congressos.

A CRIAÇÃO DA CONAM

A CONAM foi criada em janeiro de 1982 - fruto exatamente dessa necessidade. Existiam as associações, as uniões municipais, algumas federações estaduais e não havia uma entidade nacional que promovesse uma articulação entre elas, garantindo uma maior convivência, uma troca de experiências, uma unificação na ação. Sentiu-se a necessidade de unificação da luta a nível nacional, para se ter uma representação, se poder unificar as principais bandeiras de luta a nível nacional. A CONAM, no início, como toda e qualquer entidade nova, caminhou com certa dificuldade. Ela teve, inicialmente, sua representatividade contestada porque se questionava o fato de ter sido criada sem uma discussão exaustiva. Alguns setores entendiam que ainda não estavam amadurecidas as condições para a criação de uma entidade a nível nacional do Movimento Comunitário. Nós, particularmente, defendíamos que sim, que havia necessidade de criar essa entidade para fortalecer e favorecer este movimento de unidade do povo pela base. Após o primeiro, tivemos o 2º Congresso em 1985 quando se avançou um pouco mais a questão da representatividade. Algumas entidades, que inicialmente não estavam aceitando a CONAM, se incorporaram ao processo de preparação desse Congresso. Mesmo assim, apesar de ter havido um pouco mais de discussão que no primeiro e de se ter alcançado um avanço, o 2º Congresso teve uma série de dificuldades e debilidades. Foram tiradas decisões importantes, como um Plano de Lutas, uma diretoria provisória com mandato de um ano, encarregada de preparar, de dar os primeiros passos no sentido de ampliar a entidade, de abrir a entidade e de democratizá-la para incorporar outros setores que se achavam alheios ao movimento a nível nacional, e de preparar um novo Congresso com mais representatividade, mais discussão e organização. Em 1986, fizemos em Brasília o nosso 3º Congresso, que representou um marco na história do Movimento Comunitário brasileiro porque foi um congresso que, durante 3 dias, contou com a presença de 7,5 mil delegados de todas as unidades da Federação e de todo o Brasil. Tivemos muitos problemas de infra-estrutura, de alojamento, de alimentação, mas foi um congresso no qual o nível de discussão se aprofundou. Foram formados diversos grupos em cima de questões de princípio. Foram tomadas resoluções numa plenária bastante concorrida, no sentido de garantir uma maior unificação do movimento. Um grande ganho desse congresso foi a eleição de uma diretoria de unidade, composta por todos os setores com presença e influência no seio do movimento comunitário. Ficaram de fora da diretoria os setores radicais, embora na nova diretoria tenham encontrado guarida até os elementos con-

servadores. Mas aquela direita raivosa foi marginalizada por decisão soberana do congresso que rejeitou a chapa deles e elegeu a nossa, com ampla margem de votos. Dentre as inúmeras propostas de luta colocadas no 3º Congresso, a CONAM destacou aquela pela conquista de uma Assembléia Constituinte livre e soberana, de forma que o movimento comunitário tivesse uma participação mais decisiva, conquistando o direito de interferir na elaboração de uma nova Constituição que expresse a nova realidade do país. Desde a derrubada do regime militar precisávamos elaborar um novo arcabouço jurídico que expressasse a nova correlação de forças existentes. Em função dessa decisão, orientamos o movimento todo a se envolver na luta da Constituinte e, durante o período eleitoral, a atual diretoria orientou para que as associações e federações promovessem discussões em torno dos grandes temas nacionais, que apoiassem candidatos comprometidos com as lutas do povo. Deviam ser prestigiados aqueles que tinham tradição de luta, que se originaram no próprio movimento ou, então, aqueles que demonstraram, ao longo de sua vida pública, política, seu apoio às lutas do povo, seu compromisso com as mudanças, com as transformações sociais. Alguns diretores da CONAM saíram candidatos. Orientamos que as entidades apoiassem candidatos progressistas, avançados, que possuíssem compromisso com as lutas do povo. Não conseguimos ver eleito nenhum dos nossos candidatos pois estas eleições se caracterizaram pelo predomínio de campanhas milionárias, financiadas por grupos econômicos. Os candidatos populares tiveram muitas dificuldades em se eleger.

A CONAM NA CONSTITUINTE

Em setembro de 1985, em Brasília, já tínhamos feito um Encontro Nacional das Associações de Moradores pela Constituinte Livre e Soberana. Participaram cerca de 2.000 delegados e se constituiu num acontecimento de grande repercussão, com a presença de ministros. Ulysses Guimarães esteve lá como vice-presidente da República e nós elaboramos um documento político. Foi um encontro de tamanha repercussão que, antes mesmo do seu término, recebemos um mensageiro da Presidência da República comunicando que o presidente Sarney queria receber em audiência as lideranças do movimento. E aí se formou uma delegação da CONAM, com representantes dos Estados, e fomos recebidos no Palácio do Planalto, quando entregamos ao presidente da República o nosso documento em prol da convocação de uma Constituinte Livre e Soberana e que continha também as principais reivindicações do movimento comunitário para a nova Constituição. No ano de 1986, dando seqüência prática às deliberações do congresso, promovemos nos Estados a realização de eventos que se relacionavam com a Constituinte - palestras, debates, plenárias, congressos, seminários e, no final do ano, elaboramos um documento único contendo as posições do movimento comunitário a nível nacional, compatibilizando as diferentes sugestões e propostas dos Estados. Esse documento, denominado "Constituinte Parlamentar", foi entregue durante a instalação da Constituinte, quando levamos a Brasília 17 ônibus de diversos Estados e fizemos uma manifestação conclamando os Constituintes para que fossem fiéis aos anseios de mudança do nosso povo. Reforma Agrária dos latifúndios, defesa dos direitos sociais do trabalhador, estabilidade no emprego, 40 horas semanais, além das questões específicas do movimento comunitário como o problema de moradia, de transporte, saúde, educação, infra-estrutura urbana, foram estas as nossas reivindicações. Após a instalação da Constituinte, participamos das audiências públicas, das subcomissões temáticas, levando as reivindicações do movimento comunitá-

... Em setembro de 1985, em Brasília, foi realizado um Encontro das Associações de Moradores pela Constituinte Livre e Soberana. Participaram cerca de 2 mil delegados e houve a presença de ministros e do vice-presidente da República Ulysses Guimarães.

... A CONAM patrocinou sozinha 3 emendas de iniciativa popular para a coleta de assinatura: moradia popular, transporte coletivo e suspensão do pagamento da dívida externa. E junto com outras entidades outras duas emendas: voto proporcional e reformulação do papel constitucional das forças armadas.

rio. Falamos na subcomissão de Soberania Nacional, a favor da autodeterminação dos povos, da solidariedade internacional, da independência dos povos, aproveitando um pouco a experiência internacional da CONAM que revoos, aproveitando um pouco a experiência internacional das Associações de Moradores realizado em Manágua. A CONAM também se fez representar na subcomissão da reforma urbana, na subcomissão dos municípios e regiões, na subcomissão do poder legislativo, na subcomissão de saúde, entre outras.

Elaboramos também três propostas de emenda de iniciativa popular para coleta das 30 mil assinaturas: uma sobre moradia popular, outra sobre transporte coletivo e outra de interesse mais geral, sobre a suspensão do pagamento da dívida externa. Junto a outras entidades de âmbito nacional, patrocinamos outras duas emendas - a do voto proporcional e a de reformulação do papel constitucional das forças armadas. Essas 5 propostas obtiveram o número mínimo de assinaturas e foram debatidas na Constituinte. Quando da entrega dos abaixo-assinados, levamos 47 ônibus. Nossa orientação foi também que a CONAM estivesse presente se solidarizando com todas as lutas de interesse do povo, desenvolvidas por outros setores organizados da população.

Agora, acontece que a CONAM é uma entidade de representação a nível nacional, que não tem uma estrutura descentralizada como a CGT e a CUT que têm entidades regionais. A CONAM, em cada Estado, é a Federação. Ela atua através da Federação, se faz representar pela Federação. Sempre procuramos orientar as Federações para que assumam as lutas gerais, de interesse do povo. Nos engajamos em outras lutas, fruto de discussão na CONAM, como a questão da greve geral, a participação na coordenação nacional da campanha das diretas em 1986 para eleição de um governo mais permeável às reivindicações populares, terminando esse Governo Sarney anti-popular e antinacional. A CONAM tem procurado participar também das lutas por moradia, por transporte.

AS BANDEIRAS PRIORITÁRIAS

Para a CONAM, no imenso leque de problemas do movimento comunitário, quatro questões são fundamentais: a luta pela moradia, pela reforma urbana, pelo transporte coletivo e contra a fome. Acreditamos que esses quatro problemas são vitais. São estas as quatro bandeiras prioritárias em torno das quais a CONAM tem procurado organizar o povo para enfrentar a situação que está aí. A partir de toda a discussão em âmbito nacional e local, o pessoal tem tomado iniciativas de acordo com a situação concreta que vivencia. Em alguns Estados fazem passeata, em outros seminários, congressos, abaixo-assinados, em outros, ainda apóiam as invasões, pois a CONAM, como entidade popular, entende que o povo deve conquistar seus direitos fundamentais se utilizando da forma de luta que considerar mais justa em cada situação. Enfim, são muitas as lutas levadas pela CONAM através das federações, das associações existentes nos diferentes locais.

A ESTRUTURA DE PODER DA CONAM

Em relação aos mecanismos de decisão, a instância máxima de decisão da CONAM é o Congresso Nacional da entidade. Abaixo dele, há o Conselho de Representantes, formado por três representantes de cada Estado que aprovam a linha política da entidade e o seu plano de trabalho, subordinados às decisões do Congresso, para que a diretoria lhes confira uma orientação prática. Dentro da diretoria, há uma executiva que cuida do dia-a-dia da entidade. A CONAM hoje é uma entidade, formada há dois anos, com grande pe-

netração no seio da sociedade, dentro e fora dos movimentos e com uma efetiva representatividade, sendo já reconhecida como uma entidade de luta, como uma entidade combativa. É claro que ela reflete as contradições do próprio movimento. Há luta entre as forças conservadoras e progressistas no interior da entidade, inclusive a nível de sua direção. Mas posso dizer que, a partir dessa nova diretoria, eleita em 1986 e cujo mandato se encerrará em 1989, as teses progressistas têm alcançado maior amplitude. Temos um jornal, o JORNAL DA CONAM. O primeiro circulou com as resoluções do 3º Congresso. Sairá em breve o segundo número onde se procurará apresentar o dia-a-dia do movimento a nível nacional e local, em cada Estado, retratando um pouco que lutas vêm sendo travadas no movimento comunitário.

A relação da CONAM com as entidades filiadas se dá através do Conselho de Representantes. Necessariamente um membro efetivo e um suplente do Conselho têm que ser membros da diretoria da federação estadual, não podem pertencer à base do movimento. É claro que a diretoria também mantém contatos com as federações e a gente procura sempre orientar as entidades filiadas sobre as decisões tomadas a nível nacional para que haja uma homogeneidade de ação entre elas para que caminhem na mesma direção e se garanta a necessária unidade do movimento, a unidade política e orgânica. Essa relação é política, mais política que orgânica. A orgânica está presente no Conselho de Representantes através dos diretores da CONAM, elementos que atuam nos Estados, normalmente juntos às federações. Nos congressos tem-se procurado garantir a presença da CONAM, que ajuda a dirigir, a orientar, a preparar os documentos de apoio para a discussão nos grupos de trabalho, nos congressos. A CONAM procura respaldar a ação, o trabalho, a luta das federações.

A RELAÇÃO COM O GOVERNO

Quanto à relação da CONAM e do movimento comunitário com o governo, defendemos o seguinte: o movimento comunitário deve manter relação com os partidos políticos, com o governo, com os políticos, com as igrejas, desde que essa relação não signifique uma subordinação do movimento a essas outras instituições. Defendemos, portanto, a autonomia e independência das entidades em relação a esses setores. Com o governo, a relação deve se dar cobrando, principalmente dos governos democráticos, dos governos digamos populares, nossas reivindicações; bem como dando apoio às suas propostas que reflitam os interesses do povo. Em relação ao governo federal, a posição da CONAM é que ele não está comprometido com os interesses do povo brasileiro, os interesses do país, apenas representa os interesses do grande capital nacional e estrangeiro, dos latifundiários. A CONAM tirou posição oficial, em reunião da diretoria e do Conselho de Representantes, a favor das eleições diretas em 1988, e isso significa uma negação do governo Sarney. Acreditamos que devemos viabilizar um novo governo que assuma compromissos com o povo. Desenvolvemos algumas atuações com setores do governo porque achamos que o governo, apesar das suas características conservadoras, tem suas contradições também. Existem setores com os quais podemos nos relacionar, setores mais democráticos. A gente procura aproveitar essas brechas e ter uma atuação com esses setores dentro do próprio governo. Participamos de atividades do governo, eles realizam seminários e outras atividades e quando a CONAM é convidada, vai, participa e defende suas posições, com a perspectiva de tentar, de uma maneira ou outra, influenciar a política do governo.

... A CONAM hoje é uma entidade, formada há dois anos, com grande penetração no seio da sociedade, dentro e fora dos movimentos e com uma efetiva representatividade, sendo já reconhecida como uma entidade de luta, como uma entidade combativa

volvimento do nosso trabalho. Mas tudo é um processo. A partir do momento que for avançando o movimento e que a CONAM expressar cada vez mais fielmente esta realidade, ela colocará o movimento em sintonia com os outros Movimentos Sociais e politizará o conjunto, mostrando às lideranças comunitárias que não é suficiente ficar brigando só pelo buraco da rua, pela água e pelo esgoto mas que é necessário se questionar a própria estrutura do poder existente no país, questionar, por exemplo, o tratamento que é dado à dívida externa, à reforma agrária, a forma de governo. A partir do momento que a CONAM for politizando esse movimento, for criando uma consciência política mais avançada, acreditamos que o movimento avançará e jogará o seu papel de pólo de aglutinação e mobilização de amplas massas. Através desse processo de fortalecimento do movimento, de relacionamento com outros setores organizados da população, poderemos criar uma frente mais ampla, democrática, progressista, quem sabe até, no futuro, que espero não seja muito distante, a gente possa ir criando uma alternativa de poder, de poder popular, para que, de uma vez por todas, nós, o povo brasileiro, especialmente os operários, os camponeses, o povo pobre, trabalhador, possa assumir o poder político nesse país e comandar os destinos da nação.

M.P. - *Bosco, qual a sua opinião sobre a constituição de uma Central de Movimentos Populares, a nível nacional, puxada pela ANAMPOS e sobre outras articulações nacionais em cima das lutas específicas?*

Bosco - Acreditamos que essa unidade vem se dando na luta em cada momento, em cada batalha, e quanto à proposta da ANAMPOS, vale a pena discutí-la. A priori, não tenho posição a respeito. Talvez fosse um pouco prematuro falar em uma Central de Movimentos Populares. Talvez até nem fosse tático. Necessitaria um certo nível de afinidades e consenso entre as diferentes entidades. Vamos imaginar uma central popular no Estado de São Paulo, congregando todas as entidades populares do Estado. A nível nacional, vamos ter que lutar um pouco mais para conseguir uma unificação assim. Neste momento, acho que, para se garantir uma situação mais orgânica, talvez fosse necessário criar um fórum de discussão, de atuação, porque você também precisa de uma base mais concreta e de uma forma de organização subordinada às necessidades políticas, pois é necessário primeiramente existir uma certa unidade de programas. Acho jóia a criação de uma frente progressista, um fórum de entidades. A partir daí, ir se discutindo o que fazer, o que fazer em cada instante, qual o posicionamento, senão essa convivência, esse exercício acabará caindo no idealismo, na criação de alguma coisa que não seja fruto de uma necessidade objetiva. Então, como vamos fazer? Quem faria parte de uma Central de Movimentos Populares? Qual o critério de constituição? Deveria ser criado um fórum de debates, de discussão, para ir se definindo formas de atuação conjunta, um movimento de aglutinação. E isso pode redundar numa central desse tipo. Uma central implicaria uma estruturação, algo assim como uma entidade centralizadora com uma certa hierarquia. Penso assim. A unidade do povo é necessária, deve ser suprapartidária, deve ir além dos partidos. Ela pode se dar via entidades populares, mas isso é um processo que deve ser construído. Por exemplo, para se criar uma entidade desse tipo, cada entidade deve fazer congresso, e este deve deliberar pela formação, filiação. É tudo um processo. Agora, acho que é válida a discussão em torno dessa proposta e, se esse for um objetivo estratégico, considero que o comportamento tático deveria ser a criação de fórum que efetivasse a unidade na prática. Porque, senão, se corre o risco de criar algo

... A nossa maior dificuldade é a falta de recursos econômicos e financeiros.

artificial. Portanto, em cada batalha deve-se ir forjando esse movimento de unidade, construindo-se pontos de unidade.

M.P. - *Gostaria que você fizesse um comentário sobre qual a sua visão do Movimento Popular em São Paulo.*

Bosco - São Paulo é realmente um Estado típico dentro da realidade brasileira, pois é o lugar onde o processo de exploração capitalista se dá de maneira mais avançada, ele se dá até as últimas consequências. Em São Paulo, encontram-se os centros de decisões internos, evidentemente subordinados aos centros de decisões externos e, em decorrência, a luta de classe se dá de forma mais intensa, mais acirrada, numa dimensão ampliada. Em São Paulo, estão localizadas as principais indústrias, a classe operária mais numerosa e combativa. O Movimento Popular também é muito dinâmico, só que debilmente estruturado. A meu ver a desestruturação não se dá por acaso, ela é fruto de todo um esforço que os setores dominantes exercem no sentido de, exatamente, impedir o surgimento de lideranças, impedir que o Movimento Popular jogue o seu papel transformador. Em São Paulo, a luta é mais renhida. Vejam o caso do Movimento Sindical, cujas lideranças residem em São Paulo. Por outro lado, em São Paulo se concentra o antro da reação do Movimento Sindical. É em São Paulo que as coisas acontecem de forma radical e mais contundente. Isso tudo se reflete no Movimento Popular e, por isso, acho que devemos dispensar-lhe uma atenção especial. São Paulo joga um papel, pois é o centro vital da luta de classes do país. Não resolveremos os problemas que afligem a maioria do povo brasileiro sem que se resolva os problemas políticos do Movimento Popular em São Paulo. Mas como se pode contribuir para que o movimento possa se estruturar melhor, já que as lutas aqui se dão a todo momento e existe uma relativa desestruturação, desarticulação, uma vez que a burguesia joga pesado no sentido de impedir que o setor popular exerça o seu papel. O que acontece em São Paulo tem repercussão nacional. Eles tratam com carinho esta questão e nós devemos tratá-la com mais carinho ainda, porque, para conseguir derrotar nossos inimigos estratégicos, aqueles que oprimem e exploram nosso povo, temos que contar com um Movimento Popular estruturado, fortalecido no Estado de São Paulo.

... No Movimento Sindical um dirigente pode, por exemplo, se afastar da sua atividade produtiva e ser remunerado pelo sindicato... no caso do Movimento Comunitário ninguém é remunerado.

JOÃO BOSCO - É presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM, vereador na Câmara Municipal de Jacareí - São Paulo

Congregar as lutas e unir lideranças

Fundada há 10 anos a Federação dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ vem atuando diretamente na organização, ação e articulação das lutas populares urbanas no Estado de forma autônoma e independente do Estado. As lutas travadas, o posicionamento sobre a CONAM e a Central de Movimentos Populares, a política no interior das organizações populares são alguns dos vários assuntos tratados nessa entrevista.

M.P. - Como se tornou possível a constituição da FAMERJ? Você poderia nos fazer um relato sobre a sua história, sua luta, quais as entidades que dela participam, quais são seus mecanismos de decisão, que relação mantém com as entidades filiadas, com o governo, partidos políticos, parlamentares e com outras entidades congêneres?

(*) **Hélio** - A FAMERJ faz dez anos em janeiro de 1988. Surgiu com as lutas realizadas em determinadas regiões no Estado e que não tinham ainda nenhuma forma de organização. Era o interior levando uma luta, o município do Rio de Janeiro levando outra, sem nenhuma unidade. Começou a se pensar então na federação, com o objetivo de congregar essas lutas, unir as lideranças e imprimir um direcionamento único para as lutas do Movimento Popular que começavam a surgir. O Movimento Popular no Rio surgiu numa época importante, justamente quando o movimento tomava corpo a nível nacional nos anos de 1978, tempo de ditadura militar, quando se articulava uma resistência à situação de miséria, de fome e quando a luta por melhores condições de vida tomava maior corpo. Foi um momento importante para o surgimento da FAMERJ, que nasceu não somente como aglutinadora de algumas lutas isoladas, mas também como parte integrante da luta contra ditadura e por melhores condições de vida.

A FAMERJ tem uma particularidade que a diferencia um pouco a nível nacional: é uma entidade que congrega basicamente Associações de Moradores que totalizam hoje 850 filiadas em quase todo o Estado. É importante deixar claro que são Associações de Moradores de Bairro. Em nosso Estado existe também uma outra diferença: a existência de duas federações - a Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, que é a FAMERJ, e a FAFERJ, que é a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Relatando as lutas iniciais de nossa entidade, poderíamos apontar a luta da habitação, que foi uma das lutas fortes travadas pela FAMERJ, a luta de transporte, que hoje é uma das lutas mais fortes que a federação encampa, a luta pela saúde, a luta pela posse da terra. São lutas que já existiam, mas que, depois da formação da FAMERJ, vêm conseguindo, a nível nacional, responder melhor às políticas anti-sociais dos governos, seja municipal, estadual ou federal. Busca-se encontrar alternativas para toda essa situação, a partir da realidade que se vive no nosso país e do tipo de sociedade que queremos alcançar.

A DEMOCRACIA INTERNA

Com 850 filiados em todo o Estado, nosso processo de decisão é o mais democrático possível. Existe na nossa entidade um órgão chamado Conselho de Representantes e o Congresso é um fórum máximo de decisão. O Congresso realiza-se de dois em dois anos quando se avalia a condução da entidade, as lutas efetuadas e se elege uma nova diretoria. O Conselho de Repre-

sentantes é uma instância intermediária entre a base e a direção e se reúne de quatro em quatro meses com o objetivo de encaminhar as lutas e deliberações tiradas no Congresso. É um fórum deliberativo que tem todo o poder de decisão na medida em que vinte por cento das entidades filiadas dele participam. Temos também o Conselho Intermediário, que é um conselho não-deliberativo mas que tem o objetivo de encaminhar as decisões tiradas no Conselho de Representantes. Nesse fórum reúnem-se basicamente os coordenadores zonais representando um determinado número de bairros - poderíamos ter aqui, como exemplo, a zona oeste da cidade do Rio, onde existem basicamente três bairros: Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, em cada um deles funcionando uma zonal. Essas zonais têm os seus coordenadores, responsáveis por encaminhar as deliberações do Congresso para serem reavaliadas no Conselho de Representantes. Então é tirada uma linha de atuação. Ou seja, o conjunto de Associações de Moradores existente nessas regiões é responsável pela orientação dessa política.

M.P. - Como esses coordenadores são escolhidos?

Hélio - Os coordenadores são escolhidos pelas Associações de Moradores das regiões. Por exemplo, se reúnem as Associações de Moradores de Campo Grande e elegem seus coordenadores.

M.P. - E a diretoria? Quanto são os seus membros?

Hélio - A diretoria é formada por 21 membros. Também é importante abordar a nossa relação com o Estado. Este é um dos maiores problemas que o Movimento Popular enfrenta não somente no Rio, mas em todo o Brasil. Hoje sabemos que pela habilidade, pela forma de tratar, o poder público consegue cooptar as lideranças mais combativas desses movimentos, seja oferecendo emprego, seja criando a tão falada Secretaria de Assuntos Comunitários. Tudo com o objetivo de trazer as lideranças para dentro do Estado. Em virtude do baixo nível de consciência, busca sempre cooptar. É contra isso que sempre lutamos e vamos continuar lutando. Defendemos e reafirmamos a autonomia e a independência do movimento nos congressos que fizemos. Vamos sempre cobrar, o movimento vai sempre posicionar-se contra qualquer governo dos monopólios, vai-se posicionar contra, vai brigar, e essa é uma das maiores tarefas que essa nova diretoria da FAMERJ enfrenta: resgatar a autonomia, a independência que, de um tempo para cá, vem sendo tão abalada, pela grande investida do poder público. No dia-a-dia, a gente sabe que, para evitar esse tipo de coisa, é preciso fortalecer, é preciso fazer crescer mais e mais a consciência das lideranças, é preciso mostrar que a mobilização e a organização são os fatores determinantes para a conquista de melhores condições de vida.

Da mesma forma que a gente defende autonomia e independência em relação aos governos, não poderia ser diferente com relação aos partidos. Na relação com os partidos, é óbvio que cada um tem uma base muito ampla, uma base pluralista, possuindo cada um as suas afinidades. Mas o que a gente procura preservar é o não atrelamento do movimento aos partidos políticos. Buscamos, sim, uma relação com alguns partidos que se identificam mais com as nossas lutas e com os quais existem uma afinidade maior. Compreendemos o papel que os partidos e os parlamentares desempenham mas acreditamos que o Movimento não pode ser cooptado nem se deixar atrelar por qualquer partido político. Em relação a outras entidades, nossa posição se define pela afinidade. Com algumas, temos uma afinidade maior, enquanto com outras que trabalham em conjunto conosco, o trabalho se dá no

... A FAMERJ é uma entidade que congrega basicamente Associações de Moradores que totalizam hoje 850 filiadas em quase todo Estado

(*) Hélio Ricardo Leite - FAMERJ
outubro de 1987

... A luta pela habitação foi uma das lutas fortes travadas pela FAMERJ.



28

sentido de conhecer nossa atuação, trocar algumas informações procurando entender o papel de cada um nesse processo.

M.P. - Como a FAMERJ vem ampliando sua base e como tem se dado a sua intervenção em relação ao governo?

Hélio - Só para ilustrar, temos hoje, no Rio, uma média de quatro a cinco Associações de Moradores sendo formadas por mês, residindo aí a razão de ser desse número excessivo, 850 associações filiadas no Estado. A ampliação de nossa base é fruto de um trabalho sistemático. A FAMERJ é uma organização de luta. Aqui no Rio tem essa particularidade, os governos procuram atender ou à Associação de Moradores ou a outras entidades representativas. A dinâmica de mobilizar e discutir as lutas travadas se reverte na ampliação da base. Mas essa ampliação vem, fundamentalmente, desse trabalho sistemático que se faz em cima da política que passa pela discussão das suas lutas e pela organização do movimento. Com relação aos governos, temos tido algumas intervenções mais duras, já deu para comprovar. O governo vasílica (sic), aquele que abria as portas para o movimento e dizia: pode chegar que isso aqui é de vocês, não tem problema e o movimento foi perdendo um pouco a sua autonomia. Era um governo dito popular, de esquerda e que conseguia, de fato, trazer as lideranças para dentro do seu espaço e, na verdade, no balanço que fizemos, se constatou que muito pouco foi construído, que muito pouco se avançou e que era importante, acima de tudo, mudar essa relação e voltar a se fazer o que fazíamos antes, no início da nossa entidade: voltar às ruas com nossas grandes passeatas, com as nossas grandes manifestações, para reivindicar o que nos é de direito.

Vamos exemplificar com a questão da educação. Pararam a construção de algumas obras, dos chamados CIEPs, e a gente conseguiu mobilizar um número grande de companheiros, no sentido de pressionar a retomada imediata dessas obras. A nível de saneamento básico, e esse é um dos problemas mais sérios que se enfrenta, conseguimos que o governo comece a atender algumas das nossas reivindicações, mas sempre dentro daquele espírito de pressão, de mobilização, de organização.

M.P. - O que é específico da atuação da FAMERJ e que suas entidades filiadas não fazem?

Hélio - Existe outra particularidade no Rio. Além das zonais, já citadas, temos também as nossas federações municipais. Cada município tem a sua estrutura, a sua federação municipal que está ligada diretamente à FAMERJ. Cada município tem problemas específicos. Não adianta a FAMERJ mostrar hoje a importância da luta pelo transporte se essa não for a luta mais sentida. Essa especificidade acaba se tomando geral no movimento, mas quando as federações municipais vão ter a sua vida, vão ter a sua autonomia e vão atuar de acordo com as suas especificidades.

M.P. - Como a FAMERJ enfrentou as eleições de 82, 84, 85, 86. Teve candidatos próprios? Atuou junto às suas bases? Enfim, que influência teve esse momento eleitoral no trabalho da FAMERJ?

Hélio - Esse é um eterno problema. Quando chega o momento eleitoral acaba o movimento. O pessoal fecha para balanço e só volta 5 dias depois das eleições. É um problema sério que a gente vem enfrentando, e buscando segurar, manter o movimento mais unitário possível no momento eleitoral. É muito difícil, porque em se tratando de alguns municípios pequenos, por qualquer 500 votos a liderança é eleita vereador, quer dizer, tomar-se uma

MOVIMENTO POPULAR

relação de briga muito grande até entre as Associações de Moradores. Já não se faz mais reuniões, o presidente da Federação municipal não pode ir a um determinado bairro porque vai entrar no espaço político de uma outra liderança, mas a gente tem com muito esforço conseguido manter essa unidade. De 82 para cá a gente conseguiu elevar um pouco, no sentido de discussão, no sentido de entender melhor o que esse é momento eleitoral, conseguimos fazer com que se elevasse um pouco o nível de consciência dos nossos militantes e fizesse até com que pudesse segurar um pouco o movimento nesse momento. Mas, ainda é um problema muito sério. A FAMERJ não lançou candidato em nenhum desses momentos. Independente da Federação alguns companheiros diretores se lançavam candidato, se afastavam da entidade, pediam licença, e se candidatavam. Esses companheiros nunca foram eleitos. Hoje a gente chega a uma reflexão interessante. Sabemos que muito dessa posição do movimento é fruto da sua direção, quer dizer, já se tem isso um pouco no seu interior, mas se espelha muito o que essa entidade faz. Nessa última diretoria que se elegeu, uma das promessas que fizemos para o movimento é que nenhum dos diretores sairia candidato, justamente para evitar esse tipo de coisa e começar a passar para o movimento uma filosofia nova. O movimento muito das vezes vê a nossa entidade como um trampolim político. Em 83 tínhamos um presidente que hoje é vice prefeito, temos alguns companheiros que eram diretores e hoje estão em cargos públicos. Então o movimento começa a ver a coisa muito por essa ótica o que é ruim. Não contribui para o avanço. Então, uma das medidas que tomamos quando fomos eleitos foi essa: começar a trabalhar fortemente na perspectiva de tirar essa visão e aí começar a dar o exemplo a partir de casa, nessa diretoria, nessa gestão que se acaba em 89, nenhum dos diretores saiu candidato.

M.P. - No momento em que você sai de uma ditadura militar, começa a ter prefeitos, governadores eleitos. A questão institucional torna-se muito mais real. Como vê o papel do Movimento Popular, na atual conjuntura. Seria diferente do momento de Resistência?

Hélio - Isso me lembra o lema da nossa chapa: atuar e lutar. Fazíamos uma análise de que a conjuntura seria difícil e que o quadro econômico, político-social se agravaria e o Movimento Popular não poderia, sem sombra de dúvida, dar uma resposta a tudo isso apesar de ter um papel importante, pois consegue mobilizar um bom número de pessoas, e ativistas que no seu local de moradia ou no seu local de trabalho, são explorados e precisam se opor a esse tipo de coisa, e se opor de forma organizada; discutindo, refletindo e mostrando, na prática, que tem um papel importante nessa conjuntura. No atual quadro político, o Movimento Popular com a sua capacidade de intervenção vai para as ruas pelas diretas já, vai para as ruas pedir reforma tributária, posicionar-se contra o pagamento da dívida externa. Já começa a sair de cena aquela representação de que o Movimento Popular existe só para água, luz, esgoto e transporte. O Movimento Popular hoje começa a compreender que também se coloca para ele as questões gerais. Uma questão interessante aconteceu no Rio: a gente se batia diretamente contra o Pacote III, porque sabíamos que, por exemplo, o corte nos gastos públicos significa que não vamos ter mais obras sociais. Quando essas coisas começam a atingir diretamente à população, ela começa a entender que as medidas do governo federal tem uma ligação direta com o cotidiano. Hoje ela começa a entender que quando se fala em não pagamento da dívida externa, isso significa mais saneamento, mais escolas, mais transporte. Esse tipo de coisa começa a ganhar corpo no Movimento Popular e é a partir dessa idéia que acontece uma integração maior, com ênfase nessas lutas mais gerais dos trabalhadores.

MOVIMENTO POPULAR

... A dinâmica de mobilizar e discutir as lutas travadas se reverte na ampliação da base.

... Esse é um eterno problema: quando chega o momento eleitoral acaba o movimento.

29

... a nossa grana vem do movimento. As Associações dos Moradores pagam hoje 2% do mínimo.



M.P. - *Você defende, que as entidades são espaços independentes?*
Hélio - Sim, são espaços independentes. No Rio existe uma diferença. Os diretórios dos partidos não têm muita vida. Diretórios de partidos que a gente poderia dizer que tem uma ligação popular, quer dizer, ainda se fecham um pouco no espaço restrito de diretório. Acredito, até, que não se trata de uma posição fechada pois eles são parte integrantes dessa luta. As Associações de Moradores podem tranquilamente participar das atividades dos seus diretórios de seus bairros, desde que neles seja formulada uma política que contribua de forma efetiva para o dia-a-dia que vivem essas comunidades, e isso hoje, efetivamente, não acontece, e aí fica difícil.

M.P. - *Quais as principais dificuldades na atuação da FAMERJ enquanto federação?*

Hélio - São as mesmas dificuldades gerais do Movimento Popular. Tem a questão de grana, dificuldades seríssimas, tem a dificuldade política, nem tudo é um mar de rosas. Encontramos também dificuldades de mobilização, na organização que são coisas importantes que estão na ordem do dia. Sabemos que essas debilidades só fortalecem o poder público pois muitas vezes a gente não tem grana para rodar um panfleto que é fundamental numa determinada manifestação, ou a gente precisa que um diretor viaje para o interior e não temos 500 cruzados para viagem. Todas estas são dificuldades que precisam, sem sombra de dúvidas, ser superadas. Precisamos fazer um trabalho de interiorização e o que significa isso? Significa trazer essas vinte federações municipais que existem no interior do Estado, nos municípios, para participar de um trabalho integrado com a FAMERJ e evitar, como coloquei anteriormente que uma luta de transporte não seja levada apenas em dois ou três municípios quando se trata de um problema estadual. Isso é solucionado à medida que há uma interiorização e que a gente consiga trazer as experiências desses municípios. É natural que tudo isso se resume na dificuldade de mobilizar, de socializar as experiências, de organizar e superar as dificuldades financeiras.

M.P. - *A sustentação financeira de vocês são as contribuições das entidades? Há outras fontes? Vocês rodam algum tipo de material na entidade ou recorrem sempre a outras entidades?*

Hélio - A FAMERJ tem uma infra-estrutura invejável, com uma sede no centro do Rio de 4 andares, quatro telefones com seis linhas, gráfica, um mimeógrafo normal. Conseguimos adquirir duas máquinas xerox, e a nossa grana vem do movimento. As Associações dos Moradores pagam hoje 2% dos salário mínimo, quero dizer, é com essa grana que a FAMERJ consegue sobreviver. Conta ainda com o auxílio da luta dos mutuários que pagam uma trimestralidade para bancar sua luta mas, quando sobra alguma coisa, ela é investida na nossa entidade. O dinheiro vem basicamente daí. Temos também um esquema gráfico muito interessante: a maior parte dos nossos panfletos é rodado em nossa entidade, no mimeógrafo simples. Editamos um jornal tablóide com doze páginas, com tiragem mensal de 5 mil e que atinge todo o movimento e serve, fundamentalmente, como um guia político para as Associações de Moradores, que leva as experiências do mês, passa alguns informes e faz um balanço da conjuntura.

M.P. - *Qual a importância efetiva de uma federação?*

Hélio - A organização, como já me posicionei, é fundamental, só que hoje, a nível estadual, a maior vantagem é que a gente conseguiu unificar esse

movimento e dar uma resposta à altura a todas essas situações que estamos vivendo. Conseguimos trazer as associações do interior do Estado, dos municípios mais afastados, conseguimos dar uma resposta precisa, concreta, à questão do transporte, da educação, da habitação, da saúde e outras. Contar, nas lutas gerais, com federações respaldadas pelos seus fóruns, pelas suas instâncias intermediárias, e que conseguiram, de fato, dar respostas, ter conquistas e, em algumas regiões, como fruto da mobilização, conseguiram arrancar respostas do governo, da prefeitura, fazer manifestações contra a política habitacional do governo Sarney. Conseguimos, portanto, na prática, através da federação, respaldada por sua base, alcançar vitórias impossíveis de serem arrancadas em movimentos espontâneos ou com uma associação ali outra acolá, sem nenhuma organização que pudesse centralizar todas essas experiências e definir uma linha de atuação, cujo objetivo fosse a conquista de reivindicações.

M.P. - *Como a entidade vê a relação entre as lutas populares ou das entidades populares com as entidades sindicais?*

Hélio - Para você ver como o processo é interessante, já afirmei que o nível de consciência, o nível de entendimento das Associações de Moradores e de suas lideranças vem crescendo, por entender a importância da luta dos trabalhadores por melhores salários e da contribuição do Movimento Popular para o êxito na luta desses companheiros. No Rio, as nossas lutas, principalmente por saúde e transporte, são lutas travadas em conjunto com os sindicatos dos metroviários, ferroviários, rodoviários e outros afins. Hoje, a FAMERJ é cobrada se deixa de convocar o Movimento Sindical para as reuniões que são feitas no interior do Estado, em locais mais afastados, onde os convites principais são para as entidades. A gente hoje possui clareza sobre a importância do Movimento Sindical, da unidade do Movimento Popular com o Movimento Sindical. Na Greve Geral, no dia 20 de agosto, o Movimento Popular participou de toda a sua organização, não só a nível da direção, mas a nível da base, formando em todo o Estado 20 comitês de preparação da greve, com reuniões semanais, panfletagem, pichações. Foi uma participação viva, participação coroada no dia 20 quando, em regiões importantes. O Movimento Popular entendeu a importância da greve geral, derrotar o Plano Bresser, de lutar por diretas já. Eram os eixos principais da greve geral. E, com a experiência de fechar ruas, fechar-se as vias, de acampar em frente dos empregos, utilizou-se da experiência adquirida na luta pelo transporte. Apesar de toda a repressão, o movimento não se intimidou e, sempre que pôde, resistiu com o objetivo de dar a sua contribuição. No Rio, não seria correto afirmar que o movimento saiu na vanguarda, mas, sem dúvida, ele demonstrou uma unidade muito grande. E a unidade necessária entre o Movimento Popular e o Movimento Sindical tem tudo para dar certo. É necessário ressaltar que todo mundo conhece as especificidades do Movimento Sindical e do Movimento Popular, mas compreendeu que este pode dar uma grande contribuição. Já que a luta contra o Plano Bresser não atingia diretamente o Movimento Comunitário, soubemos dar uma resposta à altura no dia 20 de agosto, mostrando, para aqueles que não gostam, que o Movimento Comunitário pode sim e, sempre que necessário, dar uma contribuição do Movimento Sindical, e vice-versa.

M.P. - *Como você avalia o desempenho da CONAM?*

Hélio - No que se refere à CONAM, desde o início, eu, particularmente, vi que não daria certo. O Primeiro Congresso todo mundo sabe o que foi, o

...O Movimento Popular entendeu a importância da greve geral, de derrotar o Plano Bresser, de lutar por diretas já.

... nos desfilamos da CONAM, já que ela, em nossa avaliação, não representa o conjunto do movimento popular.

... A CONAM, efetivamente, não conseguiu travar nenhuma luta.

que comprova tudo aquilo que alguns setores do Movimento Popular constatavam. No Rio, nos desfilamos da CONAM justamente por discordar radicalmente da linha política que ela defende, pela forma que ela encaminha as questões, sem contar os outros fatores. Primeiro, porque ela não encaminha nenhuma luta a nível nacional. A CONAM, efetivamente, não conseguiu travar nenhuma luta. Tínhamos três companheiros no Conselho de Representantes que eram da CONAM, representavam nossa entidade. Os companheiros foram duas vezes ao Conselho de Representantes, gastaram dinheiro com os foras e nada aconteceu. Reuniram-se quatro ou cinco pessoas que estavam lá também esperando o Conselho de Representantes da CONAM. Tanto na minha avaliação pessoal, como na da entidade, como no conjunto do Movimento Popular, ninguém conhece a CONAM. Poucas pessoas conhecem a CONAM, até porque há uma coisa muito verdadeira: você conhece a entidade na medida em que ela leva alguma luta efetiva e a CONAM hoje não leva nenhuma luta. Se leva, leva na clandestinidade. Se leva, leva na articulação com alguns setores, na articulação particular com os órgãos públicos, alguma coisa assim. Quem viu o último Congresso sabe que aquilo não existe. Um Congresso totalmente antidemocrático, feito para as comunidades não participarem. Hoje a CONAM não representa, na nossa avaliação, o conjunto do Movimento Popular. A sua concepção política é muito diferente da que levam as confederações municipais. A CONAM no nosso Estado não existe. Existe representação sim, existem dois ou três companheiros que estão lá, que estão na direção da CONAM, mas você não a vê no Estado, em momento algum, propor encontro; ou participar na luta do Movimento Popular, seja ela de transporte, de saúde etc. Você não vê a CONAM. Que entidade é essa? A gestão não vê nenhuma atuação, nenhuma contribuição no nosso Estado. Uma entidade nacional, segundo entendo, tem o objetivo de articular, a nível nacional, mas tem também de dar uma contribuição nas lutas locais. E isso hoje não acontece, e voltamos a perguntar: que entidade é essa? Não significa que sejamos contrários a uma entidade nacional. Achamos fundamental articular um Movimento Nacional.

M.P. - Fale um pouco sobre a política da CONAM.

Hélio - Nós, particularmente, acreditamos que um dos maiores problemas da CONAM é a concepção política dominante no interior da entidade. Uma concepção política que não se propõe a fazer avançar a luta, que troca a mobilização pela negociação de gabinete. Uma política que, ao invés de promover a organização do movimento, permite que ele seja cooptado pelo Estado. É essa a concepção predominante na CONAM e, a partir destas concepções, constatamos uma série de problemas. Na formação da CONAM, no seu primeiro Congresso, quando houve aquela pancadaria, já estava explícito o jogo de interesses e que os diversos setores tinham um compromisso sim, mas não com o movimento. Tinham compromisso com quem estava bancando aquele Congresso, tinham compromisso com alguns parlamentares e com algumas candidaturas que os companheiros estavam defendendo. Isso ficou muito claro. E, daí por diante, foi assim. Até que a gente gostaria de estar errado e que alguns companheiros nos mostrassem as lutas que a CONAM encaminhou.

Precisaremos um pouco mais esta questão. Hoje, a concepção que se coloca dentro da CONAM é a de alguns dirigentes sindicais, alguns companheiros que trocam a mobilização pela negociação. Traem, na verdade, a classe trabalhadora. Em algumas lutas, a do transporte por exemplo, soube pelos jornais, que a CONAM enviou emendas para a Constituinte. O

Rio, é um dos Estados onde a gente tem conseguido uma mobilização forte, a nível do transporte e ninguém soube dessa emenda no Estado. Na FAMERJ não chegou nenhum abaixo-assinado, nada. Que entidade a nível nacional é essa, cujas entidades que representa não recebem sequer informes sobre as lutas que ela leva? São fatos que nos levam a questionar a CONAM. Sua concepção política, aquela que enxergamos através de nossa avaliação, não coincide com os interesses do movimento, com as suas perspectivas. Por isso nos desfilamos da CONAM, já que ela, em nossa avaliação, não representa o conjunto do Movimento Popular.

M.P. - Como a ANAMPOS vê a questão da unificação do movimento? E como você vê a criação de uma Central de Movimentos Populares a nível nacional?

Hélio - Sem sombra de dúvida, é importante uma entidade a nível nacional, uma entidade representativa, uma entidade que consiga espelhar e refletir os anseios populares, uma entidade que acompanhe a luta do transporte, da saúde, da habitação, e consiga, de fato, uma articulação a nível nacional. Uma entidade que preste assessoria ao movimento e viva através das suas orientações, seja da sua direção, seja das bases, os interesses contidos no seio do Movimento Popular. Isso é fundamental. E uma entidade nacional teria, sem sombra de dúvida, esses objetivos.

Hoje, a ANAMPOS começa a discutir a proposta de uma Central dos Movimentos Populares que teria esses objetivos. Aqui queria frisar que, em se tratando da ANAMPOS, a minha posição é pessoal, uma vez que a entidade não discutiu essa questão. Particularmente, estou interessado em discutir a idéia da Central, mas tenho algumas ressalvas baseadas, especialmente, na atuação da CONAM. Penso que é preciso se discutir essa articulação a nível nacional. Qualquer entidade nacional deve surgir como fruto de uma discussão na base do movimento, não ser um órgão vindo da cúpula, vindo de cima para baixo como a CONAM fez. A questão da Central é algo que se começa a discutir. Já temos alguma articulação no Rio de Janeiro com companheiros do Movimento do Solo Urbano, do Movimento dos Sem Terra, para marcar uma reunião no Rio com o objetivo de aprofundar esta questão. Como o movimento de forma efetiva pode começar a participar da Central, nesse momento, eu particularmente acredito que é preciso entender a proposta. No Encontro da ANAMPOS, discutimos a importância da Central, o seu funcionamento e questões ligadas à sua estrutura. Uma das resoluções mais importantes desse congresso foi sobre a importância desta discussão, e que ela seja aprofundada nos Estados. A ANAMPOS é menos conhecida ainda que a CONAM, quer dizer, a ANAMPOS consegue em poucos Estados ter uma articulação de luta, uma experiência de mobilização. É preciso que essa discussão comece a esquentar. Particularmente, por ser diretor da FAMERJ, tenho uma preocupação, até porque entendo a importância de uma entidade a nível nacional. A FAMERJ que se desfilou da CONAM precisa hoje trabalhar e discutir com outros companheiros para encontrar uma perspectiva nova, uma entidade mais comprometida e que surja como fruto de uma discussão mais ampla.

M.P. - Por onde passaria a coordenação a nível local? Não haveria uma sobreposição?

Hélio - Essa é até uma das reflexões que vamos ter que fazer. Em outros Estados, onde existe o Movimento Popular organizado, como no Rio, em federações, isso precisa ser discutido. Poderia haver uma sobreposição, o que

... Hoje, a concepção que se coloca dentro da CONAM é a que troca a mobilização pela negociação.

DEBATE COM
CANDIDATOS À
PREFEITURA DO
RIO



Compareça e traga
propostas!

Dia: 15/10/88
- às 14hs

Local: CASSINO
BANGU

End: Rua Fonseca,
534 - BANGU
(Centro de Bangu)

PROMOCÃO:
FAMERJ
Fed. Assoc. Mor. Est. RJ

Procure a associação
do seu bairro

HELIO RICARDO LEITE PORTO - É 3º Vice Presidente da FAMERJ e membro do secretariado da Articulação Nacional das Lutas de Transporte - ANLUT. Coordena a Secretaria Regional de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores - PT. Foi Diretor das Associações de Moradores do Jardim Novo Realengo e do Conjunto Habitacional Pedro I, ambos em Realengo (Região Oeste do Rio de Janeiro), foi coordenador da Zonal de Bangú da FAMERJ.



não é nada bom. Volto a afirmar que essa proposta precisa ser melhor estudada, particularmente no que se refere à centralização. Se não houver um mínimo de habilidade, ela pode, por um lado ajudar, mas pode, com certeza, criar uma tremenda confusão e acabar com tudo o que existe de mais organizado. É preciso, de forma muito fria, estudar as diferentes realidades. Penso que o maior instrumento para evitar que isso aconteça é garantir essa discussão no interior das Associações de Moradores. Porque elas, junto conosco, poderão focalizar essa proposta à luz do que vivemos no dia-a-dia. Nesse momento, como analisamos, nessa atual conjuntura difícil, onde o quadro tende a se agravar, se você toma uma decisão errada, você pode comprometer o futuro do movimento. É preciso sentar, refletir e pensar muito sério pois o que está em jogo não é apenas uma proposta de central, mas o futuro do Movimento Popular. É preciso ter muita habilidade, porque o nosso papel enquanto militante é o de construir, é apontar junto com o movimento, alternativas, formas de luta. Uma atitude impensada pode nos levar a um papel contrário: destruir o Movimento Popular nos Estados.



Movimento comunitário no Rio Grande

M.P. - Em primeiro lugar, gostaria que você fizesse um rápido histórico da FRACAB.

(*) **Cláudio Ney** - A FRACAB nasceu da necessidade dos moradores se articularem e adquirirem forças para alcançar, junto aos poderes públicos, o atendimento das reivindicações dos bairros, vilas, favelas. Então, chegou-se à definição que, além de Associações de Moradores, se deveria criar uma Federação. E assim foi articulada, há vinte e cinco anos atrás, no Rio Grande do Sul, a FRACAB. Hoje, atuamos no movimento comunitário com muita segurança. Apesar de ter mudado a conjuntura, a FRACAB não deixa de acompanhar a luta específica dos moradores.

M.P. - Que tipo de lutas específicas a entidade tem levado?

Cláudio Ney - As lutas por transporte, habitação, saúde, educação. Assumimos também a luta dos aposentados, visando corrigir os valores de suas aposentadorias. São pessoas que trabalharam vinte e cinco a trinta anos, e hoje recebem menos do que o salário mínimo. Outra luta que estamos desenvolvendo, é na defesa dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

M.P. - Quais os mecanismos de decisão da FRACAB?

Cláudio Ney - Ela é composta por uma diretoria executiva, com um Vice-Presidente para a Região Metropolitana e outro para o interior, uma secretaria geral e um conselho fiscal, cujos membros são eleitos. Nos municípios, seus representantes são proporcionais ao número de associações filiadas e que participam de um Conselho que tem poderes deliberativos dentro da FRACAB.

M.P. - Como a FRACAB tem se relacionado com o governo e os partidos políticos?

Cláudio Ney - Nossa convivência com o governo não é boa na atual conjuntura, pelo fato de a entidade não fazer uma política partidária apesar de sua natureza política no sentido amplo. Esta posição fatalmente nos cria alguns empecilhos junto aos órgãos públicos. Mas, na maioria das vezes, temos buscado e chegado a resolver, junto a estes, questões referentes à luta dos trabalhadores em geral e, particularmente, à luta dos moradores. Encaminhamos e acompanhamos todos os movimentos.

Hoje, talvez, contamos com uma aceitação ou compreensão maior por parte dos políticos em geral no que se refere às questões que defendemos, não são nada menos que os direitos da cidadania.

M.P. - E no que se refere às eleições. Qual o procedimento da entidade: apresenta candidatos ou se limita a dar o seu apoio? De que forma a questão eleitoral interferiu no andamento das atividades?

Cláudio Ney - O Conselho Deliberativo definiu que se desse apoio a candidatos oriundos do movimento comunitário. Infelizmente só tivemos um

Através da FRACAB se articulam as Associações de Moradores do Rio Grande do Sul, com uma grande tradição de luta que já dura mais de 25 anos. Esta entrevista, resgata um pouco da história desta Federação, discutindo a relação da entidade com o Estado, os partidos políticos, o Movimento Sindical e com a CONAM.

(*) Cláudio Ney de Matos - FRACAB
março de 1988

... as questões que defendemos não são nada menos que os direitos da cidadania.

candidato eleito. Fizemos então, uma avaliação sobre os candidatos militantes que concorreram e não se elegeram e que militavam em diversos partidos. Concluímos nossa avaliação pela necessidade de que as entidades do movimento comunitário devam interterir de outra maneira nas futuras eleições.

M.P. - O Movimento Popular questiona o fato de durante o período eleitoral ocorrer uma certa paralisação, uma certa desestruturação no movimento. No caso da FRACAB, como a entidade sustenta suas intervenções políticas no período eleitoral, como ela se mantém ativa em suas finalidades durante esse período?

Cláudio Ney - Acredito não ser correta a premissa contida nesta pergunta, uma vez que os companheiros envolvidos na campanha eleitoral não abandonaram o trabalho do movimento comunitário. Há consenso, porém, em relação ao fato de que os partidos de direita sempre põem isto em dúvida, colocam esta questão.

Entendemos que, de fato, nesse período, o trabalho comunitário não andou tanto como antes, até mesmo porque, antes, o companheiro estava na associação de uma vila, onde participava de alguma intervenção política. E, durante o período eleitoral, esse companheiro representa a sua sigla partidária. Entretanto, como temos hoje dentro da diretoria companheiros que participam dos mais variados partidos, acho que esta colocação não procede.

M.P. - Como é a relação da entidade com o Movimento Sindical? Há uma articulação ou ele é entendido como um movimento diferenciado?

Cláudio Ney - Sim, há uma articulação com outros movimentos. Até mesmo porque estamos presentes em conselhos de várias entidades e temos que nos articular com outros movimentos de esquerda. Posso citar, como exemplo, a nossa participação no Conselho Estadual de Saúde, nos CIRES municipais, na Câmara Metropolitana de Transporte Coletivo e a nossa articulação com os sindicatos dos metroviários e rodoviários, articulações essas que contribuem para abrimos um leque maior de discussões e para ampliar os seus resultados. E creio que temos que estimular essa participação.

M.P. - Quais as principais dificuldades da entidade para encaminhar suas propostas aos movimentos populares e para se posicionar frente ao governo?

Cláudio Ney - A primeira dificuldade é material. Somos uma entidade com um quadro de funcionários que, como todo trabalhador, precisam receber seu salário dia 30 de cada mês. E não dispomos de recursos próprios. Esta restrição dificulta a divulgação de um trabalho que queremos tomar mais amplo. Dificulta, por exemplo, o deslocamento de um companheiro para uma reunião em Uruguaiana porque isto representa custos. A FRACAB nem sempre tem condições de bancar as viagens.

Tal situação nos leva, às vezes, a buscar ajuda junto aos órgãos públicos para financiar o movimento comunitário. Nem sempre esta atitude é entendida por alguns segmentos que vêem nisso um atrelamento da entidade, colocando - às vezes, de forma até maldosa - que a entidade é direitista; e outras questões que não gostaria de comentar porque isso não vai contribuir com nada.

Mas temos certeza que realmente desenvolvemos um trabalho com a maior dificuldade, e que estamos, em todos os momentos, ao lado dos trabalhadores, dos moradores.



M.P. - Qual é a diferença que vocês percebem entre a "velha" e a Nova República e em que medida a mudança de conjuntura política influenciou o trabalho da entidade? Esta mudança prejudicou o trabalho de vocês?

Cláudio Ney - Há uma diferença até explicável. No regime militar, os partidos eram impedidos de atuar. Havia muita repressão e vivemos momentos em que os sindicatos estavam cerceados, só havia um canal de manifestação que eram os Movimentos Populares. Então, aquele momento representou o auge do Movimento Popular e a intervenção dos companheiros nos dois únicos partidos existentes era extremamente limitada. Todas as ações reivindicatórias confluíram para a FRACAB e, nesse âmbito, se desenvolveu toda a crítica ao regime e todo o movimento reivindicatório.

Alguns companheiros que estavam conosco estão hoje em seus partidos, fazendo política partidária e abandonaram o movimento comunitário. Não podemos deixar de reconhecer que foram companheiros que deram grandes contribuições quando militaram no movimento comunitário.

M.P. - O que caracteriza e distingue a atuação da FRACAB frente às entidades que lhe são filiadas?

Cláudio Ney - Temos dificuldades até de enviar material para uma união municipal ou uma Associação de Moradores. E hoje, com a nova estrutura do movimento comunitário do Rio Grande do Sul, onde as uniões devem ter uma atuação nos municípios junto às associações - as uniões se articular com as associações - a FRACAB tem uma atuação mais conjuntural. Limita-se a passar as informações, estar junto ao movimento nas lutas para suprir suas necessidades. No âmbito municipal, a união tem uma atuação maior do que a FRACAB, já que a estrutura do movimento comunitário funciona como uma pirâmide, composta da associação, da união municipal e da federação - no caso, a FRACAB - e, a nível nacional, a CONAM.

M.P. - Como a FRACAB avalia o desempenho da CONAM? Ela representa efetivamente o seu Estado? Na sua opinião, qual o trabalho específico que a CONAM deve ter a nível nacional e, em que medida, sua atuação se diferencia da atuação da FRACAB?

Cláudio Ney - A CONAM, a nível nacional, não representa o movimento comunitário no Brasil. Existe uma articulação no sentido de se criar outro organismo que substitua a CONAM e que faça uma crítica do trabalho dessa entidade, pois alguns companheiros acreditam que ela não representa o grosso do movimento comunitário e sim algumas facções partidárias. Mas essa questão deve ser melhor discutida brevemente.

M.P. - Quer dizer que, no momento, a FRACAB ainda não definiu sua posição em relação à CONAM?

Cláudio Ney - Nós temos participação na diretoria da CONAM. Reconhecemos a necessidade de realizar uma avaliação da entidade e tirar uma posição a nível nacional. Como diretor, o que posso dizer é que a federação deve se manifestar em relação ao trabalho da CONAM e, principalmente, sobre o episódio ocorrido em Brasília na semana passada, quando a CONAM e várias outras entidades participaram de uma manifestação em frente ao Palácio da Alvorada pedindo 5 anos para o presidente Sarney e sobre outras atividades em apoio aos cinco anos de mandato. Esta não foi uma posição tirada pela diretoria, até porque não se discutiu essa questão. Mesmo que alguns companheiros tenham essa posição, trata-se de uma postura pessoal. É importante ressaltar que a FRACAB não participou em nenhuma dessas manifestações.

... Nós temos participação na diretoria da CONAM. Reconhecemos a necessidade de realizar uma avaliação da entidade e tirar uma posição a nível nacional.



... A nossa luta se iniciou em 1979, nos tempos mais difíceis da ditadura militar...

mas conseqüências as reivindicações das comunidades. O que colaborou para essa posição foram a discussão e o debate que tivemos com outra entidade geral, que é a Federação das Favelas.

M.P. - Como é a relação da União com o governo, com os partidos políticos, com os parlamentares, com os sindicatos e com as entidades congêneres?

Vilani - Uma das maiores divergências que a gente tem com a Federação das Favelas é que ela vê a sua luta do ponto de vista das reivindicações mais específicas. Ela não consegue ampliar sua luta para a saúde, o trabalho, a moradia, para a mudança de governo que está aí, para a transformação desta sociedade para uma sociedade nova, uma sociedade socialista. Não consegue aliar a luta do Movimento de Bairro com a luta do Movimento Sindical, com a luta do Movimento de Mulheres. Hoje a Federação de Bairros e Favelas é completamente atrelada ao governo de Tarso Jereissati, que é o maior representante do governo da Nova República. E nós temos enfrentado problemas com este governo que usa dois pesos e duas medidas: atende aqueles que o apóiam e que o sustentam e reprime, discrimina, não atende e até nega a nós a legitimidade. Isso acontece com a União das Comunidades, com as próprias CEBs e com os movimentos que têm uma postura contra o governo da Nova República. Exemplo disso foi um acampamento que fizemos em frente ao palácio do governador que se negava a negociar, sendo que no dia anterior havia recebido a Federação de Bairros e Favelas sem que ela sequer tivesse marcado audiência.

A nível de Prefeitura, a gente também havia enfrentado muitos problemas porque sua política não se diferenciava da política do governo do Estado. Hoje, com a vitória da administração popular em Fortaleza, temos encontrado canais que possibilitam o diálogo, a discussão e, até mesmo, o atendimento de parte de nossas reivindicações, principalmente no que se refere à questão da habitação. Treze terrenos já foram desapropriados pela Prefeitura. Em algumas lutas mais gerais, como no caso do acampamento em Campeba, conseguimos o apoio de vários políticos do PT, do PDT e de setores mais progressistas do PMDB. Mas isto não acontece sempre. Temos divergências aqui inclusive com o próprio Partido dos Trabalhadores, com o qual temos uma afinidade maior. Há dificuldades no sentido de traçar uma tática, de traçar um plano conjunto com político ou parlamentares. Temos tido muita facilidade no relacionamento com outras entidades, como com as Comunidades Eclesiais de Base, Movimento de Defesa dos Favelados e com a própria CUT. Participamos juntos da preparação da Greve Geral e, sem modéstia, a União das Comunidades jogou um papel fundamental nessa ocasião. As comunidades, as associações de moradores filiadas à União foram às portas das fábricas para fazer piquete, se mobilizaram nos bairros e realizaram assembleias populares. Tinha facilidade no relacionamento com essas entidades. Prova disso foi o próprio acampamento de Campeba, onde conseguimos juntar vinte e três entidades que fortaleceram e se solidarizaram com a nossa luta.

M.P. - Quais os mecanismos de decisão? Qual a relação com as entidades filiadas? Como as entidades participam dos mecanismos de decisão?

Vilani - O fórum maior é o Congresso que passará a ser realizado de dois em dois anos. Realizamos o I Congresso nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 1987, quando várias decisões foram tomadas, as quais estão sendo implementadas através da diretoria. Foram tirados alguns princípios de organiza-

ção e participação. Abaixo do Congresso haverá a Assembléia Geral, onde todas as comunidades, associações e grupos organizados terão direito a mandar os seus representantes. Temos outros mecanismos que agilizam a implementação das deliberações já tomadas, como o Conselho de Representantes de Moradores, composto por um membro de cada entidade. Então, uma comunidade, uma associação ou um conselho de moradores elege um conselheiro e um suplente que se reúnem mensalmente com a diretoria da União das Comunidades para discutirem e, se for o caso, tomarem algumas deliberações. Realizamos fóruns menores com a diretoria e a executiva da União das Comunidades da Grande Fortaleza.

M.P. - O que há de específico na atuação da União e que a diferencia da atuação das outras entidades filiadas?

Vilani - De específico, temos a questão do trabalho e da moradia, que foi a deliberação do nosso I Congresso - muito embora tenha sido uma decisão de todas as entidades que dele participaram. Existe dificuldade de implementar essa decisão no conjunto das comunidades porque cada uma possui uma questão mais específica. Mas é importante ressaltar que, mesmo existindo contradições, nos momentos mais críticos há uma atuação conjunta, uma unificação. Poderíamos citar, algumas ocupações de terra onde houve repressão, como por exemplo a de Quintino Cunha, quando cerca de três a quatro ônibus de policiais, armados com bomba de gás, espacaram, derrubaram casas e prenderam dez pessoas. A sensibilidade e a solidariedade das comunidades é uma coisa muito marcante. As comunidades se mobilizaram. Armou-se um esquema de transporte e, de repente, cerca de 50 comunidades estavam naquele local, fortalecendo a luta do pessoal. Na maioria dos casos de ocupação de terra é usado esse esquema. As comunidades se mobilizam e, na hora da ocupação ou investida de repressão, a gente consegue somar forças, mesmo que no dia-a-dia esta união não esteja tão presente por prevalecerem questões específicas de cada associação de moradores.

M.P. - Como a União se posicionou em relação às eleições de 82, 85 e 86? Apoiou ou lançou algum candidato? E em que medida a posição tomada interferiu no trabalho?

Vilani - A entidade, enquanto entidade, não teve um candidato, mesmo porque a gente entende que a entidade não deve se prender a um partido político. Pode até ser que, em Congresso, se discuta o lançamento de um candidato de consenso, mas essa questão não se fazia presente nas eleições passadas. A nível de eleição municipal, verificou-se uma união muito grande no sentido de se investir tudo para a eleição de Maria Luiza. Primeiro, era uma pessoa que já vinha participando conosco da luta, muito antes de ser candidata e, depois, porque a gente se identificava com o projeto que ela defendia. Não era a pessoa Maria Luiza, mas o projeto que se identificava com os objetivos de nossa luta. Houve um acúmulo de forças e as lideranças jogaram um papel importante, assimilando a política e a campanha de Maria Luiza estava colocando e até participando da elaboração desse projeto. Hoje, a gente coloca a vitória de Maria Luiza como um elemento muito importante para a consolidação da nossa luta, não como atrelamento, mecanismo que a gente sempre contestou. Mas a administração popular sempre se fez presente na hora de consolidar as lutas, como hoje acontece com a questão do transporte coletivo. A prefeita banca as nossas reivindicações, não concede o aumento das tarifas e possibilita uma participação mais efetiva da população no que se refere a essa discussão.

... As comunidades, as associações de moradores filiadas à União foram às portas das fábricas para fazer piquete, se mobilizaram nos bairros e realizaram assembleias populares. (na greve geral)



... Do ponto de vista político há um salto qualitativo, mas esse salto não aparece no aspecto organizativo.



Do ponto de vista mais geral, a entidade sofreu um baque porque, de certa forma, o Plano Cruzado conseguiu acomodar muitas lideranças da União das Comunidades. Ocorreu um desencanto logo após as eleições, muito antes do que se esperava. Ao se abrir as urnas, já havia o Plano Cruzado II, o descongelamento, o aumento dos preços. A gente entende que houve um desencanto não só a nível dos participantes da nossa entidade, mas da população, dos brasileiros como um todo. A entidade sofreu com as eleições porque, na própria militância, muitas pessoas não acreditavam mais, achavam que a coisa não ia mudar, principalmente as pessoas que jogaram pesado na questão institucional, da eleição, do voto. Foi uma luta difícil a gente reestruturar, discutir com estas lideranças o que estava por trás do decreto do Sarney, do Plano Cruzado I, do Plano Cruzado II, a interferência desses acontecimentos em nossa luta e onde se encontrava a saída, que não era através do voto, que o voto era uma arma, mas, antes, o povo tinha que se organizar para um dia tomar as rédeas do poder. A entidade conseguiu dar uma virada e acumular força para realizar o I Congresso, um avanço muito grande na nossa luta.

M.P. - *Que dificuldades elou impedimentos interferem na atuação da União?*

Vilani - Uma dificuldade que se enfrenta é do ponto de vista organizativo. A entidade tem facilidade de juntar as pessoas na hora de tomar e implementar alguma decisão. A própria questão do transporte está mostrando que independentemente dos meios, de condução, as pessoas têm facilidade para se juntar. Mas o saldo organizativo, do ponto de vista da estruturação da entidade, tem apresentado uma deficiência que a gente não conseguiu superar.

Estamos num processo de preparação da eleição da diretoria. No Congresso foi tirada uma diretoria provisória e a decisão de que a escolha da diretoria permanente se daria através da eleição direta nas próprias associações de moradores. Tem-se enfrentado também dificuldades financeiras para se estruturar uma sede, para se ganhar o conjunto das entidades filiadas na colaboração e sustentação da entidade. Do ponto de vista político há um salto qualitativo, mas esse salto não aparece no aspecto organizativo. Há dificuldades das entidades em realizarem campanhas para finanças, fazerem bingos, leilões. Agora está ocorrendo uma guinada: houve um encontro durante um dia inteiro com o conselho de representantes quando se traçou um plano de trabalho: confeccionamos um carnê de pagamento para as associações darem a sua contribuição mensal. Já tentamos várias vezes um jornalzinho, mas há dificuldades das comunidades fazerem finanças em cima do jornal. Pegam os jornais, uns vendem, outros não. E o fato de a União não estar registrada, não eleger a diretoria apesar de ter sido aprovado os estatutos no Congresso, dificulta a elaboração de projetos para instituições que financiam esse tipo de trabalho.

M.P. - *E a relação da União com o Movimento Sindical?*

Vilani - A gente tem uma facilidade muito grande em juntar os setores do Movimento Popular. Na questão do transporte coletivo, algumas associações, por falta de clareza, quando da realização da assembleia, queriam que se tirasse o apoio à luta dos motoristas, alegando que eles estavam prejudicando a população. Mas, no processo de discussão, conseguimos deixar claro a legitimidade da reivindicação dos motoristas e, inclusive, diferenciar o papel da diretoria e o do restante da categoria. Participamos, apoiando a Oposição ao Sindicato dos Têxteis que, há 20 anos, estavam nas mãos da direita. A

União das Comunidades ia para as portas de fábrica fazer panfletagem, pixação, conversar com os trabalhadores que moravam na comunidade. Uma questão que para nós é fundamental é identificar, na comunidade, os operários que trabalham nas metalúrgicas, os que trabalham nas indústrias de couro, os que trabalham na tecelagem, e daí começar a fazer grupos de oposições. Desenvolvemos um trabalho durante a Campanha Salarial junto com os metalúrgicos. A elaboração e o processo de mobilização da Greve Geral tiveram a participação de todo o conjunto: Movimento de Bairro, Movimento de Mulheres, Pastorais e Movimento Sindical. Formou-se uma coordenação e todos os documentos, panfletos, cartazes eram unificados. A comunidade, que ficavam perto de uma determinada fábrica, fazia a panfletagem em suas proximidades.

M.P. - *Como vocês avaliam o desempenho da CONAM? O que ela efetivamente representa? Qual a sua atuação no Estado? Ela se sobrepõe à atuação da União ou das outras entidades locais?*

Vilani - A Confederação de Bairros e Favelas de Fortaleza espelha o que é a CONAM a nível nacional. A Confederação é um movimento fechado, estreito, só consegue ver as reivindicações do povo a nível específico. Não questiona a estrutura da sociedade. A luta pela saúde, pela casa, torna-se uma luta específica. A Federação tem sido um aparato do governo da Nova República. A gente participou de congressos da CONAM e as divergências no plano político eram muito grandes.

Uma discussão que a gente inicia é como encontrar uma forma mais efetiva de se contrapor a essa organização, já que não a reconhecemos como entidade geral que representa os Movimentos dos Bairros. Também não reconhecemos a Federação das Favelas que tem representantes da direção da CONAM aqui no Ceará. Nós repudiamos a maneira com que ela vem tratando as questões do movimento. Um dos últimos embate que tivemos se deu na abertura do Congresso Constituinte, quando a CONAM se fez presente, apoiando o governo da Nova República no momento em que o povo estava sendo massacrado, espeznhado pela política do seu José Sarney. A CONAM estava se reunindo, dando os braços, se atrelando ao governo federal que tanta miséria tem trazido ao povo brasileiro. Nesse sentido, temos travado discussão com setores da ANAMPOS de Teresina para ver como fortalecer a nossa luta e dar um salto de qualidade. Ou seja, como criar um instrumento que, de fato, represente as entidades que não concordam com a linha política da CONAM.

M.P. - *Existe uma proposta de Central dos Movimentos Populares? O que deve se levado em conta para uma articulação nesse nível?*

Vilani - Aqui, em Fortaleza, tem-se travado uma discussão no sentido de se criar uma organização a nível estadual, dentro da perspectiva de que esta seria uma forma de acabar com essa divisão entre cidade e campo, entendese que, tanto o pessoal do campo como o da cidade, são explorados. No nosso Congresso, tiramos a resolução de realizar um Congresso Estadual onde se pudesse avançar a discussão nesse nível. A gente considera de fundamental importância a criação de uma Central. Não seria uma articulação, mas uma entidade que, de fato, pudesse cumprir esse papel, não só de aglomerar, mas de travar em comum a nível nacional lutas na questão da moradia contra a política do governo, por um projeto de nova sociedade. As organizações populares precisam dar um avanço, saírem de suas especificidades, partirem para um visão mais ampla, discutindo o por quê da opressão, o por quê da

... Uma questão que para nós é fundamental é identificar, na comunidade, os operários que trabalham nas metalúrgicas..., e daí começar a fazer grupos de oposições



... "Um avalanche de ocupações de terra".

Surgida de um Encontro da Comissão Pastoral da Terra da Igreja, em 1984, sobre as Ocupações de Terras Urbanas, a Articulação Nacional do Solo Urbano - ANSUR existe em quase todos os Estados com exceção de alguns do nordeste. Nessa entrevista a ANSUR trata de como vem se organizando, como foi a sua atuação marcante e decisiva na formulação da emenda de reforma urbana e seu posicionamento com relação às articulações nacionais, central de movimentos e o papel dos partidos e governos no movimento entre outros assuntos.

M.P. - Em linhas gerais, faça um rápido histórico de como a Articulação se formou e como ela se encontra hoje.

(*) Paulo - A Articulação surgiu como uma iniciativa da CPT - Comissão Pastoral da Terra -, em 1984, em um encontro realizado aqui em São Paulo, por ela promovido. Por que uma articulação urbana foi promovida pela CPT? Porque nesse período, em 1982, 1983, principalmente 1983 e 1984, houve uma avalanche de ocupações de terra no Brasil inteiro. Normalmente, essas pessoas, que estavam envolvidas com essas ocupações, os próprios ocupantes, as lideranças, os agentes partidários ou agentes de comunidade eclesial, procuravam apoio político, uma assessoria técnica e alguma estrutura para tentar esse apoio e, a partir de uma reflexão interna, ela percebeu que não era esse o seu campo de atuação. Percebeu que deveria dedicar-se mais à questão agrária. Além do mais, a questão urbana de ocupações de terra estava num outro campo diferente daquele da experiência e atuação que ela já vinha acumulando. Ficou decidido, então, que a CPT não absorveria esse tipo de luta e resolveu-se chamar os vários contatos para fazer um encontro nacional. Este foi realizado; fez-se um outro encontro em Goiânia, em 1985, onde ficou decidida a criação da Articulação Nacional do Solo Urbano. Até ali não havia nenhum movimento que explicitasse esse tipo de preocupação. Foi uma articulação que reuniu as lideranças ligadas a entidades e que estavam, de uma maneira ou de outra, envolvidas nessa luta pela terra na cidade.

M.P. - Que entidades participaram da Articulação e qual a sua estrutura atualmente?

Paulo - Inicialmente foi muito forte a presença da Igreja, como evidência o seu nascimento através da CPT. Participavam centros de defesa de direitos humanos, agentes ligados a esses centros, agentes ligados a Movimentos Populares, lideranças de comunidades de base e também muitos militantes, principalmente do PT, que estavam de uma forma ou de outra contribuindo para essas ocupações. A Articulação, inicialmente, e até hoje, não se tem definido como movimento porque não foi discutida no interior desses movimentos. Foi discutida com as lideranças e, a partir daí, essas lideranças viram a necessidade de ter um espaço de discussão política, onde pudessem ser avaliados os rumos da luta, trocadas as experiências, debatidas as formas de construção da habitação, conhecidos os instrumentos jurídicos e aprofundada a questão da necessidade de formação política. Em alguns momentos, ela assumiu a característica de movimento. O ano passado, por exemplo, realizamos uma plenária nacional pela reforma urbana na Constituinte, já que a Constituinte estava colocando uma chance de discutir a questão urbana a partir da iniciativa popular. Então nós formamos uma plenária nacional onde a Articulação convidou em todos os Estados várias entidades ligadas a esta questão. Então, conseguimos formular uma petição de iniciativa popular de reforma urbana e conseguimos recolher assinaturas pelo Brasil inteiro. Re-

colhemos 158 mil assinaturas para um tema novo. Não se trata de tema, como a Reforma Agrária, que já vem sendo discutido desde antes do golpe de 1964, em relação ao qual a esquerda acumulou experiência. Como um tema novo, conseguimos obter 158 mil assinaturas. Isso foi empolgante! Hoje a questão da reforma urbana preocupa várias lideranças sindicais e partidárias. Este debate se originou em função desse movimento e da luta concreta que se trava pela terra. A bandeira da reforma urbana foi muito divulgada nesse movimento e sentimos que ela assumiu o caráter de movimento em diversos momentos. O que a gente fez, basicamente, foi reunir entidades, lideranças e movimentos ligados à questão da terra para encaminhar essa questão na Constituinte. Até agora, a Comissão de Sistematização absorveu algumas de nossas propostas - a questão do usucapião em cinco anos, a punição para a especulação imobiliária que, se foram aprovadas, contribuirão bastante para o avanço do movimento. A possibilidade do usucapião ser reivindicado por uma Associação de Moradores, em nome de seus sócios, dinamizará a retomada da organização das ocupações de terra e favelas que está há dez, vinte anos aí. Através das Associações de Moradores, que poderão pedir o usucapião em nome de seus sócios, vai-se organizar e politizar o movimento em cima de uma ação coletiva. A Articulação, como o próprio nome já diz, articula coisas já existentes, movimentos, lideranças, ocupações, entidades ligadas à luta pela terra.

M.P. - Como se dá, do ponto de vista orgânico, essa articulação?

Paulo - Inicialmente ela existia nas principais capitais; em onze capitais, basicamente em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Teresina, Manaus, Rio Branco. Hoje, ela continua existindo nessas capitais e se expandiu para todas as capitais do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Hoje ela busca uma maior penetração no Nordeste. Ela se organiza em municípios, em capitais e tem ido para o interior. Aqui em São Paulo, tem ido para a Grande São Paulo; em Minas, para doze municípios; no Rio, para a Baixada Fluminense, Petrópolis etc. Ela se forma basicamente com uma comissão de articulação do solo urbano e procura aglutinar as lideranças que estão no Movimento dos Sem Terra, no Movimento das Favelas. A Articulação tem trazido gente do Movimento das Favelas, que, apesar de manter sua identidade vem discutir na Articulação os seus problemas. Gente do Movimento dos Sem Terra, assessorias de associações de Arquitetos, de Geógrafos, Centros de Defesa dos Direitos Humanos, de uma maneira ou de outra, estão engajados nessa luta pelo solo urbano. Então formam-se comissões municipais, depois comissões estaduais, depois as regionais. Existem dez regionais: Norte 1, formada pelos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas; Norte 2: Pará; Nordeste 1: Maranhão, Piauí e Ceará; Nordeste 2: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Nordeste 3: Bahia e Sergipe; Sudeste 1: São Paulo; Sudeste 2: Minas Gerais; Sudeste 3: Rio de Janeiro; Sul 1: Paraná e Santa Catarina; Sul 2: Rio Grande do Sul; Centro-Oeste: Goiás, Mato Grosso do Sul e do Norte e o Distrito Federal. Estas Coordenações Regionais formam uma Coordenação Nacional e possuem um coordenador geral, saído de São Paulo, que sou eu. Somos assessorados na área jurídica pelo Firmino Fecho e pelo Miguel Baldez; na área técnica por Ermínia Maricato, Raquel Rolnik e outros companheiros que dão assessoria mais permanente. A gente se encontra em fase de implantação, há cerca de três anos, no âmbito dos Movimentos Populares, que se sabe ser um campo sem estrutura, portanto com mais dificuldades de unificação, onde se desenvolve uma luta mais difusa contra o Estado.

... O que a gente fez, basicamente, foi reunir entidades, lideranças e movimentos ligados à questão da terra para encaminhar essa questão na Constituinte.

(*) Luis Paulo Teixeira Ferreira - Articulação do Solo Urbano - abril de 1988

... A articulação não se tem definido como Movimento porque não foi discutida no interior desses movimentos

M.P. - *Como se dá a relação da Articulação com o Estado, com os partidos e com os parlamentares?*

Paulo - Defendemos o princípio geral de independência em relação ao Estado, aos partidos e aos parlamentares. Esse princípio de defesa da independência expressa o respeito à autonomia, à democracia interna do movimento. Mas reconhecemos que os Movimentos Populares tem muito agente dentro. Mas não é isso que fere a autonomia do movimento. O que a atinge é fazer com que ele não execute funções próprias, não possua um âmbito próprio para essas discussões. O movimento tem que abrir espaço para a discussão dessas várias tendências, das várias idéias políticas desses agentes. Pensamos que devemos ser independentes do Estado, fazer oposição ao Estado burguês, mostrando que ele foi montado para favorecer o crescimento do capitalismo. As leis de zoneamento são feitas para favorecer e promover o crescimento do capital. As leis do transporte coletivo, as concessões etc, protegem os empresários privados. As leis sobre loteamentos, no que se refere ao espaço vazio, permitem a especulação imobiliária, não a punem. A nossa luta se dá com o objetivo de inverter essa questão. Defendemos a independência do movimento em relação ao Estado burguês e os partidos, mas reconhecendo que eles existem, que estão aí e que podem até contribuir no debate se respeitarem, em última instância, a democracia do movimento, não tentando impor o que foi decidido no seu partido. Acharmos incorreto o atrelamento aos parlamentares, quero dizer, a transformação do movimento em base eleitoral de tal ou qual parlamentar.

M.P. - *Como vocês enfrentaram as eleições de 1985 e de 1986? A Articulação elaborou alguma estratégia para esses períodos eleitorais? Lançou ou apoiou candidatos próprios ou considera não ser esse o seu papel?*

Paulo - Esta discussão está muito incipiente na Articulação. Em primeiro lugar, a gente existe há poucos anos e só este ano conseguimos promover um debate em torno das eleições de 86 e para 88. Procuramos clarear quais as propostas que temos para o município. Se houver eleição municipal, quais devem ser essas propostas para a questão do solo urbano e qual deve ser o perfil dos candidatos. Recolhemos uma série de materiais no Brasil inteiro, estamos analisando a questão da concessão do direito real de uso, como elaborar a lei de zoneamento para punir a especulação imobiliária. É necessário que as lideranças ligadas às questões do uso do solo urbano busquem um compromisso dos partidos para com a nossa plataforma. Não podemos ignorar que muitas das lideranças ligadas à Articulação são lideranças em seus municípios e que poderão sair candidatos. Naturalmente, a gente vai apoiá-los. Temos na coordenação nacional, parece, um ou dois candidatos. Parece que o nosso coordenador regional do Rio Grande do Sul será candidato. Discute-se também outras possíveis candidaturas. Pretendemos lançar uma cartilha refletindo sobre as eleições e apresentando propostas que a gente pretende levar de fato em relação à Reforma Urbana, para que os companheiros dos movimentos mais ligados à Articulação possam adequar estas posições às candidaturas que quiserem apoiar. É claro que a gente aprofundará também as propostas dos partidos. Não sei se haverá uma opção em termos partidários. É certo que existe uma tendência, uma simpatia muito grande da Articulação pelo PT, embora muita gente não seja petista.

M.P. - *As eleições de 86 para a Constituinte e para a Assembleia Estadual não interferiram no funcionamento da Articulação?*

Paulo - A Articulação não havia feito esta discussão e ficou a critério de cada um apoiar tal ou qual candidato.

M.P. - *Levando em conta as várias formas de articulação que hoje estão colocadas para os Movimentos Populares, a nível nacional. Como a Articulação Nacional concebe hoje, a CONAM? No que diz respeito à sua representatividade, como vocês vêem a sua prática e que relação vocês mantêm com ela?*

Paulo - Atuamos dentro de um princípio de realidade política e somos a favor da unidade. Politicamente é importante a existência de um centro de unificação da atuação política nos Movimentos Populares, como existe no Movimento Sindical, que conta hoje com mais de um - há a CUT e a CGT -, por divergências políticas de encaminhamentos, de métodos etc. No entanto, se você for ver a história do que existe, do que é a CONAM, há uma série de questionamentos. O primeiro questionamento é sobre a sua representatividade. No ano passado, no processo da Constituinte, entramos numa plenária junto com a CONAM, mas escolhemos dois caminhos distintos. A CONAM preferiu manter sua presença nas plenárias nacionais. Há até uma pessoa, o Firmo Trindade, que ficou como **lobby** da Constituinte e o João Bosco ficou nas coordenações. Preferimos buscar assinaturas, fazer movimentos, atos políticos e tal. Eles propuseram duas emendas, uma sobre moradia e outra sobre transporte. E nós a da Reforma Urbana. Em uma reunião, disseram que a CONAM tem não sei quantas mil associações... Eles não colheram nem 60 mil assinaturas para cada emenda. Colhemos, para a nossa, 158 mil assinaturas. As nossas propostas foram acolhidas pela Comissão de Sistematização, eram política e tecnicamente melhor elaboradas do que as deles. As deles eram muito simplificadas. E a suposta representatividade da CONAM não se traduziu nem na coleta de assinaturas nem na movimentação que eles fizeram em torno da Reforma Urbana. A representatividade deles está visivelmente em questão. Podemos aferir também a questão da representatividade. Hoje, a FAMERJ se desligou da CONAM. A FAMERJ é hoje uma das maiores federações de Associações de Moradores do Brasil. Ou seja, a CONAM não estando presente no Rio de Janeiro, isso questiona sua representatividade. A CBB de Belém se desligou da CONAM. A FAMEB, criada em Recife, não se liga à CONAM. Em São Paulo, o grosso dos Movimentos Populares não é filiado à CONAM, e a entidade que a ela se liga é pouco representativa, a CORAPASM. A representatividade da CONAM está muito abalada. Por outro lado, o seu método de atuação nos Movimentos Populares é muito questionável. Ela vem assumindo uma política de atrelamento ao poder federal. Foi o que ocorreu em relação à COBAL, o que ocorreu na defesa de cinco anos de mandato para o Sarney, tendo elaborado até um documento que está circulando. Ela está atrelada à política do Estado burguês. O terceiro aspecto diz respeito à democracia interna da CONAM. Um Congresso com 7 mil pessoas pode até impressionar, mas acontece que as discussões políticas não passaram pela base, não foram discutidas, sendo possível uma grande manipulação política. Acho que se tem de superar a CONAM. Acho que a luta política hoje não passa pela luta interna da CONAM. Ao contrário da UNE, por exemplo. Na UNE passava, porque ela tem tradição, tem um mínimo de democracia interna. A CONAM não. Tem que se pensar outra coisa diferente da CONAM, a nível até de Associações de Moradores. É uma estrutura muito viciada e que hoje não tem nenhuma representatividade.

M.P. - *Quais os passos que os Movimentos Populares deveriam dar para superar a CONAM? Em sua opinião, em que sentido se daria o avanço?*

... Tem que se pensar outra coisa diferente da CONAM, a nível até de Associação de Moradores. É uma estrutura muito viciada e que hoje não tem nenhuma representatividade

Paulo - No Brasil, a gente tem acumulado experiências a nível de discussão política. Em relação à ocupação da terra, tem-se a Articulação Nacional do Solo Urbano. Ela vem crescendo politicamente, vem juntando lideranças e avançando em suas propostas. Em relação à Saúde, tem-se o MOPS - Movimento Popular de Saúde - que tem acumulado propostas, juntando as lideranças e aglutinando forças. No âmbito dos mutuários, existe a Federação de Mutuários, que aglutina lideranças importantes com uma política definida em relação ao Sistema Financeiro da Habitação. O movimento das favelas conta com o MDF. Existem hoje articulações nacionais que são importantíssimas, mas, pode-se questionar se elas abarcam os movimentos em vários Estados. E o fato de não abarcarem todos os movimentos eu digo que ninguém abarca. A meu ver, todas essas entidades que mencionei têm métodos democráticos de atuação. Ou seja, têm métodos que as fazem avançar no movimento, na medida que são combativas. Para se pensar em alguma coisa centralizada, necessitaria se convocar esse companheiros para conhecer essas entidades, assim, para se aprofundar-se a discussão política. Acho que o Movimento Popular é o movimento de lutas específicas; o acúmulo se dá nas lutas específicas. Movimento por transporte coletivo, por moradias ligada ao Sistema Financeiro, por moradias através da ocupação, na luta do favelado, na luta pela saúde. E os Movimentos Populares têm vários inimigos: o empresário do transporte, o loteador, o empresário da saúde, as empreiteiras que influenciam a destinação de verbas. Então a questão passa por você conseguir juntar essas experiências concretas que se tem, embora reduzidas.

M.P. - Uma comparação entre as lutas dos Movimentos Populares e aquelas levadas nos locais de trabalho, onde existe o patrão como interlocutor, vai apontar diferenças. As lutas trabalhistas se unificam no sindicato, e os Movimentos Populares onde se unificam? Eles são muito fragmentados e muitas avaliações consideram esta fragmentação como um obstáculo para a elaboração de políticas mais globais, o que limitaria os Movimentos Populares ao nível imediato das reivindicações. Você considera possível os Movimentos Populares unificarem suas lutas através de uma entidade nacional tipo CUT, CGT? Em caso positivo, quais as bandeiras de luta que podem promover esta articulação?

Paulo - É necessário, primeiro, se analisar a questão sindical e ver porque ocorre essa unificação. A lei tenta interceptar a unificação do Movimento Sindical, determinando as categorias profissionais e o espaço geográfico de cada categoria. A lei classifica as categorias profissionais, possibilitando sua estruturação através de impostos, contribuições sindicais etc. Então é uma estrutura com referências legais para a sua unificação. Nos Movimentos Populares há mais dificuldades. Ele não é estruturado, nem sempre existe uma Associação de Moradores; o Movimento de Saúde, por exemplo às vezes não é registrado, não possui entidade; o Movimento de Creche, idem; o Movimento de Transporte, idem. Não possui recursos próprios, não tem estrutura. Esse é um fator que dificulta a unificação dos Movimentos Populares. A questão da determinação de categorias e os recursos e entidades para mantê-las favorece a unificação do Movimento Sindical. O Movimento Popular tem características que permitiriam a sua unificação. Primeiro, há uma luta política geral contra o Estado burguês: fazer a reversão de recursos para as classes trabalhadoras. Ele é um movimento classista, é o movimento das classes trabalhadoras na busca de maiores recursos para a melhoria de seu bairro, melhoria dos transportes, de habitação. Por sua perspectiva, ele pode

se contrapor ao Estado burguês e permitir um campo de articulação. Segundo, através da construção de uma bandeira de luta. Não se pode fazer uma unificação em cima de "vamos juntar todo mundo". Não se trata de um grupo de amigos, de um grupo de jovens. Tem de se unificar em cima de uma bandeira e acho que hoje a bandeira maior, a palavra de ordem mais abrangente, é a Reforma Urbana. E o que é a Reforma Urbana? É mudar a forma de organização da cidade. É não fazer da cidade um grande gueto dos trabalhadores e o paraíso dos ricos. O que é a cidade, hoje? É o paraíso dos ricos, uma cidade bonita, com recursos, e a periferia é o que está fora da cidade, o local onde moram os pobres. É o apartheid. É onde mora o pobre, o negro, o trabalhador. Então, a bandeira da Reforma Urbana é uma grande luta de unificação. Reforma Urbana é a questão da terra, a questão do acesso à terra, do acesso à moradia. É a punição da especulação imobiliária, que joga cada vez mais o trabalhador para os espaços mais distantes da cidade. É a facilidade da desapropriação, o usucapião etc. É verbas também para a habitação, é transformar os programas habitacionais no acesso da população, sem intermediação. É a questão dos serviços públicos, pois eles não podem ser concebidos como objeto de lucros. Não se pode obter lucro no serviço de água, de esgoto, de luz, de transporte, de limpeza. Não se pode ter lucro com isso. Se se tiver lucro, você permite que o capitalista explore a saúde do pobre, seu transporte, sua creche. O quarto aspecto é a questão das tarifas. As tarifas têm que ser proporcionais ao que o trabalhador ganha. Muitas vezes você vê o trabalhador pagando tarifas de água que ele não pode pagar. Observe o movimento de luz que surgiu. A Eletropaulo quer tirar o rombo que ela criou em cima das costas do consumidor. Por último, vem a questão da gestão da cidade. Por quê? Porque tudo é decidido na calada da noite. Os empresários têm os seus canais junto à administração pública para buscar recursos. As empreiteiras têm, os empresários de ônibus têm lobby e canais fortíssimos que permitem o aumento das tarifas e a oferta de péssimos serviços. Linhas operando com um ônibus de duas em duas horas. Tarifas caras e serviços precaríssimos com ônibus velhos, ruins, raros e sempre cheios. O lucro é enorme porque as empresas só pagam o cobrador e o motorista, quando pagam. Há muitas empresas interurbanas em que o motorista, além de dirigir, exerce a função de cobrador também. Essas empresas têm canais diretos com a administração pública. É necessário quebrar esses canais, através da participação da população, através do conhecimento do orçamento, do conhecimento do cálculo de tarifa, de que os especuladores estão devendo impostos ao poder público. É necessário punir, os especuladores, porque, se eles, por exemplo, estão deixando as terras vazias, têm que pagar impostos mais altos. Acho que o grande problema é o da participação popular na gestão da cidade. Esse também deve ser um outro aspecto para a formulação de uma plataforma de Reforma Urbana. Juntar os Movimentos de Transportes, os Movimentos de Saúde, os Movimentos de Habitação, os dos Sem Terra, Favelados, de Ocupações de Terra e elaborar uma plataforma única que permita revirar a cidade de cabeça para baixo. Fazer com que o trabalhador tenha os recursos voltados para a sua cidade e que ele participe dos seus destinos. Construir uma cidade não para acumulação do capital como ocorre hoje, uma cidade para o capitalista, onde tudo se reverte para ele, onde as ruas são feitas para o escoamento de suas riquezas, o trem é feito para escoar a sua produção e trazer a sua matéria-prima. Tudo é feito para o acúmulo do capital. Queremos uma cidade feita para o trabalhador, para ele morar bem, viver com saúde, para que seus filhos tenham escolas, para que não morem longe da indústria, possam se locomover bem, tenham casa para morar e possam

... Reforma Urbana é a questão da terra, a questão do acesso à moradia. É a punição da especulação

... Tem de se unificar em cima de uma bandeira e acho que hoje a bandeira maior, a palavra de ordem mais abrangente, é a Reforma Urbana.

... Acredito que buscar a via da unificação está exatamente em resgatar o que já existe.

... A Articulação está levando a discussão da Central de Movimentos Populares sem tomar nenhuma posição ainda.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA - Participou das ocupações dos Sem-Terra, na Zona Leste de São Paulo em 1983 e 1987. É coordenador da Articulação Nacional do Solo Urbano e do Movimento Nacional Pela Reforma Urbana.

punir aqueles que estão querendo ganhar, lucrar em cima da cidade, da produção da cidade. Essa questão permite a unificação, a formulação de uma petição, de uma proposta de Reforma Urbana. Não da minha cabeça nem da sua nem só das cabeças das lideranças. Aprofundando o que a luta está produzindo, está produzindo, e alinhando todas essas questões. Num momento você muda algumas coisas, no outro momento, outras. Acho que isso ajudará a unificar os Movimentos Populares.

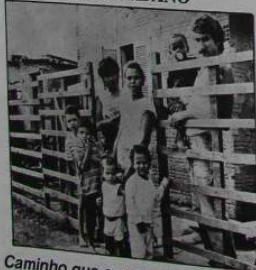
M.P. - A bandeira unitária da Reforma Urbana viabilizaria esse processo?

Paulo - Sim. Analise, por exemplo, a questão da Reforma Agrária. Ela unifica todo mundo que está no campo. E, muitas vezes, unifica entidades que estão politicamente com posições diferentes. A CUT, a CGT, a FETAG, a CONTAG, a CPT, os Sem Terra. A bandeira da Reforma Agrária unifica toda gente do campo. O gato e a lebre que lutam pela Reforma Agrária. Acho que a Reforma Urbana pode unificar todo esse conjunto de movimentos que lutam por uma cidade melhor, por luz, por água e transporte.

M.P. - Você teria mais alguma coisa que julga importante para essa discussão?

Paulo - Queria apenas fazer um adendo a essa discussão, agradecendo a oportunidade. Acho que esse processo de discussão da Central de Movimentos Populares apresenta posições extremadas. Há quem diga ser preciso criar a central; amanhã está criada e acabou. E outro que fala não, a central não tem nada a ver, o movimento não centraliza. Um tem uma posição otimista demais e o outro tem uma posição pessimista e negativista demais. Acredito que buscar a via da unificação está exatamente em resgatar o que já existe. E acumular a discussão em torno disso que já existe. Exemplo disso é a atitude da Articulação que está levando a discussão da Central de Movimentos Populares sem tomar nenhuma posição ainda. A gente quer amadurecer, ver e analisar bem o que é centralizar, por onde centraliza etc e tal. Acho que se deve realizar um fórum convocando principalmente os companheiros preocupados com isso para se definir melhor questões como a bandeira geral e a forma de unificação.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO



Caminho que a gente é,
caminho que a gente faz.

Pedro Casaldáliga

REFORMA URBANA JÁ!
TERRA E MORADIA PARA TODOS!
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA CIDADE!

MOVIMENTO POPULAR

Assessorando o movimento popular

M.P. - A FASE tem se empenhado, nos lugares em que atua junto aos Movimentos Populares, em contribuir para a unificação dos movimentos?

(*) **Durão** - A FASE entende que o saldo organizativo dos movimentos é um elemento importante e trabalha no sentido de buscar a unificação dos Movimentos Populares. Esta unificação pressupõe a consistência de organização de base em cada caso. Isto significa que, numa determinada área - Recife, por exemplo -, a articulação dos Movimentos Populares pode ter o objetivo central de um programa de educação popular. Em outro lugar, a FASE pode tentar estimular a emergência de organizações de base - Associações de Moradores, etc. Nem sempre há condições objetivas para constituição de entidades federativas.

Atualmente, já existem entidades federativas em quase todas as áreas de atuação da FASE junto aos movimentos de bairro. Em todos os processos de surgimento destas federações, a FASE esteve envolvida e defendendo uma concepção que valoriza a autonomia destas entidades e uma prática unitária de respaldo e fortalecimento das lutas que estão sendo desenvolvidas.

A questão da unificação é um problema atual a ser resolvido pelos próprios movimentos. E, no caso dos movimentos urbanos, existe um complicador do ponto de vista analítico, que é a extrema heterogeneidade dos movimentos. Eles são muito diferentes entre si e nas suas reivindicações, o que coloca a questão da diversidade em oposição à questão da unificação.

Se formos rever a atuação da FASE, a sua prática, vamos concluir que contribuímos em todas as áreas em que atuamos para a formação de entidades federativas que reúnem associações de moradores, centros comunitários, uniões de moradores.

M.P. - Como você encara a questão da unificação e a diversidade dos movimentos populares? É possível conciliar estas diferenças?

Durão - O que parece estar em questão no momento é a constituição de uma entidade que articule entidades de base, entidades federativas e movimentos como o dos negros, o de saúde, o dos sem-terra, com o propósito de ampliar as possibilidades da construção da identidade para além da questão urbana.

Pode-se dizer que uma grande variedade de Movimentos Populares e de entidades agrupam-se numa luta contra a espoliação urbana nas suas diferentes faces. Lutas por moradia, por creches, por água, por transportes, por saúde, etc. Mas existem outros tipos de movimentos mais amplos que precisamos avaliar com mais atenção e analisar se é possível ou não agrupá-los nesta entidade federativa.

M.P. - Esta discussão está sendo, ao que parece, colocada pela ANAMPOS, que possui uma proposta de constituição de uma Central de Movimentos Populares com um perfil bem amplo, congregando todos estes tipos de movimentos que você mencionou. O que você pensa desta proposta?

Existem no Brasil várias entidades que cumprem o papel de assessorar na organização e capacitação de quadros militantes dos movimentos populares. A FASE é uma delas com uma rede de 17 agências espalhadas pelo Brasil das quais 8 delas desenvolvem programas e produzem publicações, documentação e comunicação popular para assessorar os movimentos populares urbanos. Nessa entrevista ela se posiciona sobre as iniciativas de unificação e articulação do movimento popular.

(*) Jorge Eduardo Saavedra Durão - FASE

... A questão da unificação é um problema atual a ser resolvido pelos próprios movimentos.

Durão - De fato, no interior na ANAMPOS está sendo pensada esta proposta de constituição de uma entidade a nível nacional. Mas me faltam elementos para avaliar esta proposta em termos das mediações que estão sendo pensadas para o processo de constituição desta entidade. Imagino que, a curto prazo, esta proposta não se viabilizará a nível nacional.

M.P. - *Você não acha que talvez seja importante uma avaliação do que ocorreu com a CONAM, para entendermos melhor as questões que envolvem a constituição de uma entidade nacional dos Movimentos Populares?*

Durão - Acho. É preciso refletir sobre as causas mais profundas do insucesso da CONAM. Ir além dos erros de condução política, que são bastante conhecidos, e discutir questões como a da capacidade de os movimentos sociais elaborarem propostas políticas. Por exemplo: é possível, no âmbito de uma Confederação Nacional de Moradores, elaborar propostas políticas que respondam às questões colocadas pelos movimentos e permitam a construção de uma entidade de caráter nacional?

O movimento de bairros se constrói em cima de reivindicações localizadas e o salto para a formulação de políticas nacionais como a da reforma urbana ou a da política habitacional é muito difícil. Embora existam todas estas dificuldades, é possível pensar em todos os movimentos que se dão em torno de questões específicas mas que se vinculam a questões urbanas, dentro de uma Central.

M.P. - *Você acredita que propor a constituição desta entidade é desconhecer as condições reais dos movimentos? Que é voluntarismo?*

Durão - Penso que a ANAMPOS tem o mérito de romper com o imobilismo ao propor a criação desta entidade. Isto abre uma discussão e obriga todos nós a refletir a questão da unificação e suas possibilidades. Digo mais, as iniciativas de articulação nacional não podem esperar a construção de mecanismos de legitimidade e de representação. É válida a iniciativa da ANAMPOS de propor uma articulação em cima das lutas concretas. Ela é uma articulação de pessoas, não de trabalhos de base, e deve estimular o debate sobre as questões entre as entidades que poderiam construir esta Central.

Num paralelo com a CUT, vejo que ela, desde o seu início, vem ganhando tremendamente em termos de legitimidade e representação, e mesmo assim ela ainda hoje é uma central sindical em construção.

A questão é conseguir realizar a passagem de uma articulação, que permita a troca de experiências e o encaminhamento conjunto de determinadas lutas, para um tipo de entidade que tenha um mínimo de legitimidade para se apresentar como representativa destes movimentos, sem cometer os mesmos erros da CONAM.

M.P. - *Será que existe uma vontade política de se criar uma Central Nacional por parte dos movimentos e entidades federativas?*

Durão - Hoje existem no Brasil entidades federativas em vários Estados e esta proposta. A FAMERJ se desfilou da CONAM, a Comissão de Bairros de Belém sequer se filiou. Será que não é um pré-requisito, para se avaliar o papel que deve ter uma Central nacional, discutir as experiências das entidades federativas que já existem e suas posições acerca deste tema?

M.P. - *Que papel tem a FASE na discussão sobre a criação da Central*



Nacional ou, de uma maneira mais ampla, no debate sobre a unificação dos Movimentos Populares?

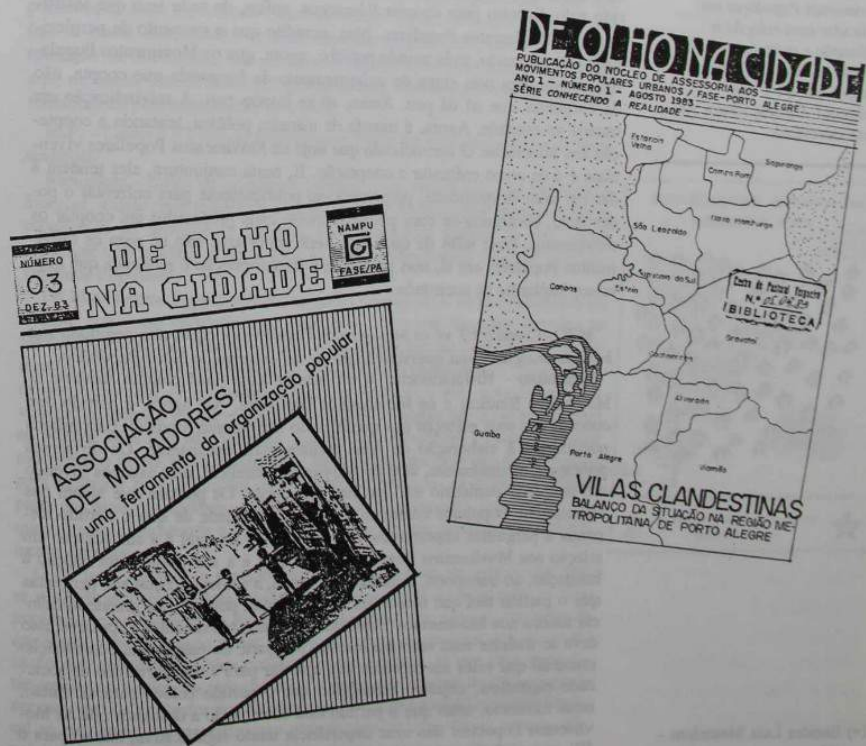
Durão - Uma entidade de apoio, como é a FASE, tem um papel de contribuir no sentido de fazer avançar o processo da unificação, mas deve também reconhecer o momento adequado para isso e só fazê-lo se contar com o apoio de entidades e movimentos que reconheçam a construção da unificação como uma necessidade para o avanço das lutas.

M.P. - *Quando você fala no apoio de entidades e movimentos, você está falando da possibilidade de construção de uma entidade nacional pluralista com características de entidades de massa?*

Durão - Agora, recentemente, tivemos uma experiência interessante com a criação da federação do Recife. Este é um trabalho que nós apoiamos. A diretoria que se eleger é formada por uma pluralidade de partidos ligados aos interesses populares. A chapa que perdeu tinha a hegemonia de um único partido. Uma entidade federativa deve estar aberta e receber todos aqueles que se engajam nos movimentos sociais, sem fazer discriminações partidárias.

... Penso que a ANAMPOS tem o mérito de romper com o imobilismo ao propor a criação desta entidade.

JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO - Antropólogo e coordenador nacional da Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional - FASE



PT e os desafios do movimento popular

O PT nasceu junto com o ascenso das lutas populares no final dos anos 70. As duas colunas mestras do Partido estão no movimento sindical e nos diversos movimentos populares. No entanto, há um descompasso no partido no que diz respeito ao posicionamento sobre a organização e ação dos Movimentos Populares em particular com relação a unificação e articulação. Por que isto acontece? Quais os avanços que o PT tem realizado? É o que vamos ver nesta entrevista.

M.P. - Com o advento da Nova República, qual é a importância dos Movimentos Populares e quais os desafios que hoje enfrentam?

(*) Mescoloto - Penso que, com o advento da Nova República, mudou a relação dos Movimentos Populares com o Estado e com as instituições. Diferentemente da Velha, eu acho que a Nova República possui uma capacidade maior de cooptação dos Movimentos Populares e por isso houve, de modo geral, por parte dos Movimentos Populares, uma súbita parada, quando não se sabia bem o que fazer. Com a cooptação das lideranças, vários trabalhos caíram por terra, e mesmo outros, que antes tinham grande capacidade política e reivindicatória, vão se extinguindo diante da cooptação, do papel exercido pelo dinheiro para cooptar lideranças, enfim, de tudo isso que assistimos nos Movimentos Populares. Mas, acredito que o momento de perplexidade está passando, todo mundo percebe, agora, que os Movimentos Populares passam para uma etapa de enfrentamento da burguesia que coopta, não da burguesia que só dá pau. Antes, só se levava pau. A reivindicação era tratada no cacete. Agora, é tratada de maneira política, tentando a cooptação das lideranças. O aprendizado que hoje os Movimentos Populares vivem é o de como enfrentar a cooptação. E, nesta conjuntura, eles tendem a dar um salto de qualidade, preparando-se politicamente para enfrentar o poder local, confrontar-se com políticos muito mais preparados em cooptar os movimentos. Esse salto de qualidade será importante não só para os Movimentos Populares em si, mas para toda a transformação e mudança que queremos implantar na sociedade.

M.P. - Como o PT vê os Movimentos Populares e como tem ampliado sua base de atuação e sua intervenção frente ao governo da Nova República?

Mescoloto - Historicamente o PT nasceu com duas colunas mestras: o Movimento Sindical e os Movimentos Populares. Até agora, o partido tem concentrado seus esforços nas questões do Movimento Sindical. Esta prática possibilitou a elaboração de uma política mais consistente. Os dirigentes principais, normalmente, vêm do Movimento Sindical, mas estamos vivendo um momento partidário em que isso não basta. Os petistas que atuam nos Movimentos Populares começam a sentir necessidade de que o partido responda à perguntas importantes, por exemplo, a de qual é a sua posição em relação aos Movimentos Populares, a de qual é a sua política em relação à habitação, ao transporte, à mulher, ao negro, à ecologia. Estas são perguntas que o partido terá que responder urgentemente, porque uma grande militância nasceu nos Movimentos Populares, atua nos Movimentos Populares; isso deve se traduzir num reconhecimento, por parte do partido, da contribuição essencial que estes movimentos têm que dar para a transformação da sociedade capitalista, objetivo estratégico que o partido coloca para si. Então, neste momento, acho que o partido está começando a descobrir que os Movimentos Populares têm uma importância muito significativa, não só para o PT, mas também para a transformação da sociedade, tanto quanto o Move-

(*) Eurides Luiz Mescoloto - PT
outubro de 1987

mento Sindical. Isto é, vamos tentar construir realmente essa coluna dos Movimentos Populares. Até agora, eles foram deixados meio de lado porque era importante dar uma força grande no Movimento Sindical. Mas, neste momento, o partido está cuidando dessa questão. Ele criou uma Secretaria Nacional que vem realizando vários encontros nos Estados. O partido está descobrindo, de uma vez por todas, a importância estratégica dos Movimentos Populares.

Com relação a segunda parte da pergunta - o enfrentamento do PT com o Nova República - o militante começa a repensar a política que norteia os Movimentos Populares e se capacita para enfrentar a nova realidade política. Hoje, o partido é um instrumento de capacitação do militante para os Movimentos Populares, é um instrumento de unificação da ação dos militantes para, junto com outros companheiros que militam nessa área, começar a discutir e assumir posições conjuntas e enfrentar, de uma maneira muito mais clara, muito mais objetiva, essa questão do Estado, da Nova República e da burguesia que se capacitou para atuar nos Movimentos Populares. Frente a esta burguesia que se capacitou, o PT tem que apresentar alternativas de qualidade. Para tanto, não pode permitir que questões meramente conjunturais sejam a principal preocupação dos Movimentos Populares. Mas deve politizar os Movimentos Populares, estabelecer lutas específicas - são importantes as lutas específicas - mas ter sempre muito claro que a luta específica se insere num quadro de uma luta mais ampla, geral, que é a da transformação da sociedade. Não se trata, portanto, apenas de ganhar uma coisa aqui ou acolá, mas de traduzir estas pequenas lutas numa estratégia da classe trabalhadora para transformar este país.

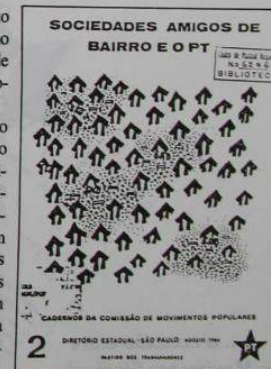
M.P. - Como o PT tem se posicionado frente às lutas populares e às lutas sindicais?

Mescoloto - Como as principais lideranças do partido vêm do Movimento Sindical, existe uma tendência a considerar os Movimentos Populares como subalternos ao Movimento Sindical. Esta concepção implica na dificuldade em traçar uma política sobre a relação entre o Movimento Sindical e os Movimentos Populares.

Os Movimentos Populares têm um papel fundamental no enfrentamento do Estado, que é um enfrentamento específico, diferente das lutas travadas no Movimento Sindical. Mas a conexão entre o Movimento Sindical e os Movimentos Populares é fundamental, já que o mesmo companheiro que é sindicalista, é morador de um bairro. Então, na verdade, a vida faz com que Movimento Sindical e os Movimentos Populares se unifiquem ou se interliguem na prática. Mas isto não significa que um seja subalterno ao outro. Os dois movimentos fazem parte de um todo, fazem parte das lutas dos trabalhadores para melhorar suas condições de trabalho, de moradia, de transporte; fazem parte das lutas das mulheres na redefinição de seus espaços, contribuem para que o negro compreenda a relação entre a sua origem racial e o empobrecimento econômico.

O PT tem, portanto, o papel de definir uma proposta da relação que deve se estabelecer entre os dois movimentos. Porque será a união entre as lutas populares e os Movimento Sindical que garantirá um avanço, um salto de qualidade, uma dimensão maior daquilo que a gente procura, que é a unificação dos trabalhadores para transformar a sociedade. Já que estas lutas estão unidas na prática, na vida diária do trabalhador, é papel do PT se organizar para que os militantes dos Movimentos Populares e do Movimento Sindical se encontrem, se respeitem nas suas atividades específicas, porque, afinal, estamos diante de um mesmo sujeito, de um mesmo trabalhador.

... O PT nasceu com duas colunas mestras: o Movimento Sindical e os Movimentos Populares



... Como as principais lideranças vêm do movimento sindical, existe uma tendência a considerar os movimentos populares como subalternos ao Movimento Sindical.

M.P. - Como o PT tem se posicionado frente às federações de moradores nos vários Estados?

Mescoloto - A verdade é que ainda, no PT, não temos um acúmulo de discussão sobre a questão de federação de moradores. Percebe-se que, a nível nacional, as realidades são bem diferentes. Pode-se ver, por exemplo, ser uma coisa a FAMERJ no Rio, uma outra a FRACAB no Rio Grande do Sul, ou o Movimento Defesa dos Favelados. Aqui em São Paulo, por exemplo, praticamente não existe federação de associações de moradores, ou então são tão pelegas que nem entram no quadro de avaliação política. Os movimentos aqui se organizam por áreas específicas: transporte, habitação, solo urbano etc. Há diversidade. Há petistas nas federações de moradores, em vários locais do país, como há petistas que são contrários às federações de moradores porque não concordam com sua atuação. Normalmente, elas estão nas mãos de pelegos. Penso que não devemos criar um pseudo problema com relação a isso. Por exemplo, onde as federações de moradores funcionam, onde têm uma atuação realmente boa, com lideranças importantes e sem cooptação, esta atuação deve ser pensada. Não dá para amarrar todas numa camisa de torça e dizer: ou todo mundo está nas federações ou ninguém está. O partido não pode ter essa diretriz. Temos que discutir melhor esta questão, mas tenho a impressão de que, por enquanto, a realidade de cada Estado mostra onde os petistas devem atuar. Há Estados em que as federações são importantes e há Estados, como São Paulo, onde tudo indica que isso seria uma perda de tempo, segundo a avaliação de muitos companheiros. A unificação nacional ainda depende de uma discussão, mas acho que, por enquanto, a atuação deve se dar nesse quadro que está aí. O partido não tem posicionamento claro em relação a essa questão, dependendo ainda de uma avaliação mais ampla, profunda das diversas realidades. As discussões em torno da CONAM, por exemplo, ou sobre a Central de Movimentos Populares, vão ajudar o partido e os petistas a refletirem sobre todas essas questões.

M.P. - As preocupações que temos são sobre as articulações nacionais. Existe a CONAM que já está funcionando e existem outras propostas. Existe a Central de Movimentos Populares, existe a Articulação Nacional de Solo Urbano, existe o Movimento Nacional de Reforma Urbana. Desejo saber como o partido se posiciona, em primeiro lugar sobre a CONAM, que é algo que existe, e depois em relação às outras iniciativas, como a Central de Movimentos Populares apoiada pela ANAMPOS e outras.

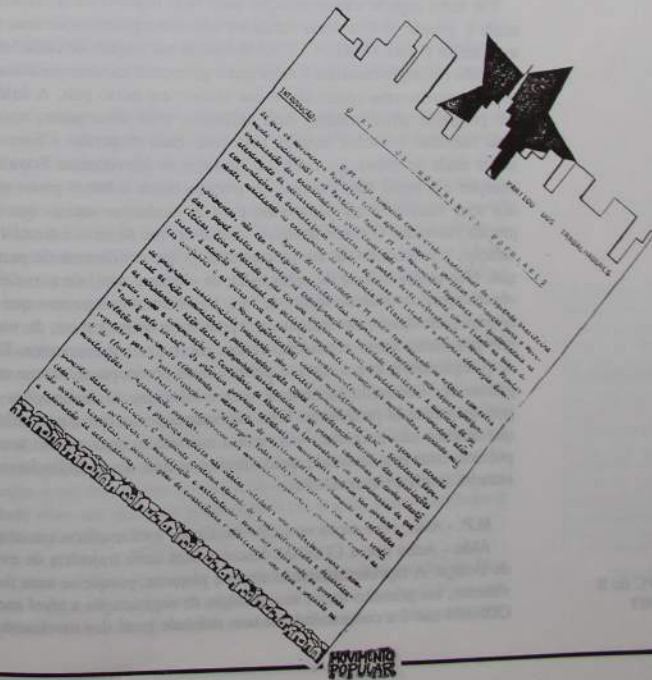
Mescoloto - Como disse, o partido não tem ainda uma base sólida em discussão para se posicionar em relação a uma nem a outra. Não temos uma posição definida. O partido está aberto para discutir a questão da CONAM, discutir a Central de Movimentos Populares. Em relação à CONAM, do ponto de vista de alguns companheiros se questiona muito a sua representatividade em relação a qualquer Movimento Popular, assim como se discute a sua atuação. Muitos petistas criticam a atuação da CONAM, uns acham que ela foi cooptada pelo governo da Nova República, outros acham que a sua atuação é muito imobilista, que é só um aparelho. Mas se sente que a CONAM está percebendo esta situação e está começando a se mexer, começando a tentar identificar o seu espaço, a discutir, junto ao Movimento Popular em geral, qual é o seu papel, se é representativa ou não das federações, etc.

Quanto à Central de Movimentos Populares, também o partido não tem posicionamento definido, não possui ainda clareza para saber se este é o momento real de se criar uma Central de Movimentos Populares. Será que amadurecemos o suficiente para criar uma Central de Movimentos Popula-

res? São perguntas que nós, petistas, fazemos em relação a tudo isso. É evidente que a existência de articulações nacionais que unifiquem os trabalhadores dos Movimentos Populares é um objetivo que preocupa todos os que estão envolvidos com os Movimentos Populares. Penso que a Articulação Nacional de Solo Urbano, a Articulação Nacional pela Reforma Urbana - ANAMPOS com a questão da Central de Movimentos Populares, atendem a uma necessidade que os militantes dos Movimentos Populares estão sentindo de se articularem nacionalmente, de se articularem numa central. Isto demonstra que não adianta ficar na luta específica na cidade de São Paulo, se você não estiver unificado com Belo Horizonte, com Porto Alegre, com Recife. Não adianta permanecer em um Estado se você não estabelece contatos, a nível nacional, com os outros Estados, se você não acompanha a atuação de determinada federação em tal lugar, como se encontra o movimento do transporte, das mulheres, dos negros. A unificação, a articulação nacional é uma tendência. Uma centralização nacional é um objetivo que a gente tende a perseguir; agora, o que não se tem claro é se se trata de uma central do tipo desta proposta pela ANAMPOS, se a CONAM vai cumprir seu papel ou se não, se as articulações nacionais devem se dar por campos específicos de reivindicações, como o do transporte, da moradia etc. Como objetivo, a gente persegue a centralização, a unificação dos movimentos a nível nacional, mas ainda não está claro, para o PT, como isso se configura. Vamos discutir, vamos encaminhar, vamos propor aos militantes petistas que discutam, que elaborem documentos sobre esse problema para se chegar, o mais cedo possível, a uma posição do PT frente a essas questões.

... A unificação nacional ainda depende de uma discussão, mas acho que, por enquanto, a atuação deve se dar nesse quadro que está aí.

EURIDES LUIZ MESCOLOTO - É professor, Secretário Nacional de Movimentos Populares do PT, Secretário Geral do Diretório Regional do PT de Santa Catarina, foi Coordenador Estadual da Pastoral Operária.



... a conexão entre o Movimento Sindical e os Movimentos Populares é fundamental, já que o mesmo companheiro, que é sindicalista, é morador de um bairro.

Caminhos da unificação das lutas

O PC do B vê como importante o crescimento dos Movimentos Populares nas lutas reivindicatórias e na própria luta política do país. Em contrapartida também vê uma grande dispersão destes movimentos, na medida em que o projeto da CONAM não consegue forjar uma unidade mais ampla e mais sólida.

M.P. - Como o PC do B vê os Movimentos Populares dentro da atual conjuntura de lutas dos trabalhadores?

(*) **Aldo** - O primeiro aspecto que nos chama a atenção é o da crescente participação dos Movimentos Populares na luta reivindicatória e na própria luta política do país. É cada vez maior o número de Associações de Moradores, Sociedade Amigos de Bairros que se aglutinam em torno de Federações, de articulações mais amplas. É cada vez maior o número dessas entidades que se organizam em defesa das reivindicações e das lutas do povo sofrido da periferia, principalmente das grandes cidades. E é um movimento que hoje também começa a penetrar inclusive no interior do país, nas cidades de porte médio e até pequeno. Recentemente, aliás, conversava com um companheiro do Piauí que visitou a cidade de Campo Maior, perto de Teresina. Ele dizia que encontrou uma outra cidade, em virtude da presença das Associações de Moradores que, naquela cidade, impulsionavam a organização popular independente, na ausência de sindicatos ou organizações semelhantes.

Um outro aspecto chama atenção, pelo lado negativo, é a dispersão que ainda é grande, já que essas entidades não conseguem forjar uma unidade mais ampla e mais sólida. A CONAM é ainda um projeto de certa forma frágil e não consegue canalizar e empolgar o grosso do movimento dos moradores, dos movimentos comunitários que existem em nosso país. A ausência de um programa reivindicatório mais unificado, mais abrangente, mais geral, mais nacional, contribui também para isso. Essa dispersão é fator naturalmente ainda de atraso. Ela contribui para que os Movimentos Populares não exerçam um papel mais político, de pressão maior sobre o poder em torno dos seus direitos, e até contribuam para as mudanças sociais que o Brasil precisa conhecer. O nosso ponto de vista é de que se deva estimular a organização, a politização desses movimentos, o que é diferente de partidarização. Nós somos a favor da politização, de elevar o nível de consciência, de organização, de combatividade, de luta. Combater o peleguismo que também domina parte desses movimentos, a dependência de prefeitura, de vereadores que funcionam como verdadeiro câncer sobre esses movimentos. Esse tipo de peleguismo, que é o aspecto político mais preocupante, é uma coisa que precisa ser combatida juntamente com o adesismo às instituições oficiais, principalmente às prefeituras. E há um outro aspecto, que é a partidarização, que também não interessa. Acho que o movimento comunitário tem que ser político, lutar pela liberdade, pelos direitos sociais dos trabalhadores, mas de maneira ampla e independente.

M.P. - Aldo, você tocou na CONAM. Como você avalia a sua atuação?

Aldo - Acho que a CONAM descreve uma certa trajetória de evolução e de avanço. A representatividade ainda é pequena, porque se trata de um movimento, em primeiro lugar, sem tradição de organização a nível nacional. A CONAM não é a continuidade de uma entidade geral dos movimentos comu-

nitários, e essa entidade nunca existiu. A CONAM é uma tentativa. Em segundo lugar, a presença das forças mais avançadas, mais progressistas no interior da CONAM, ainda é pequena. Setores atrasados ainda atuam com muito peso dentro da CONAM. Eu não sei mesmo se, por parte do PT, há uma atuação mais firme, uma intervenção maior dentro da CONAM. Me parece que é uma intervenção um pouco secundária, marginal. Corro até o risco de estar fazendo uma injustiça, ou caindo num erro, mas parece que o PT faz aí uma intervenção secundária. E, naturalmente, o peso dos setores apegados é grande. Há casos em que delegações chegam dependentes e até financiadas por governos, políticos e prefeituras. Isso faz com que a entidade não cumpra o seu papel. Eu, no entanto, sou contra a criação de uma outra entidade. A princípio não diria ser esta a solução porque ou a gente enfrenta o desafio de tentar construir, viabilizar, a CONAM dentro dessa realidade, que é a de muito atraso no movimento, ou a gente pode, e é até mais cômodo, tentar fazer uma CONAM só com as Associações de Moradores combativas. Nesse caso, você faria uma coisa muito menor, que talvez não tivesse o peso de massa inicial que uma articulação mais ampla possui e, no interior da qual, a gente lutasse para que as forças mais avançadas, mais consequentes, a dirigissem. Penso que a CONAM tem esse aspecto positivo, que é de ser a tentativa de construção de uma entidade a nível nacional, mas tem o aspecto negativo, que é a presença ainda muito grande de setores atrasados, há uma intervenção ainda mínima das correntes avançadas dos Movimentos Populares.

M.P. - O conceito de Movimento Popular é muito amplo. Ele abarca as várias formas de movimentos reivindicativos e associativos no local de moradia, os vários movimentos de minorias e setores discriminados etc. A estrutura da CONAM comporta tão somente as Associações de Moradores. No seu entender, como ficam as lutas dos negros, das mulheres etc., dentro da CONAM?

Aldo - Acho que a CONAM, como já diz o próprio nome, deveria estar mais preocupada com as reivindicações referentes à luta pelo direito à moradia, à democratização do direito à moradia, o acesso à moradia, e pelas condições dignas de moradia, ou seja, que os bairros onde os trabalhadores e o povo oprimido moram sejam tratados, assistidos com decência pelo poder público. Vejo a CONAM mais como esta entidade que luta pelo direito à moradia e pela elevação das condições materiais de moradia. Quanto à luta, por exemplo, dos negros contra a discriminação racial, e outras correlatas, não vejo como incorporá-las diretamente numa entidade como a CONAM, a não ser que ela mudasse sua natureza. É uma questão complicada, até mesmo meio sem sentido, porque a luta do povo negro do nosso país tem, por um lado, a característica de ser a luta dos próprios negros, que devem estar organizados defendendo os seus direitos, a sua condição de cidadão etc.; por outro lado, ela é uma luta de todos os movimentos democráticos e populares, é uma luta do PC do B, do PDT, da CUT, da CONAM, da UNE, e assim por diante. Penso que se deva criar uma organização em termos da luta contra a discriminação e em defesa dos direitos e da cidadania dos negros. Acho que esta entidade deve ser até certo ponto específica, à qual, outras entidades e outros partidos participariam e apoiariam.

M.P. - Como o PC do B percebe a relação entre as Associações de Moradores e as carências dos bairros populares. Será que, na medida em que o Estado for resolvendo as demandas, a tendência será o esvaziamento das

... Acho que a CONAM descreve uma certa trajetória de evolução e de avanço.

(*) Aldo Rebelo - PC do B dezembro de 1987

... a presença das forças mais avançadas, mais progressistas no interior da CONAM, ainda é pequena.

associações? Existiria a possibilidade de as associações não permanecerem tão somente a nível das reivindicações imediatas e discutirem questões mais gerais referentes à gestão da cidade, etc.?

Aldo - É impossível, no regime capitalista - até mesmo nos regimes capitalistas desenvolvidos, quanto mais num regime capitalista dependente como o nosso - esgotarem-se totalmente as demandas de uma população, mesmo de um bairro, onde algumas reivindicações tenham sido atendidas. Porque, por exemplo, a Associação de Moradores deve tomar posição e assumir a questão das tarifas dos ônibus, ter um papel ativo na política, no transporte. Acho que as Associações de Moradores devem ter vida política fiscal, na cobrança de impostos, não só do imposto territorial urbano como do imposto em geral. Muitas vezes, num determinado bairro as Associações de Moradores devem discutir e decidir o destino de um determinado terreno baldio onde deve ser construída a futura escola. As Associações de Moradores devem discutir onde deve passar a linha de ônibus, se deve mudar o itinerário, ou se deve ter mais uma. Ela tem esse papel até mais elevado. Se muitas vezes o centro da luta da organização dos moradores são os problemas menores é porque esta é a situação que a vida impõe. E acho que as Associações de Moradores tem um papel, até em determinados momentos, de convocar os moradores para discutir a Constituição do país, para discutir os direitos dos trabalhadores num bairro. Numa rua onde moram trabalhadores, operários em grande maioria, até para discutir a jornada de 40 horas, ou coisa semelhante. A Associação de Moradores também tem esse papel, e desta forma ela não se esvazia, pois isto só acontece se ela rebaixar o nível de atuação, seu nível de preocupação. Se ela o eleva, ela tem, pelo contrário, condições de exercer um papel maior, mais abrangente dentro da comunidade. Acho que ela deve procurar elevar este nível de preocupação. Ter, por exemplo, como reivindicação, uma política de arborização para o bairro, de destinação dos terrenos baldios. Acho que tudo tem que ser discutido pela Associação.

M.P. - Como tem-se dado, na prática, a relação entre o partido, as várias lutas no Movimento Popular e as suas diversas formas de organização?

Aldo - Hoje o partido tem o ponto de vista de que essas organizações são organizações unitárias dos moradores, dos trabalhadores que moram nos bairros. Devem ser respeitadas enquanto tal, devem ter composições com base naqueles moradores mais representativos, mais combativos, e assim por diante. Temos também a preocupação de procurar estimular essas entidades, para que se dirijam à luta, participem da luta, se mobilizem. Lamentamos muitas vezes, e até nos sentimos importantes, quanto vemos, aqui em São Paulo, aumentar a passagem de ônibus todos os meses, e não ocorrer uma resposta combativa, ofensiva, a altura do desrespeito que é cometido contra o povo com esses aumentos abusivos. Então a nossa preocupação, em primeiro lugar, é de que essas entidades sejam entidades de luta, de combate, de mobilização, de ativa presença nas reivindicações e nas lutas do povo, nas lutas específicas por direitos à saúde, à moradia, ao transporte etc., e também que participem das discussões mais gerais sobre os rumos do país, o partido estimulou que, muitas delas, convocassem debates sobre a Constituição desde o ano de 1986, que procurassem organizar os abaixo-assinados em defesa das propostas populares. Acharmos que, ao lado de outras organizações, de outras correntes políticas e de outros partidos avançados, essa seja a nossa tarefa, pois, só se elevando o nível de luta, o nível de participação e de organização dos moradores, é que por um lado combateremos o peleguismo que ainda perpassa muitas dessas organizações. Por outro lado, é

assim que podemos alimentar a esperança de que essas entidades venham a contribuir, de fato, no processo de luta e libertação do nosso povo, do nosso país. E, pelas características da própria formação do nosso país, e de uma cidade como São Paulo em particular, achamos que essas entidades podem cumprir um papel importante.

M.P. - Hoje, que avaliação você faz das Associações de Moradores a nível do Estado de São Paulo ou mesmo da cidade de São Paulo?

Aldo - É de muita dificuldade. Nós, por exemplo, tentamos participar de articulações a nível da cidade de São Paulo e do Estado. É uma batalha difícil, ou seja, ainda existe o nível de clientelismo muito grande. A interferência do poder público, a interferência oficial, a prestação de favores, tudo isso são fatores de atraso que dificultam uma ação independente dessas entidades, que dificulta, inclusive, a execução das idéias mais avançadas, mais progressistas no meio delas.

M.P. - Esse clientelismo se caracteriza na atuação do poder público?

Aldo - Exato.

M.P. - O Movimento Popular, hoje, em São Paulo, está muito fragmentado ideologicamente. Existem aqueles que estão próximos ao PT, outros ao PC do B, ao PCB etc. Você não acha que essa fragmentação também gera uma espécie de clientelismo à esquerda?

Aldo - Acho que não. Esse aspecto é mais o da dispersão. O clientelismo acontece, e existe principalmente nos setores mais atrasados no Movimento Popular. É nos setores com influência da facção mais atrasada do PMDB, do PDS, que se tenta manipular o Movimento Popular e transformá-lo em reservas eleitorais, em currais, em cabos eleitorais através da prestação de favores, dizendo que a guia colocada ali, que a sarjeta construída ali, que o asfalto executado é fruto de uma boa vontade do poder público, do deputado, do vereador, e que o governador está com aquelas pessoas, está com aquelas entidades. Essas pessoas, que atuam no Movimento Popular, que têm uma clareza dessa luta, dessas dificuldades, deviam interferir mais. No caso do PC do B procuramos interferir, mas sentimos dificuldades.

M.P. - Como então romper esse cerco?

Aldo - Participando mais desses conselhos e entidades, principalmente aquelas dirigidas por essas correntes mais avançadas. Interferindo mais nesses conselhos, nessas organizações unitárias e procurando tomar medidas e decisões para a luta. A organização na base ainda é pequena, se você fizer um balanço de quem domina, de quem dirige a maioria das organizações de moradores, verificará que não são as pessoas que têm uma maior clareza de luta. A grande maioria ainda é dominada por elementos atrasados, influenciados pelo clientelismo, influenciados pelo oficialismo, porque ainda nossa força é pequena. Em segundo lugar, é porque ainda atuamos pouco de maneira unitária, de forma a interferir mais sobre o conjunto, de maneira a unir, a ir ganhando mais força, mais influência sobre a realidade. Eles tiveram vinte anos para construir essa influência toda. A partir da queda do regime militar até hoje nós tivemos o quê? Dois, três anos para retomar essa batalha. Então é uma certa corrida nossa contra o tempo.

... Ou a gente enfrenta o desafio de tentar construir, viabilizar, a CONAM dentro dessa realidade, que é de muito atraso no movimento, ou a gente pode, e é até mais cômodo, tentar fazer uma CONAM só com as Associações de Moradores combativos.

ALDO REBELO - Nasceu em Viçosa, Alagoas. Despontou como líder estudantil, em Maceió, onde foi estudar e trabalhar. Ali entrou no PC do B, em 1977. Em 1979 reorganiza-se a União Nacional dos Estudantes (UNE). Aldo é eleito secretário-geral e, na gestão seguinte, presidente da UNE. Como dirigente nacional estudantil, Aldo vem para São Paulo e participa de vários movimentos populares de ocupação de terra, desempregados etc. Hoje é membro da direção nacional do PC do B. Também é jornalista.

PCB e as associações de moradores

Nesta entrevista, o dirigente do PCB, analisa as várias questões referente à articulação, unificação e limites das lutas dos Movimentos Populares. Aprofunda também o papel das Associações de Moradores e da CONAM, nas suas relações com o Estado, com os partidos políticos, e com os movimentos populares (saúde, transporte, habitação, etc).

M.P. - *Como o PCB vê as Associações de Moradores e o seu papel no processo de luta e organização popular?*

(*) Resk - As Associações de Moradores são entidades populares que o povo cria de acordo com suas necessidades. Na verdade elas têm como motivo de existência as carências urbanas. Elas se prendem muito às questões urbanas, como pavimentação, escolas, postos de saúde etc., configurando-se como um movimento fluido, sem uma organização mais definitiva. Elas surgem no momento em que o bairro surge, com uma série de carências. A medida que a administração vai atendendo essas reivindicações, o bairro vai-se qualificando, melhorando seu nível de vida. A tendência natural, então, é ou ocorrer um esvaziamento da entidade, até o seu definitivo desaparecimento, ou ela passa a ser mais um clube recreativo. Isso tem ocorrido com frequência na cidade. Trata-se de um movimento legítimo, na medida em que ele se transforma em um meio que a população tem utilizado para pressionar o poder público no atendimento das reivindicações. Sobretudo a população mais carente. Mas não é só a população mais carente que tem organizado as Associações de Moradores. Igualmente nos bairros de classe média, mais qualificados, dependendo da natureza dos problemas que enfrentam em um determinado momento, seus moradores também utilizam-se desta forma de organização popularmente chamada de Associações de Moradores, Sociedades Amigos de Bairro etc.

M.P. - *Uma forma política de estar cobrando o poder público é discutir a participação da população na administração, por exemplo, de um posto de saúde. Então aquele posto de saúde do bairro, conquistado através de uma luta popular, vai ser dirigido por quem? Normalmente é o Estado quem dirige. Mas hoje, em muitos lugares, a população tem tido uma participação mais ativa, não só no processo de conquista dessa reivindicação, mas também em sua direção. Embora o Estado detenha o poder, existe toda uma participação da comunidade na gestão do bem público. Como você vê estas associações que conseguem aglutinar o povo para esta participação da gestão do bairro e que não se limita apenas às conquistas imediatas, mas busca criar mecanismos de participação permanente?*

Resk - Acredito que essa tendência tem muita relação com a carência existente na prestação de serviços por parte do Estado. Na verdade administrar um posto de saúde é função do Estado, é um serviço que ele tem que prestar. Cabe à população fiscalizar se está sendo ou não bem servido. A deficiência existente na prestação do serviço é que leva a população a reivindicar um poder de influir, de criar um conselho de administração ou qualquer outro mecanismo. Mas isso tem muito a ver com a carência do bairro. Em bairros qualificados, esse processo praticamente inexistente. Posso dizer isso porque acompanho o movimento de Sociedades Amigos de Bairro há 20 anos ou mais e pude ver como elas nascem, crescem, têm seu momento de apogeu de participação e depois ou se transformam em clube recreativo ou simplesmente desaparecem. Aquela primeira força, aquela primeira causa

que deu projeção à sociedade é superada. Para outros problemas que, por acaso, surjam, a população encontrará outras formas de se organizar. Por estas razões, é comum, por exemplo, num bairro novo surgir uma sociedade atuante que reivindica, que faz uma porção de coisas. Mais tarde, quando o bairro se qualifica, melhora suas condições, estabelece-se aí uma população mais qualificada, com maior poder aquisitivo que pode dispensar os serviços públicos gratuitos. E, nesse momento, aquela entidade, fatalmente, ou se torna um clube recreativo, se conseguiu adquirir um patrimônio, ou simplesmente desaparece. Se amanhã ou depois surgir uma nova situação crítica, naturalmente alguém tomará a iniciativa de reorganizá-la. Essa situação que você coloca, ocorre sempre em bairros carentes, ou seja, onde a população é mais necessitada do serviço público porque é mais pobre.

M.P. - *Quais as demandas que, aos seus olhos, existem no local de moradia que, comparadas com aquelas que existem no local de trabalho, levam ao surgimento de formas de organização como o sindicato e que, igualmente, necessitariam de uma forma de organização permanente?*

Resk - Existem três formas de organização. Duas são mais permanentes, ou melhor, institucionalizadas, sendo o principal partido político. Este visa conquistar o poder, o governo. A outra forma seria a organização sindical. O sindicato encaminha a luta econômica mas, no nosso entendimento, ele, além de se prender à luta econômica, deve participar da luta política. Ou seja, o sindicato deve representar a categoria na luta econômica, na questão salarial para manter o poder aquisitivo do trabalhador. Nesse sentido, ele pode também se desdobrar na tentativa de manter o salário indireto, que são os serviços sociais que o Estado deve prestar ao trabalhador e que complementam o seu salário. São os serviços prestados na área da educação, da saúde, da infraestrutura urbana etc. A terceira forma não tem esse caráter institucionalizado. Com a expressão institucionalizado não quero dizer que o sindicato seja preso à máquina do Estado. Mas, de alguma forma, do ponto de vista da luta política ele é uma instituição permanente, porque é permanente a luta do trabalhador e do patrão. Essa terceira forma são as associações populares, sejam ou de caráter esportivo ou de caráter cultural, ou religioso. A Igreja também é uma instituição permanente, mas ela, evidentemente, não pode ser vista nesse mesmo patamar do partido e do sindicato, embora na prática até faça política. Mas essa é outra história. Existem essas associações reivindicativas que são as Associações de Moradores. Estas não têm um caráter institucionalizado. Elas existem enquanto existir a carência urbana. Na verdade elas complementam a luta sindical nas reivindicações das carências urbanas são instrumentos de pressão sobre o poder público. De pressão, embora não tenham o mesmo caráter do partido político, do sindicato. Elas existem só enquanto existir a demanda suscitada pela carência urbana. Eu diria que, na sociedade de classes, nas sociedades de conflitos e nas sociedades que ainda não atingiram um patamar mais avançado, sempre existirão as Sociedades Amigos de Bairros. Elas acompanharão o processo urbano de determinada época, mas, numa área onde as conquistas urbanas já foram satisfeitas ou onde a camada social já atingiu um patamar que permite a cada um satisfazer e atender suas necessidades, a lutar por elas, a Associação tende a ter sua força cada vez mais reduzida porque ninguém vai participar de uma Associação sem objetivos diretos, que não tem motivos para lutar. Esta é a questão das Associações de Moradores. Como a nossa sociedade é complexa, como ela não soluciona o problema fundamental do homem, como não instituiu a justiça social - aqui estou analisando o papel dessas associações dentro da

... Existem essas associações reivindicativas que são as Associações de Moradores. Estas não tem um caráter institucionalizado. Elas existem enquanto existir a carência urbana.

(*) Antonio Resk - PCB
dezembro de 1987

... Desde o seu nascimento, a CONAM foi instrumentalizada politicamente. Isto eu considero um erro.

sociedade capitalista, pois no socialismo teremos uma outra situação -, como aqui na sociedade capitalista o conflito da classe é permanente, sempre existindo camadas sociais oprimidas e, portanto, necessidades, sempre existirão Associações de Moradores em movimento permanente e com diferenças geográficas.

M.P. - É esse fenômeno que determinaria a sua não-institucionalização?

Resk - Embora exista a Federação e tudo mais - que eu ajudei a formar porque acho necessário e válido unificar um pouco esses movimentos -, contudo, do ponto de vista organizativo, constituem-se organizações frágeis. Ou seja, a comunicação entre a CONAM e as Associações de Moradores e o Conselho Estadual é sempre uma coisa muito vaga, diferentemente de uma CUT, uma CGT ou outra federação sindical.

M.P. - Como você vê a ligação dessas Associações com os partidos e com os sindicatos? Como o PCB trabalha esta relação?

Resk - Trabalhamos esta relação nos posicionando violentamente contra os erros já praticados no passado, de transformar uma Associação em uma célula do partido, transformar um sindicato em um departamento do partido. Achamos que não é isso, porque acreditamos que é o o partido quem deve conquistar o poder. Nas sociedades de classes ou pluralistas ocorrerão sempre situações de contradições e sempre existirão a situação e a oposição. Ora, supondo que um partido pudesse controlar todas as sociedades de bairro e todos os sindicatos, a população teria que criar outros movimentos que se constituíssem em um instrumento de poder. Portanto elas não podem ser um instrumento partidário. Isso não significa que, na prática, aqui ou acolá, não aconteça de militantes do partido formarem uma Associação e tentarem implementar a política do partido. Esta é outra questão, faz parte da luta, das distorções do processo, dos conflitos etc. Mas a relação das associações deve se dar com a população. Não acho que devam ser neutras politicamente, que devam permanecer alheias à política nacional, às questões nacionais mais importantes. Elas devem participar da luta, mas não podem ser instrumentos partidários, não podem transformar-se numa célula do partido. Essa atuação deturparia a sua finalidade. Na verdade, elas nascem em função das necessidades urbanas. A população se aglutina para resolver seus problemas urbanos imediatos, mas não para resolver a política fundamental da nação. Embora não devam ficar alheias ao propósito, seu posicionamento em relação a essas questões não deve ser de natureza partidária. Uma maior neutralidade em termos partidários nem sempre ocorre, até em função da fragilidade organizativa do movimento. Ele é muito vulnerável à influência política, à influência político-partidária, mas, sobretudo, à influência de quem exerce o poder. E esse problema não dá para ser sanado com facilidade. Imaginar que a Associação não sofreria influência de quem exerce o poder é uma ingenuidade, até porque a sua natureza é reivindicativa e quem atende as reivindicações é quem governa. Elas mantêm relação com o governo. Daí a razão da imagem que, às vezes, elas transmitem de serem sempre governistas, situacionistas. Mas não é bem assim, isso se dá pela forma como elas atuam.

M.P. - Agora, focalizemos a questão das federações e da própria CONAM. Como o PCB vê a CONAM? Qual o seu papel, a sua representatividade?

Resk - Quanto à sua representatividade não sei até onde ela vai. Penso serem muito frágeis as relações da CONAM com as bases. Minha crítica se fundamenta no fato de ter acompanhado de perto essa entidade desde a sua

fundação. Desde o seu nascimento, a CONAM foi instrumentalizada politicamente. Isto eu considero um erro. Concordo que ela exista como movimento, que acompanhe de perto o movimento, que coordene políticas gerais. Tomemos como exemplo as políticas nacionais de habitação e de saúde, educação etc. Por que a CONAM não se coordena e com as Associações de Moradores se envolve nessas questões? Agora para que isso acontecesse teria que haver um entrelaçamento maior entre as Associações de Moradores, os Conselhos Estaduais, ou as Federações Estaduais, e a CONAM. Contudo ela não pode ser um instrumento partidário, uma vez que seu papel é traduzir e reproduzir o que as associações são na sua realidade. Por outro lado essa forma, eu diria, quase espontânea do surgimento da Associação de Moradores, ela nasceu das necessidades urbanas, ao nascer, ela não tem nenhum instrumento, nenhuma entidade pensante e organizativa anterior ao seu surgimento, e tem caráter temporal. Temporal não significa que sua duração seja de apenas um ou dois meses, pois ela pode existir durante dez, vinte anos, mas sempre por um período determinado e isso faz com que a representatividade da CONAM seja sempre frágil e muito fluida.

M.P. - Aqui em São Paulo, como você avalia a federação?

Resk - Ajudei a organizar e a fundar o Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro do Estado de São Paulo, cujo período de maior projeção ocorreu exatamente na época da ditadura, até pela inexistência de outros canais de expressão. Como este existia e era mais ou menos permitido, então, durante o período de 1968 a 1973, ele pôde realizar uma série de trabalhos. Teve até a ousadia de mandar uma carta ao Médici, na época do jogo da verdade. Depois de lá ele decaiu, passou a não ter muita relação com o movimento real. Agora está se tentando reativá-lo outra vez, mas infelizmente acabou se dividindo em duas diretorias que disputam a sua direção. Não se trata de criar outro organismo, pois, assim, você fica criando organismos que também não irão funcionar. Não concordo com esse Conselho Coordenador, fundo um outro e vou procurar a sociedade de bairro que se entende comigo. Não é esse o caminho, evidentemente.

M.P. - Nesse sentido, pensando a nível nacional, mesmo sendo levado em conta a fragilidade da CONAM, você acha que a questão não é a formação de uma outra entidade?

Resk - A meu ver seria a CONAM essa mesma entidade. As Associações de Moradores teriam uma atuação normal e cuidaria de ir corrigindo suas deficiências, do ponto de vista da prática.

M.P. - Como você vê a relação das Associações de Moradores, que têm uma base de atuação geográfica, com os vários movimentos reivindicativos específicos tipo Movimento da Saúde, dos Mutuários, das Favelas etc?

Resk - Você tem que separar. Essas Associações de Moradores se prendem muito aos bairros, às questões urbanas e elas têm assim uma presença do ponto de vista geográfico. Vou dar aqui um exemplo, o da Vila Gustavo que é o bairro onde moro, cuja sociedade é uma das mais antigas de São Paulo. Quando este bairro se formou, sua população era pobre. Havia uma Associação, a Sociedade Amigos de Vila Gustavo. Essa Associação lutou pelo bairro, conseguiu pavimentá-lo, iluminá-lo, conseguiu delegacia de polícia, escolas, posto de saúde etc. A medida que o bairro foi melhorando, foi se qualificando, a população mais pobre foi sendo empurrada para fora e uma nova população mais qualificada, com condições de pagar os serviços

... Nossa sociedade é tão complexa hoje que gera conflito entre os vários setores oprimidos.

... Ela (CONAM) passaria a existir de alguma forma, na medida que fosse assumindo as lutas objetivas, concretas.

urbanos, foi morar nele e a sociedade foi pouco a pouco perdendo a identidade com a nova população. Passou quase quinze anos abandonada, com um dade com a nova propriedade. Depois de quinze anos, um grupo descobriu patrimônio, uma propriedade. Depois de quinze anos, um grupo descobriu que existia a entidade e se organizou para levantar recursos. Hoje ela está em plena atividade, só que não possui nenhuma relação com o bairro, não se configura mais como um canal comunicativo. É um clube de amigos que jogam bola, vão juntos ao boteco tomar cerveja. Há uma situação um pouco diferente entre as Associações de Moradores de Bairros, que vão se formando a partir de reivindicações e uma Associação de Favelados. Os grupos sociais que participam de uma Associação de Bairro são heterogêneos: há comerciante, funcionários públicos, trabalhadores etc.. Sobretudo quando o bairro vai melhorando passa a existir o comerciante que quer valorizar o seu terreno. Esses interesses heterogêneos se unificam e mantêm uma unidade enquanto as carências urbanas básicas permanecem. Quando são atendidas, acaba-se a participação. Numa Associação de Favelados não. Todos são favelados, todos têm que resolver seus problemas que são fundamentalmente problemas de favelados para que um dia deixem de ser favelados. Eles não lutam pela melhoria da favela, embora no primeiro momento seja essa a sua luta maior, porque quem não tem luz quer pelo menos ter um bico de luz; quem não tem água quer pelo menos um bico de água. Mas mesmo que sejam atendidas essas reivindicações eles não deixam de ser favelados. Continuam sendo um segmento social oprimido. Então sua organização não pode identificar-se com a da Associação de Bairros, embora ocasionalmente, possa até assumir a luta do favelado. Normalmente, não é isto que ocorre. Normalmente o que ocorre é uma luta entre eles. Ou seja, a favela representa uma desvalorização do patrimônio de quem mora no bairro, e então a favela se torna seu inimigo. Ou seja, a nossa sociedade é tão complexa hoje que ela tem conflitos, e um dos conflitos mais marcantes não se dá entre a classe dominada e a classe dominante. Ele ocorre entre os setores oprimidos; entre o mais e o menos oprimido.

M.P. - *Então como você vê esta situação dentro da CONAM?*

Resk - A CONAM pretende representar todos esses segmentos. A representatividade da CONAM é hoje muito tênue. Na verdade ela é mais um instrumento de grupos políticos. Isso precisa ser superado. Ela não nasceu da vontade da Associação de Moradores. As Associações foram-se organizando, uniram-se e fundaram uma Federação. Estas, por sua vez, fundaram os Conselhos Estaduais que, por sua vez Isto foi feito muito da cabeça de algumas lideranças políticas, e por aí não dá. Passa a não ter relação com a realidade, com o dia-a-dia das Associações de Moradores.

M.P. - *Agora, qual a saída para fazer com que a CONAM reverta esse processo?*

Resk - É... ela passaria a existir de alguma forma, na medida que fosse assumindo as lutas objetivas, concretas; na medida em que as Sociedades de Bairro naturalmente a reconhecessem como sua entidade maior e a apoiassem.

M.P. - *E o caráter de representatividade da CONAM? Ela se restringiria à forma de representação geográfica ou assumiria também os movimentos organizados de forma específica, tipo o movimento dos mutuários, da saúde etc?*

Resk - É... ela deveria assumir essas metas. Movimentos dessa natureza,

que pudessem projetar a CONAM a nível da sociedade e que estimulassem as associações a terem nela uma representante qualificada. Agora, ao lado disso, ela deveria talvez trabalhar e pensar exatamente como criar formas de atuação política - política não no sentido partidário - que conferissem às associações em caráter mais permanente de atuação e de influência política.

No socialismo, evidentemente, essas associações podem vir a se transformar, a se institucionalizar, porque elas se tornariam um poder. Na verdade, o que é um Soviet? Soviet é um conselho, mas é um conselho com poder de decisão e essas associações nunca têm isso. E nem é possível, dada à complexidade dos segmentos sociais que as formam que até entram em conflito entre si. Então seu caráter é sempre reivindicativo, imediato e urbano. Ou seja, reivindicam pavimentação, escola, casa etc., dentro do capitalismo. A nível nacional, essas questões são muito complicadas. Como vai ser asfaltada a minha rua? Como e onde vai ser construída a escola?

A existência da CONAM é muito complicada. Pode ser melhor pensada, pode se buscar formas para sua representatividade política. Há que se levar em conta o fato de que todos esses movimentos surgiram do vazio que a ditadura gerou. Evidentemente a democracia criará novas formas. Os partidos políticos, por exemplo. Eles acabam assumindo muitas das lutas que eram feitas através da Associação de Moradores. Os sindicatos não podem ficar só na base de dar mais 10% de salário. Terão que se empenhar nas demais questões que a sociedade tem para resolver. E cada vez mais as associações se tornarão instrumentos que a comunidade cria, em determinados momentos, instrumentos válidos de pressão.

M.P. - *Como o PCB atua na CONAM, nas Federações e Associações?*

Resk - O partido não sai por aí fundando Associações de Moradores. Até porque nós não instrumentalizamos os movimentos. Ahamos necessário prestigiar os movimentos. Isto é, se um militante do partido no seu bairro participa da organização de uma Associação de Moradores é perfeitamente válido. Afinal esta entidade existe. Quer dizer, não dá para ignorá-la.

M.P. - *E a CONAM?*

Resk - O partido também leva em conta. Não a ignoramos. E essas críticas que eu fiz revelam que não a ignoramos. Mas é uma questão que as associações terão que resolver. Não pode ser resolvida se se juntam meia dúzia de militantes do PC do B, meia dúzia de militantes do PT, meio dúzia do PDT, e se funda a CONAM. Por aí não dá.

M.P. - *Como fica esta questão da organização no local de moradia nos países que já implantaram um regime socialista. Como o PCB vê isto?*

Resk - Bom, pessoalmente não sei como funciona ou funcionaria. Enquanto existir poder, alguém tem que pressioná-lo. Deve haver deficiência, contradições e conflitos. Mas, evidentemente, no socialismo a questão é mais simples, porque a heterogeneidade social não existe. Não existem classes. Podem existir segmentos que adquirem privilégios etc. Mas, basicamente, em termos de população, ela não se encontra dividida em comerciantes, industriais, operários. No entanto, se essas associações existirem nesse momento, elas terão sempre o caráter reivindicativo, sem dúvida alguma. Acredito que até com mais eficiência do que no capitalismo, onde parte da receita pública é usada em função da classe dominante, o que torna a luta mais difícil.

... No socialismo, evidentemente, essas associações podem vir a se transformar, a se institucionalizar, porque elas se tornariam um poder.

... Há que se levar em conta o fato de que todos esses movimentos surgiram do vazio que a ditadura gerou.

ANTONIO RESK - É presidente do diretório regional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em São Paulo. Foi deputado estadual em São Paulo, pelo PMDB, em várias legislaturas. Ajudou a organizar e fundar o Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro do Estado de São Paulo.

Articulação do movimento popular: um desafio

O objetivo principal desse primeiro número do Movimento Popular é instrumentar a discussão sobre a Unificação e Articulação das Lutas Populares a nível nacional. Nesse sentido Movimento Popular realizou no POLIS um debate entre vários intelectuais e militantes que estudam e atuam junto aos movimentos populares. Várias questões foram discutidas dando-se maior atenção à conjuntura dos movimentos populares, à luta pela Reforma Urbana, à importância e limitação de se criar uma Central de Movimentos Populares e ao papel que a CONAM tem desempenhado na Articulação das Associações de Moradores.

Silvio - Para começar, penso que seria interessante resgatarmos a trajetória das lutas, senão será quase impossível a interpretação do atual momento de desarticulação. Hoje, no Brasil, talvez existam algumas centenas de milhares de pessoas militando nos movimentos populares se se considerar todos os tipos de associações, desde entidades, comunidades de base, clubes de mães, associações de bairro até movimentos. Resgatar esta trajetória é importante porque, em dez anos - muito pouco tempo em termos históricos - saímos de uma situação de atomização, de trabalhos pequenos, isolados em cada bairro, para um nível de articulação bastante expressivo. Penso no movimento social em nível mais amplo, por exemplo, no sindicalismo rural, na CONTAG, no sindicalismo combativo que nasce em 1976 e que deu origem à CUT; penso na quantidade de comunidades eclesiais de base engajadas, nas federações tipo FRACAB, FAMERJ e outras. Registra-se, assim, um saldo organizativo muito importante do ponto de vista da articulação desses setores populares. Na minha maneira de pensar, esses movimentos se articularam e criaram uma espécie de pólo combativo, na defesa da qualidade de vida, na defesa dos direitos sociais e políticos. Diria que, apesar de existir muita entidade pelega, muita associação não combativa, o que realmente articula o movimento popular é, de certa maneira, uma história de resistência contra a ditadura nas suas mais diversas instâncias. O que caracteriza politicamente os anos 70 é a luta travada pela democracia, pelo projeto de democratização da sociedade

civil, pela democratização do Estado e pela conquista e reconhecimento dos direitos. Nesse contexto se formaram os militantes do movimento popular. Formaram-se no embate contra o Estado, numa luta que se dava em um panorama político bem diferente do de hoje. Verifica-se um crescimento organizativo nos anos 80. A CONTAG ganha importância nesse anos, as federações de associações de moradores também tornam-se mais importantes. Acredito que tal crescimento tem a ver com a abertura do espaço político. Não menciono aqui os partidos em geral, mas o PT que também desempenhou um papel muito importante como pólo de aglutinação das lideranças do movimento popular e de consolidação classista, e de identificação das lutas sociais. Esse processo é ainda vago, impreciso, mas existe, está caminhando. Há uma tendência dos setores combativos para a autonomia, para a unificação do movimento, para o socialismo, para uma aglutinação que eu chamo de pólo classista. Essa luta pela democracia foi o projeto político para onde convergiam os diferentes setores organizados da sociedade civil, particularmente os trabalhadores. Nos anos 70 esse pólo político viveu sob a hegemonia da concepção liberal. A luta pelos direitos humanos, contra a tortura, cujo símbolo é Teotônio Vilela - uma personagem do pensamento liberal - a luta é travada junto com correntes de concepção democrática dos mais diferentes matizes: comunistas, socialistas, liberais e aqueles que não possuem, inclusive, uma clara definição política. Essa frente política se canalizou, no plano partidário, através do

PMDB que liderou a luta pela democracia. Nesta frente cabia o trabalhador, o empresário, enfim, um monte de gente. Ou seja, um verdadeiro saco de gatos.

Com a redemocratização, com a transição democrática, os projetos políticos se diferenciam. O novo leque dos partidos atesta isso. Há projetos diversificados para o Brasil do futuro. O PFL pensa de um jeito, o PTB de outro, o PT de outro, o PC do B, idem e assim por diante. Definiu-se a necessidade de uma diferenciação dos projetos políticos que antes se encobriam sob o guarda-chuva da restauração da democracia, do projeto amplo da democratização. É nesse momento que começa a fazer água o movimento popular. Existia uma unidade na luta anterior, uma vez que se batia por um espaço democrático formal, não pela democracia substantiva e sim pelo Estado de Direito, pelo seu reconhecimento. Quando o Estado de Direito passa a existir, os projetos passam a se diferenciar. As pessoas que militavam no movimento popular e que fazem parte desse pólo classista combativo passam a se distinguir dos outros que antes estavam na frente democrática e hoje não estão mais.

... esses movimentos se articularam e criaram uma espécie de pólo combativo, na defesa da qualidade de vida, na defesa dos direitos sociais e políticos...

Como fazer frente à política de cooptação, de clientelismo, de assistencialismo? Como fazer frente ao ressurgimento do populismo que não aparece como um mero blá blá blá, mas como o programa do leite de Sarney, o congelamento de preços do Plano Cruzado, as casas populares do Quêrcia lá em Água de Haia, na zona Leste de São Paulo, ou seja

como formas de combater os movimentos populares com perfil indigente, autônomo e classista. Existem áreas que são ganhas por uma política de troca de favores, como o atendimento pontual, localizado, de certas reivindicações dos movimentos mais combativos, onde o governo e, de uma maneira geral, a classe dominante, esvazia a possibilidade de articulação dos movimentos. Jogam no atendimento pontual das reivindicações para isolar os setores mais combativos. A situação de hoje é de desânimo, de frustração. Numa avaliação precipitada, é uma história de lutas que resultou em quase nada, pois, poucos são os movimentos que continuam sua trajetória de luta. Muita gente não acredita que vá haver resultados ao participar dos movimentos. Esse estado de coisas favorece a consolidação da hegemonia de um pensamento conservador que entende a sociedade brasileira como uma sociedade hierárquica, autoritária, onde o sucesso ou insucesso da reivindicação depende apenas dos governantes. Esta concepção dificulta a concretização de idéias do movimento de baixo para cima, de democratização da sociedade para se alcançar maior igualdade social e cujo horizonte é a perspectiva socialista. Esta perspectiva cai no vazio, à medida em que não apontam para um espaço concreto de articulação de propostas. E só tem conseguido identificar o que nos falta e diagnosticar os problemas. Mas não se tem construído um projeto político que articule esse pólo classista combativo e dê um sentido concreto à luta pelo socialismo. Penso que a luta pelo socialismo passa pela luta pela democratização efetiva da sociedade e do Estado. Existe aí toda uma discussão sobre as reformas e a visão do revolucionário. Mas é preciso

limpar este campo. Não conheço nenhum programa revolucionário que não tenha projeto de Reforma Agrária, de Reforma Urbana, portanto, considero que as reformas são uma etapa necessária do trabalho político desse pólo classista comba-

tivo. Um programa em si não é reformista. Ele é reformista se se limitar ao imediatismo, se se limitar a reivindicar coisas pequenas e não pensar no processo como um todo, que é dinâmico. Quem tem na cabeça apenas a visão de uma sociedade idealizada igualitária, de abundância, justa, está imobilizado para pensar a conjuntura presente, porque essa sociedade ideal pode servir somente de paradigma, funciona apenas como uma utopia, para se definir o vetor em que se deve dar a prática política. Ela nunca servirá como referência para responder aos problemas concretos de hoje como faz a Articulação do Solo Urbano na elaboração do projeto de Reforma Urbana, e como ocorre em algumas experiências de unificação de lutas que apontam hoje num sentido muito concreto. Portanto não se trata apenas de defesa de princípios, é necessário realizar a passagem para um programa de ação política, articulando o específico ao mais geral.

... não se tem construído um projeto político que articule esse pólo classista combativo e dê um sentido concreto à luta pelo socialismo...

Erminia - As entrevistas revelam uma falta de definição sobre o que é movimento popular, pois tudo o que não é sindical nem agrário caiu no popular. E dessa forma não organizaremos isso nunca, e muito menos seremos capazes de unificar. É um mito a perspectiva da unificação. O tempo todo se sente a desconversa, particularmente nas duas entrevistas do PT, e da ANAMPOS. Elas dizem: "Então vamos reunir os companheiros para ver como articular, por onde passa a unificação, por que precisamos unificar, precisamos unificar, precisamos unificar..." É um absurdo pensar que se pode unificar em uma

mesma proposta negro, mulher, homossexual, casa, transporte etc. Isso é uma frente. Só deixou de fora o operário e o camponês. Deveríamos discutir bem essa questão. Na entrevista do dirigente nacional do PC do B ele apontou questões interessantíssimas. Por que a luta dos negros é movimento popular? Ele não é um movimento que todo mundo tem que levar? E as mulheres, então?

Na minha experiência de Reforma Urbana, que, aliás, quero dizer que é um movimento em franca ascensão, crescendo loucamente a nível nacional e com encontros regionais. Eu não vejo desarticulação, desânimo, nada disso no movimento popular. Pelo contrário, estamos prevendo um crescimento muito grande, estão havendo adesões, até em Estados onde as federações são pelegas.

... Como fazer frente ao ressurgimento do populismo que não aparece como um mero blá blá blá...

Todo mundo fala não ser suficiente permanecer na reivindicação, tem que ir para o geral. Nos movimentos urbanos, acreditamos que o geral na reivindicação é a Reforma Urbana que achamos que engloba tudo. O que falta, na questão da unificação, da articulação dos movimentos populares, é um programa, uma plataforma. Sem isso não vamos a lugar nenhum. E se analisarmos a história da esquerda brasileira, anterior a 64, percebemos que existiam as reformas de base que unificavam todo mundo. O pessoal ligado à educação apresentava sua proposta, o pessoal da saúde a sua, etc. No que se refere à Reforma Urbana, apesar de fraquíssima pois só os arquitetos tinham discutido, mesmo assim estava lá. E estava também a Reforma Agrária que já tinha saído de um encontro nacional. Então, o que se evidencia hoje na discussão, particu-

larmente dos militantes do PT, o que mais impressiona é o vazio das suas colocações, o não entendimento de que cada movimento tem que se conduzir por um programa que nós queremos atingir e que fatalmente levará ao socialismo. Quando pedimos uma reforma, precisamos compreender que ela será uma fissura, um arranjo que romperá com a situação existente. Acredito que as propostas de reforma no Brasil são revolucionárias. Claro que isso dependerá de como o processo será levado. Mas vejo nelas um potencial revolucionário.

O mito de uma central articuladora dos movimentos é, um pouco, o mito de uma unidade que ninguém sabe para onde caminha. Algo assim: como a CUT reuniu, vamos agora pegar os movimentos populares e reunir. Não é a mesma coisa. Precisamos definir quais são os interlocutores, os agentes dessa história, as nossas propostas, principalmente o que queremos da política habitacional. O que temos a propor sobre o Fundo de Garantia? O que temos a propor sobre a Caixa Econômica Federal que está gerindo o dinheiro do Fundo de Garantia? Essa é uma discussão que a CUT terá que promover junto com o movimento de moradia. Temos que buscar uma unificação em cima de questões objetivas e de conteúdos que estão no centro das reivindicações e politizá-las. Agora, se me perguntam como eu vejo o avanço dessa questão, bem... eu parei numa certa hora de discutir dentro do PT. O PT tem um certo machismo obreirista que não o deixa enxergar o movimento popular. Quando o movimento popular construir propostas e articulações nacionais e específicas, acredito que o partido o valorizará. Por exemplo, o partido está sendo obrigado a engolir a proposta de Reforma Urbana, embora não tenha designado nenhum deputado na subcomissão da Constituinte para o assunto.

Outro aspecto é que, para a esquerda latino-americana, a guerrilha rural era o principal e todo o resto

secundário. A recente história da luta armada mostra muito isso. A questão urbana é muito recente, ela não era levada em conta. É necessário fazer uma revisão. Quando se fala em movimento popular, sempre procuro analisar, questionar sobre o papel da questão urbana na luta pela transformação da sociedade. Depois de discutir este papel, creio que saberemos o que fazer com o movimento popular. O papel das lutas sociais na transformação da sociedade brasileira é uma discussão diferente da que se faz na Europa. Temos de discutir as especificidades dos países industrializados do Terceiro Mundo, tipo México, Brasil e Coreia.

... É um absurdo pensar que se pode unificar em uma mesma proposta negro, mulher, homossexual, casa, transporte etc. Isso é uma frente. Só deixou de fora o operário e o camponês...

Fernando - Minha experiência de dez anos na periferia, como padre, vendo alguns movimentos nascerem etc, lendo as entrevistas, não todas porque não foi possível pela falta de tempo, observo que não foi tratada, com a dimensão com que eu aprendi a tratar, a questão da migração. O urbano não surge do espaço, nem do nada. Do urbano fazem parte os migrantes que viviam festa, terra e uma série de cosmo-visões, visões de pessoas, de realidade, que chegam e caem aqui na metrópole. Parece que se fala do urbano rapidamente, passando por cima da migração. A migração é um fenômeno atual e contínuo, ligado ao processo de urbanização. Por exemplo, quando estamos centrando fogo na formação de determinados militantes, eles me dizem: "oh, estou voltando

para o Paraná"; "estou indo para Campinas"; "vou para Ferraz - não está dando mais para pagar o aluguel." A migração continua sendo um fenômeno interno que provoca esvaziamento do movimento popular, provoca a saída de pessoas com posição de destaque, com anos de luta. Considero que ela deveria ser valorizada, talvez a partir do enfoque de alguma pessoa que pudesse trabalhar essa questão para ajudar a compreensão dos movimentos populares. De qualquer forma, o fenômeno migratório está aí. Para falar com um ex-camponês, nordestino, mineiro, paranaense, alguém que está aqui nesta cidade ou em outras cidades grandes, não se pode ignorar as raízes culturais, as raízes existenciais mais profundas. Acredito que não podemos desconsiderar esse aspecto da realidade, nem deixar de observar suas relações com a mobilidade urbana. Não é fácil organizar movimento popular pois o mundo urbano é muito móvel. Então, são dois dados de realidade para nós, que estamos no dia-a-dia tentando organizá-lo, tentando criá-lo, tentando valorizá-lo, articulá-lo etc. Na cidade de São Paulo, é alguma coisa de impressionante a mobilidade interna.

... Temos que buscar uma unificação em cima de questões objetivas e de conteúdos que estão no centro das reivindicações e politizá-las...

Um outro ponto é que a análise realizada pelos companheiros parece caminhar num ritmo, e o movimento popular caminha num ritmo muito mais lento. A questão de tempo também é muito importante na análise. Outro dia tivemos um grande debate entre os companheiros do movimento popular sobre o nosso tempo, o tempo do povo, o tempo

dos agentes sociais, o tempo dos militantes. Estas questões são de ordem antropológica, mas são questões importantes. E, por fim, a velha questão, não sei se da esquerda ou da direita, não sei de quem, da formação dos militantes. É uma sobrecarga de trabalho para os caras que são agentes de quinze movimentos simultaneamente.

A questão da migração, da mobilidade interna na própria cidade, a questão do tempo do povo para se organizar e da formação dos militantes, e de acreditar na proposta dos movimentos não aparecem na entrevista mas estão subjacentes.

... O mito de uma central articuladora dos movimentos é, um pouco, o mito de uma unidade que ninguém sabe para onde caminha. Algo assim: como a CUT reuniu, vamos agora pegar os movimentos populares e reunir. Não é a mesma coisa...

Sobre como se dá a articulação, me parece que valorizando as frentes de resistência. As vezes se menospreza as chamadas lutas econômicas em favor das lutas políticas. As lutas de resistência são passos de conhecimento, de treinamento político. Elas deverão ser valorizadas continuamente. Conseguimos desviar a avenida Aricaduva dez metros para que uma favela não fosse retirada. A Companhia do Metropolitan de São Paulo teve que fazer um desvio em frente ao Paulo Barbudo, que é um companheiro favelado e tem cinco cachorros em sua volta. Ele desviou a Companhia do Metropolitan. Foi necessário dar um volta de cinco metros, fazer uma curva, para depois a avenida voltar a pas-

sar. Este é um exemplo pequeno mas que, se colocado em nível mais amplo demonstra a importância do poder de intervenção do movimento popular. Até hoje, o Jânio quer colocar o lixão que nós, em dez dias, retiramos do Parque Ecológico do Carmo. As frentes de resistência continuam sendo, para mim, o lugar por onde passa a articulação das lutas e das entidades. Em segundo lugar, vem a questão do bairro porque, o movimento popular se considera mais bairro do que fábrica. Então, esse espaço da moradia do peão, do trabalhador, continua sendo o lugar privilegiado por onde está passando a articulação, porque é lá onde o movimento pode fazer alguma reflexão.

Em terceiro lugar, vem a questão do confronto com o Estado, nas suas várias frentes, nas suas várias formas. O movimento de moradia rapidamente avançou em se defrontar com determinados grupos e até com pessoas representantes desse Estado. Ainda faltaria mais, mas estamos caminhando.

Em quarto lugar, vem a questão de que a articulação requer uma pedagogia adequada. Não estamos mais vivendo uma maratona, uma corrida de obstáculos. Estamos numa maratona de 42Km. Seria um equívoco pensar que estamos de novo na corrida e que, se saltarmos alguns obstáculos venceremos a grande batalha. Acho que temos que nos preparar para aquela maratona da troca de canudos, passa para o outro e para o outro e assim por diante. Parece que uma pedagogia adequada é uma das grandes questões hoje presentes no movimento popular. E, nesse sentido, as lideranças, os agentes sociais, os agentes pastorais, os agentes políticos ainda pecam muito ao utilizar de pedagogia bastante autoritária, populista etc.

Por fim, em último lugar, se coloca a questão da articulação dos movimentos populares, que passa pela mulher porque, em toda a periferia, se não fossem as mulheres do movimento popular, este não passaria

por lugar nenhum. E, quanto às bandeiras que poderiam unificar o movimento, se é que isso é permitido se colocar para ele, sua condução me parece um pouco autoritária também. De qualquer forma, olhando São Mateus, Itaquera, a Zona Leste, uma das angústias fundamentais e das articulações mais trabalhadas é a questão da moradia, do transporte e da saúde. São estas as três questões-chaves. O movimento de Saúde já tem uma história, uma memória, um acúmulo. Nesse momento está promovendo a realização de um curso diário de quatro meses, com vinte monitoras. É um trabalho muito bonito e muito sério, para a formação de agentes de saúde com capacitação não só na área de saúde pública, mas com uma compreensão da sociedade como um todo. Uma faculdade popular que o próprio movimento de saúde cavou, criou e está produzindo. Apesar de o movimento de transporte ser algo muito peculiar, por causa da atual conjuntura, para a Igreja a moradia é a prioridade número um. Isso tem um peso político muito grande, terá mais peso ainda porque nos próximos três anos - 1988, 1989 e 1990 - essa será a prioridade de ação da Igreja em São Paulo, se não tirarem todos os bispos até lá.

... análise realizada pelos companheiros parece caminhar num ritmo, e o movimento popular caminha num ritmo muito mais lento...

Clovis - Querida acrescentar mais uma questão que é o reflexo mais imediato ao nível da população, do seu envolvimento no processo de abertura, na expectativa com a campanha das Diretas Já, com o Plano Cruzado, com a própria Nova República e o fato de se sentir traída por essa própria expectativa. Hoje se constata uma crise de esperança na

população. Essa é uma barreira muito grande para o próprio avanço das mobilizações e repercute também no movimento sindical. O pessoal do movimento sindical também se sente desgastado pela inflação, pelo envolvimento com as mobilizações anteriores e pela reduzida perspectiva de avanços reais, materiais.

A outra questão é a seguinte: se quisermos avançar nas lutas populares, temos que definir programas de reformas bastante claros. O que se coloca é o seguinte: de que forma e quem elabora o programa? É aí que entra uma discussão sobre o processo de unificação dos movimentos. Foi posta a questão da pedagogia dos movimentos e considero que ela está muito relacionada com a questão da unificação, porque existe uma realidade muito concreta que é a atomização dos movimentos. Todas as articulações mais gerais são articulações de uma certa cabeça e o corpo está, sem exceção, muito longe desta cabeça. Quem elabora o programa? A cabeça? Alguns companheiros da direção do movimento, uma área técnica? Qual a participação do movimento até para aceitar esse plano de reforma? As esquerdas colocam muitas idéias, algumas bandeiras de luta, só que elas vieram muito de fora do movimento. E, de modo geral, essas bandeiras em seu geral ficaram só no mastro. Não se trata apenas de discutir a necessidade de um programa. Mas por onde passa a elaboração desse programa, e como se deve atuar junto ao movimento concreto. Na visão basista dependemos de uma reunião da Associação dos Moradores para definir o processo da reforma. Mas como isso se coloca para o conjunto das organizações? Como ligá-las ao processo de elaboração? A CONAM tem um programa de trabalho muito genérico mas bastante claro. Vê-se através dos documentos da CONAM que ela tem bandeiras, plataformas. Agora, como se vinculam essas bandeiras, esse programas com a sua estrutura de base? E o problema não é apenas da CONAM, é da situação presente em todo o movi-

mento. A questão que se coloca não só diz respeito ao programa, mas principalmente, é como se dá hoje a discussão de um programa dentro de um movimento concreto. Essa questão está muito ligada à da unificação, porque se trata hoje de começar a discutir a unificação do movimento em cima de propostas mais gerais. Foi citada aqui a questão do transporte. Hoje existe a proposta de uma articulação nacional de transportes, existe uma associação metropolitana. E o movimento como está? O que é o movimento de transporte? Se quisermos unificar o movimento de transporte na capital, não só o unificaremos sozinho, não o unificaremos isolado dos demais movimentos. Isso é utopia. O que é movimento popular de saúde e que tem hoje uma articulação nacional?

... Não é fácil organizar movimento popular pois o mundo urbano é muito móvel...

O movimento existe como movimento, onde existe um real processo de organização local. No interior de São Paulo, o movimento existe onde está presente um forte movimento de mulheres, como na região de Lins em que as questões de saúde aparecem muito ligadas às questões do trabalhador rural. Também o movimento popular de saúde, que conta com uma estrutura nacional - a MOPS -, é uma cabeça com um corpo fragmentado. Qualquer movimento que queira se consolidar, o de transporte, o da saúde, o da moradia (este é para mim o único movimento que consegue uma mobilização mais ampla, sendo necessário se analisar bem o significado dessa mobilização), não pode se restringir à questão quantitativa que tem implicações muito sérias. Mesmo se trabalharmos essas bandeiras vendo como unificar-nos, os movimentos de transporte, saúde e moradia em um mesmo patamar e levando em

conta o estágio atual do movimento, não vejo como esse processo unificador o movimento enquanto não se tiver um maior fortalecimento de base numa determinada região da unificação das lutas populares como um todo. Não dá pra separar a luta reivindicatória de sua base. Posso citar a experiência atual em Vitória, na federação de entidades e movimentos e também a Federação de Recife, responde essa questão trabalhando não apenas com bandeiras específicas mas atuando no conjunto das lutas. Para concluir, a Reforma Urbana seria a grande proposta, o grande programa de reformas que os movimentos urbanos trabalhariam na capital, nas cidades. Mas a discussão sobre a Reforma Urbana realizada não tem atingido as camadas populares e muito menos as questões de saúde, transporte e outras mais. Deveria estar se refletindo sobre como se dá a elaboração do programa dentro da atual conjuntura sem uma visão imediatista.

... tivemos um grande debate entre os companheiros do movimento popular sobre o nosso tempo, o tempo do povo, o tempo dos agentes sociais, o tempo dos militantes...

Teresa Belda - Minha experiência é mais na área de transporte. Querida refletir mais sobre alguns pontos, enfatizando o que já foi dito, pois acho que são pontos fundamentais para se chegar a essa questão da unificação, da possibilidade de unificação de movimentos populares. Um dos problemas fundamentais é conseguir, na prática, relacionar, equacionar a questão local com a questão mais ampla, a reivindicação específica com propostas mais gerais. Este é um problema permanente que temos lidado a todo momento

no movimento específico e em toda tentativa de unificação regional ou estadual. É um problema que se vem enfrentando, aqui em São Paulo por exemplo, com a questão do transporte. Na década de 70, houve uma tentativa de se unificar na região metropolitana os movimentos populares de transporte denominada Comissão Metropolitana dos Usuários de Transportes - COMUT - que de alguma maneira possibilitou uma certa aglutinação, mas não vingou. Temos que indagar por que isso ocorreu. A meu ver, um dos pontos que provoca a impossibilidade, talvez não absoluta, mas momentânea e relativa dessa articulação é essa questão: as pessoas se organizam, se juntam, se articulam, se mobilizam, em um maior ou menor espaço de tempo, em torno de condições realmente muito concretas, de necessidades muito concretas. E, muitas vezes, são pessoas que estão limitadas pelo seu cotidiano, seja no bairro, seja na região ou em um certo setor do qual ela sente carência. A meu ver, este é um problema. Outro problema, como colocou o companheiro da Zona Leste, são os registros diferentes de tempo, exatamente porque os pontos de partida são diferentes. A organização se estrutura a partir de uma luta concreta, seja por moradia, seja por transporte - às vezes por linha de transporte apenas e não pela questão geral do transporte - e você tem as entidades preocupadas em generalizar essas questões. Esse é um outro problema, a meu ver, que dificulta essa proposta de unificação institucionalizada dos movimentos populares. É possível haver unificação, articulação dos movimentos populares diversificados em torno de coisas muito concretas. É um pouco diferente, mas, entretanto, foi possível unir todo mundo em torno das diretas: lá estavam os sindicatos, os diferentes movimentos populares, os partidos, porque se tratava de alguma coisa maior. Agora, do ponto de vista das necessidades coletivas, é muito difícil se construir, neste momento, uma entidade que possa de

fato realizar esse papel de unificação, já que os movimentos de uma maneira geral estão um pouco fragmentados. Concordo que a Reforma Urbana traria essa unificação, embora essa proposta não tenha sido ainda explicitada.

... As frentes de resistência continuam sendo, para mim, o lugar por onde passa a articulação das lutas e das entidades...

No setor de transporte há fragmentação; não se tem um movimento real, unificado, nem a nível regional nem a nível estadual e nem mesmo municipal. Essa associação que estamos criando não nasceu da noite para o dia, ela nasceu de um processo, mas um processo com etapas através de companheiros que participam de alguns movimentos visando, inclusive, alguma coisa mais específica que era uma certa participação institucionalizada no Estado. Teve um pouco esse caráter. Então, em virtude dessa fragmentação dos movimentos e das dificuldades em unir o local, o específico, com o geral, acentuado pela desmobilização presente na sociedade como um todo, não devemos desistir da unificação dos movimentos. Entretanto, esse estado de ânimo deve ser levado em conta e precisamos reconhecer que, neste momento, não é possível a formação de uma entidade institucionalizada que estabeleça a articulação. Por outro lado, acho necessário existir algo que articule de alguma forma. Não precisa ser uma entidade institucionalizada, talvez inter-organizações articuladas que, em determinados momentos, possam unificar uma luta mais global, seja em termos de propostas, seja em termos de atuação de âmbito territorial.

Maria - Gostaria de analisar dois pontos relacionados com a questão da articulação e unificação. Imagino que, quando se fala numa central, se

fala em articulação, porque a idéia de unificação seria bastante utópica. No que se refere à fragmentação, creio que os movimentos sempre foram fragmentados. Não é só um problema da conjuntura atual. Está ocorrendo alguma coisa até muito interessante: ao mesmo tempo em que, aparentemente em termos de uma visibilidade maior para a sociedade, os movimentos parecem atravessar uma fase de descenso, observamos que eles nunca tiveram tão estruturados e organizados como agora. Eles estão num momento muito importante de consolidar as estruturas organizativas a nível estadual, a nível de lutas específicas etc. Devemos parar e rever essa questão tão falada do desânimo. Realmente o desânimo é geral, o desânimo é nosso, é de todo mundo.

... O movimento popular se considera mais bairro do que fábrica. Então, esse espaço da moradia do peão, do trabalhador, continua sendo o lugar privilegiado por onde está passando a articulação...

Não é um desânimo apenas dos movimentos. Esta concepção abre espaço para o pensamento conservador e a gente observa uma coisa interessante. De fato, nesse espaço de lutas, de embates, vivemos a fase da utopia, quando a força dos movimentos estava mais nas cabeças dos analistas e de alguns de seus militantes do que realmente nas bases. A conjuntura mostrou uma mudança posterior em relação ao papel do Estado. Sim, o Estado mudou, cooptou e está mudando de novo e temos que ficar atentos. Por isso a questão da articulação deve ser pensada seriamente neste momento, porque se na fase em São Paulo do Monitor, do Covas, o Estado de fato cooptou e desarticulou

o movimento, hoje ele fecha suas portas. A política do Quêrcia e do Jânio é fechar a porta e não receber ninguém. Então, estão dadas as várias condições objetivas novamente, a nível de articulação dos movimentos, porque aquelas características anteriores, de antagonista, estão reaparecendo. Secretarias que tinham propostas claramente clientelistas para com os movimentos populares estão reformulando totalmente a sua atuação.

... articulação dos movimentos populares, que passa pela mulher porque, em toda a periferia, se não fossem as mulheres do movimento popular, este não passaria por lugar nenhum...

Em relação às diferentes entrevistas eu discutiria três questões básicas. Uma relativa às distinções entre os movimentos. Temos que parar e refletir. Basicamente falando sobre as associações de moradores, as associações de favelas e os tais movimentos de lutas específicas que alguns chamam de movimentos populares. Aqueles seriam os movimentos populares legítimos, outros ilegítimos, quer dizer, existem três categorias muito claras em discussão. Essa questão de diferenciação passa por assessorias diferentes, projetos políticos, forças sociais que estão condensadas em torno dessas três formas bastante diferentes. Então, quando se pensar em articulação, não se pode esquecer essas diferenças. Uma outra questão, que aparece nas entrevistas, relaciona-se com a organização. Observamos numa dessas categorias as associações de moradores, que já têm a chamada articulação. Podemos até discutir sua representatividade, mas, segundo a proposta política e a

concepção de trabalho delas, elas têm o Conselho Coordenador das sociedades Amigos de Bairros e a CONAM e, num plano de articulação sindical, têm a CGT. Eu pergunto: os demais movimentos de lutas populares e os movimentos com as lutas específicas, tipo de favelas, que já têm a ANAMPOS funcionando um pouco a nível estadual, ao se tentar criar uma central não se estaria querendo contrapor no mesmo nível que a CUT e CGT? Pois além da CONAM se teria uma central de movimentos populares com legitimidade etc. Com relação ainda à questão da articulação temos que refletir bastante. Porque, por um lado, se corre o risco de, ao se propor uma articulação e repetir os mesmos erros da CONAM, fazer uma entidade fantoche e, que é um negócio interessante porque eles têm um discurso que fala das questões gerais, mas na prática, não têm nenhuma articulação dessas questões gerais com o dia-a-dia da luta do bairro. As entidades filiadas à CONAM têm limitações em sua própria concepção. Quando Resk as qualifica como clubes, só órgãos de pressão, auxiliares da administração, implica que, nesse tipo de visão, efetivamente as entidades nunca ultrapassarão o estágio de meros órgãos auxiliares de alguma coisa, algo subordinado, sem potencial. A questão da articulação realmente é necessária mas devemos ter cuidado para que não se repita a trajetória da CONAM, pois precisamos de algo que justamente se contraponha a esse tipo de articulação, e que tenha um projeto político consistente. Tanto para as entidades de base quanto dando uma visibilidade mais geral, em termos da sociedade, isso é muito importante. O movimento sindical, todo mundo sabe, cresceu muito na medida em que apareceu uma CGT, apareceu uma CUT. E essas entidades passam a ter um espaço de legitimidade muito maior. Preciso repensar, mas, em princípio, sou totalmente favorável, pois daríamos um salto qualitativo se avançássemos no sentido da criação dessa en-

tidade mais geral. Em relação às bandeiras que foram citadas, acredito realmente que seriam as da saúde, moradia e transporte, mas eu acrescentaria mais duas questões: em vez de moradia, a questão da terra - acompanhei um pouco uma certa ala do movimento de moradia que, num determinado momento, se articulou com os da Zona Leste em função de algumas lutas específicas como no caso do decreto do Jânio.

... A CONAM tem um programa de trabalho muito genérico mas bastante claro. Vê-se através dos documentos da CONAM que ela tem bandeiras, plataformas. Agora, como se vinculam essas bandeiras, esses programas com a sua estrutura de base?...

O que está fundamentalmente por trás da questão da moradia é a questão da terra, pois se o povo tem acesso à terra, ele constrói. Se acentua toda essa crise da moradia e, quando acaba, se esgota a possibilidade do loteamento clandestino, da compra da terra. E, por outro lado, a questão da terra incide num conflito estrutural da propriedade privada. Então, para se politizar mais essa questão da moradia, o fundamental é relacioná-la com a questão da terra. A questão de peso real para mim é a questão da terra, e não a da moradia. Uma outra questão importante tem a ver com a ecologia: a nível do movimento popular, em algum momento, esses textos falam sobre a política do verde para os bairros. Essas questões são realmente importantes. Você tem o problema do esgoto, do saneamento que acaba

desembocando na questão da ecologia, do meio ambiente. Temos que parar e pensar. Porque, como o movimento ecológico chegou às classes populares no Brasil muito influenciado pelas bandeiras do movimento anti-nuclear europeu, surgiu a tendência de se encerrar o assunto como se fosse uma frente de luta apenas dos segmentos mais politizados. Ao povo comida, casa etc. Como se a questão ecológica não se fizesse presente no cotidiano, no dia-a-dia dos bairros populares.

Ana Maria - Senti uma agonia quando, ao participar recentemente de um encontro da ANAMPOS em Vitória, estava sendo colocada esta questão de se criar uma central dos movimentos populares - CEMPO - e, obviamente, havia toda uma discussão a respeito de se passar ou não pela CONAM. A CONAM era então uma referência nessa discussão e havia divergências quanto a se construir ou não uma entidade paralela ou se se deveria entrar na CONAM e conquistar aquele espaço criado em 82, num momento bem eleitoral. Percebi enormes dificuldades para pensar uma articulação concreta, nacional desses movimentos com natureza muito diferente daqueles que a CONAM congrega, pois ela congrega movimentos com estatuto formal, com critérios claros de representação. Tais critérios são estabelecidos por um estatuto. Já o movimento dos desempregados, dos sem-terra, da habitação, o movimento não sei das quantas, cada um deles instituiu mecanismos internos de representação que não são comuns e claros a nível de uma proposição mais geral e que permitam reconhecer o que é e o que não é representativo. Tudo bem, a liderança que participou continuamente de tantas lutas, é reconhecida e todo mundo aceita que ela é representativa. Mas, em termos de um critério unificador, isto se torna um problema.

Gostaria de me reportar um pouco ao início dessa articulação da qual participei em 1980, na elabora-

ção do documento em São Bernardo. A impressão que me dava era que havia um desejo de criar uma articulação que congregasse o movimento sindical e o movimento popular, numa só entidade. Se formos analisar o documento que saiu daquele encontro, perceberemos em suas entrelinhas o desejo de realizar uma articulação que congregasse os diferentes tipos de movimentos, inclusive o sindical, numa só entidade. Por vários motivos o movimento operário sindical decolou e criou a sua própria articulação, surgindo a primeira CONCLAT e a CUT, a partir do racha por razões que todo mundo conhece. Mas o movimento sindical se afirmou como articulação. O movimento popular, entretanto, ficou sem saber como promover a sua própria articulação. Isso coloca alguns pontos para pensar, que não

... As esquerdas colocam muitas idéias, algumas bandeiras de luta, só que elas vieram muito de fora do movimento. E, de modo geral, essas bandeiras em seu geral ficaram só no mastro...

passam somente pela questão de ter uma bandeira de luta que unifique, mas passam pela definição de critérios de representatividade para se falar uma linguagem comum no momento de se desenvolver ações coordenadas a nível nacional. Como podemos congrega uma associação de moradores que, digamos, não está mais nas mãos de um cara populista, clientelista, mas está nas mãos daquelas lideranças que reconhecemos como autênticas, mas que é um movimento formalizado com estatuto e critérios claros de representação? Ao mesmo tempo, convive com ele um movimento cuja duração

possivelmente é mais curta, por exemplo, movimento de transporte, que daqui a pouco pode acabar. O ciclo desse tipo de movimento, por mais que se queira que ele se mantenha, ainda que se crie uma entidade nacional, ele acaba, porque esgota a sua capacidade de se manter a nível local. Então, como se vai compor numa mesma articulação uma entidade e um movimento que tem uma via intermitente? Ele começa, ele acaba. Depois, a mesma liderança que estava aqui, recomeça com outro tipo de reivindicação. Gostaria que essa questão fosse amadurecida porque se trata de uma dificuldade que aparentemente é formal, mas, na verdade, é muito concreta. Tem sido sempre protelada a discussão que ocorre a nível de ANAMPOS e não se sabe muito bem por quê. Será que isso acontece só pela falta de bandeiras, de um programa ou de um projeto? Ou

... as pessoas se organizam, se juntam, se articulam, se mobilizam, em um espaço de tempo, em torno de condições realmente muito concretas, de necessidades muito concretas...

também está em jogo a própria natureza desses movimentos que se pautam por uma ação direta, que rechaçam o institucional, que refutam os mecanismos tradicionais de representação? Então, qual o seu perfil no plano de representação interna? Existem problemas internos e vários outros problemas na relação desses movimentos com o Estado, porque este impõe vários critérios de representação e os movimentos se pautam por outros. Só que esses outros critérios não estão claros. Como trabalhar com uma realidade como

essa? Como enfrentá-la?

Rosângela - Temos que tentar distinguir a articulação em si da entidade articuladora, pois são questões diferentes. Na questão da articulação, tanto na resistência quanto no enfrentamento com o Estado foram realizadas experiências muito ricas que deveríamos resgatar. Outra coisa é a proposta de central que no fundo pressupõe uma entidade articuladora, uma entidade centralizadora das lutas. Vou me posicionar em relação a essa proposta que está na mesa. Na medida em que se coloca uma proposta de entidade nacional, coloco algumas perguntas.

Primeiro, o movimento hoje, por seu ritmo, pela sua experiência acumulada, sente a necessidade de uma entidade articuladora e centralizadora para enfrentar as questões da atual conjuntura diante do Estado e suas políticas públicas? Isso não tenho claro. É evidente que o movimento precisa se articular. Precisa, e acho que a gente deveria se voltar um pouco para São Paulo. A questão de São Paulo, em sua complexidade, é diferente da realidade de Vitória, de Porto Alegre, de Recife. A questão de São Paulo, enquanto pólo, levando em conta sua mobilidade interna, a migração e as questões específicas. Acho que deveríamos pensar como enfrentar essas questões. Creio que a articulação passa pela questão urbana e pela formulação de propostas relativas à política urbana, às políticas públicas. Entretanto, não tenho certeza se o movimento precisa de uma entidade articuladora e centralizadora a nível nacional. Estou muito mais preocupada em resgatar as experiências do movimento, mesmo as das associações, sejam Sociedades Amigos de Bairros, que foram cooptadas, sejam as associações de moradores criadas a partir das comunidades eclesiais de base. Todas têm experiências de articulação concretas, obtidas ao articularem a luta de creche com a luta do transporte e com a luta da habitação. Nesse terreno temos experiências para resgatar. Como as lideranças lidam com es-

sas questões? Acredito que, a nível de São Paulo, se começa a ter algumas experiências de como articular a Zona Sul com a Zona Leste. Existem aí alguns passos que acho importante resgatar. E já considero um salto se a gente começar a pensar e discutir como se vai articular e se vai escolher representantes para uma entidade nacional de todos os movimentos.

... Agora, do ponto de vista das necessidades coletivas, é muito difícil se construir, neste momento, uma entidade que possa de fato realizar esse papel de unificação, já que os movimentos de uma maneira geral estão um pouco fragmentados...

Teresa Lajolo - É importante colocar aqui que estamos falando da realidade de um país e caracterizar que país é esse, que realidade é essa. Estamos tratando de um movimento seja ele organizado em termos sindicais ou populares, da organização de trabalhadores que detêm a força de trabalho em contraposição à burguesia que explora essa força de trabalho e, portanto, detém o capital. Se me coloco nessa perspectiva quando penso em movimento, penso nele no sentido de alterar essa situação, de modificar essa realidade, de transformar a sociedade, acabar com a exploração dos trabalhadores, dos quais se extrai a mais-valia, uma exploração para poder alimentar o capital. Essa exploração, eu acho, não se dá meramente com extração da mais-valia, não se realiza apenas no pé da máquina. Ela é uma exploração concreta. A máquina tira o sangue, o suor do trabalhador e você tem aí a con-

cretização do que significa essa exploração. Mas ela se dá também nas precárias condições de vida no trabalhador, na moradia, em sua situação física, resultante dos salários baixos, do alto custo de vida, que se traduz na sua falta de liberdade e cuja exploração não se esgota no campo econômico, mas se dá também no campo político e no campo ideológico. Quero alterar toda essa situação de exploração dos trabalhadores que ocorre em qualquer estágio, idade e situação. É isso que estamos querendo, imprimir ao movimento um caráter de luta de classes. E como dar ao movimento um caráter de classe, de confronto, de enfrentamento de interesses tão antagônicos? Um detentor da força de trabalho, explorado em todas as situações de vida e o outro que, a partir dessa exploração, detém o capital. Neste momento, coloco a questão da luta pelas reivindicações, mas coloco também uma outra questão que se define, teoricamente, como a necessidade de o movimento adquirir um caráter revolucionário, de mudança, de transformação. Esse movimento, na minha compreensão, com sentido de mudança, de transformação, deve ter um objetivo a longo prazo, que passa pela aquisição de uma compreensão da superação da sociedade em que se vive. É pelo enfrentamento que se transforma conforme o estágio de consciência da organização. Essa é uma situação que, efetivamente, se tem de buscar.

... tem o problema do esgoto, do saneamento que acabam desembocando na questão da ecologia, do meio ambiente...

Quando se levantou a questão das bandeiras de moradia, acho que essa questão é importante. Ela remete à questão da posse da terra

que não é um fato meramente urbano, mas também rural. Estamos discutindo um conflito com o capital e, portanto, um conflito de classe. Como fazer o movimento, o movimentar - e não estou me referindo ao movimento da moradia, mas o movimentar do trabalhador para adquirir efetivamente essa consciência?

... Devemos parar e rever essa questão falada do desânimo. Realmente o desânimo é geral, o desânimo é nosso, é de todo mundo. Não é um desânimo apenas dos movimentos...

Quando falo movimentar não estou falando movimentar pela moradia, ou movimentar pelo transporte. Eu estou dizendo como movimentar o trabalhador pelo direito à terra, o direito de moradia, mas de concepções que norteiam para o direito de poder viver, de poder ser efetivamente o elemento que produz e que usufrui daquilo que produziu. E que usufrua no sentido de manter uma realidade onde não haja conflitos de interesses, mas, sim, interesses comuns. Uma outra questão do movimento, que acho importante, é a questão ideológica. Muitas vezes, na grande maioria das experiências que se vive, não há por parte do movimento uma elaboração da questão ideológica. E a questão da ideologia passa por superar determinados valores efetivamente estabelecidos em nossa cabeça pela burguesia. E aí não estou dizendo para se romper simplesmente, seja com a questão da mulher, da liberação sexual ou outra qualquer. Não é isso. Estou dizendo que é necessário se romper com determinadas concepções que nos remetem a situações de imobilismo ou até de composição com algumas propostas da burguesia. Determinadas posições nossas são até absorvidas pela burguesia.

Vou colocar uma questão do movimento, uma diferença que existe no movimento: "Nós estamos aqui

apenas de emprego, de moradia, mas um relacionamento que se dá no espaço, numa movimentação necessária. A questão de saúde, a questão de habitação e de educação, remetem não só para uma compreensão de saúde enquanto espaço, um espaço institucional e equipamento, mas também sobre o significado do direito à saúde. Então, o direito à saúde me remete também ao questionamento de uma realidade que não me dá o direito de ter saúde. Aí você desdobra para a questão do salário, da produção do alimento. Como fazer? Esse é um desafio.

A unificação não passa meramente pela criação de uma entidade que unifique movimentos. Mas pela unidade da compreensão da realidade em que vivemos. Unifico todo esse movimentar atomizado num movimentar único em cima, não sei se de uma plataforma, de um programa ou de bandeiras, mas de concepções que norteiam para o direito de poder viver, de poder ser efetivamente o elemento que produz e que usufrui daquilo que produziu. E que usufrua no sentido de manter uma realidade onde não haja conflitos de interesses, mas, sim, interesses comuns. Uma outra questão do movimento, que acho importante, é a questão ideológica. Muitas vezes, na grande maioria das experiências que se vive, não há por parte do movimento uma elaboração da questão ideológica. E a questão da ideologia passa por superar determinados valores efetivamente estabelecidos em nossa cabeça pela burguesia. E aí não estou dizendo para se romper simplesmente, seja com a questão da mulher, da liberação sexual ou outra qualquer. Não é isso. Estou dizendo que é necessário se romper com determinadas concepções que nos remetem a situações de imobilismo ou até de composição com algumas propostas da burguesia. Determinadas posições nossas são até absorvidas pela burguesia.

Vou colocar uma questão do movimento, uma diferença que existe no movimento: "Nós estamos aqui

para resolver o problema dos mais pobres, dos mais miseráveis. Ou, então, nós estaremos fazendo uma distinção entre os trabalhadores. Todos estão sofrendo um processo de pauperização, mas queremos tratar dos mais pobres. Eles precisam. Então, os trabalhadores mais ricos vão dar aos mais pobres." Essa é uma concepção que a Igreja passa muito. A concepção de que precisamos tratar dos mais pobres. O que está fazendo hoje a Nova República? Exatamente isso. "Dividam os seus salários, irmãos." Estou dando as migalhas de um banquete que eles estão usufruindo a partir da exploração dos trabalhadores. Então, precisamos alterar essas concepções. Entender que são, efetivamente, trabalhadores e, portanto, toda essa questão do conflito de classes e do processo de dominação. Este não é um desafio que está colocado só para o movimento, mas está colocado para mim, principalmente para as lideranças.

... como se vai compor numa mesma entidade e um movimento que tem uma vida intermitente? Ele começa, ele acaba...

Outra coisa que gostaria de colocar, como experiência, é a questão do Estado, das relações do movimento com o Estado e também as relações do partido com o movimento. A experiência que vivemos no período da ditadura militar, mesmo com todas as críticas que hoje podemos fazer, o que teve de mais rico naquela experiência foi o Movimento Contra a Ceresia. Mas naquele momento havia um movimentar político que hoje não existe. Jogou-se tudo nas diretas e as diretas não passaram. E mesmo o pólo mais avançado - vamos chamar pólo claudista avançado, ou o diabo de adjetivação que se queira dar - ficou

pasmo, sem saber que rumo tomar. E o que é que eu faço? Agora, estamos passando por uma situação em que novamente levaremos uma em que nos movemos para a direita da burguesia; e nós não estamos na rua, inclusive não estamos trabalhando a questão desse chamado desânimo que eu gostaria de discutir. O que é esse desânimo, se ele existe e qual o desafio que coloca?

Moisés - Para mim a questão da unificação e da articulação do movimento popular caminha um pouco na seguinte linha: Temos que pensar o Movimento Popular a partir das condições materiais da sociedade brasileira. Vivemos num sistema capitalista, em que a exploração do trabalhador se dá também no seu local de moradia, no bairro, na periferia das grandes cidades que é um troço violento. A reação a isso vai acontecendo até de forma espontânea, quer dizer, você tem uma série de lutas que vão acontecendo - eu estou me baseando muito na experiência da zona leste. Essas lutas encontram uma dificuldade muito grande de se transformar numa luta mais política, porque a questão é que o Estado vai criando uma dinâmica, vai absorvendo essas lutas, vai criando formas de cooptação ou de resistência. O movimento político dos trabalhadores tem portanto uma dificuldade de estar articulando essas lutas e fazer o enfrentamento ao Estado. Se a gente for pegar o momento atual, assistimos uma situação de miséria muito grande e não conseguimos dar respostas articuladas, não conseguimos politicamente influir na conjuntura enquanto força política.

Creio que sem organização os trabalhadores dificilmente conseguirão fazer o enfrentamento político. Então, a questão da organização, para o conjunto dos trabalhadores, é fundamental. Como é que você organiza, no sentido de fazer com que as lutas avancem? O partido político tem sido a forma de organização mais estratégica, principalmente no sentido de fazer o enfrentamento.

O sindicato -, apesar de ter jogado mais a nível econômico, ele leve condições de se estruturar enquanto instituição. Dessas duas instituições em que os trabalhadores transitam, o sindicato é a mais complicada. A CUT resgata um pouco a nível nacional uma articulação que, até certo ponto, ainda está em construção, até certo ponto consegue uma articulação num espaço mais institucional que reflete todo o movimentar de luta dos trabalhadores. Enquanto os partidos têm tido dificuldades de fazer a ponte, de fazer essa ligação.

... Temos que tentar distinguir a articulação em si da entidade articuladora...

Hoje, a conjuntura coloca, não só aqui no Brasil mas em toda a América Latina, um repensar das várias formas de organização popular que surgem nos bairros. Não deveríamos ter receitas prontas, acabadas. Não deveríamos estar tão preocupados se isso vai se materializar ou não numa central. O desafio colocado hoje é como articular todas essas lutas e conseguir que elas tenham penetração a nível de massa. É aí que a questão do partido se torna fundamental. Porque essas lutas, é claro, essa articulação, vão ter que passar por um corte político. Onde queremos chegar? Quando a gente vai para o movimento, percebe às vezes uma dificuldade nisso. Muitos movimentos estão bem "organizados". Mas a que tem servido esta organização?. O movimento não consegue - principalmente as lideranças não conseguem - perceber o seguinte: neste momento, nesta conjuntura, a concretização de outras formas de poder, fundadas nos trabalhadores, não serão possíveis plenamente. Porque o poder burguês, o poder do Estado, o poder de todo aparato da burguesia está em pé. Este acúmulo político deve ser utilizado no sentido de avançar, de

fazer com que o movimento comece a ter experiências práticas e acumular de uma forma estratégica, para romper com a atual estrutura da sociedade.

... Creio que a articulação passa pela questão urbana e pela formulação de propostas relativas à política urbana, às políticas públicas. Entretanto, não tenho certeza se o movimento precisa de uma entidade articuladora e centralizadora a nível nacional...

Se a gente for retomar desde as lutas de resistência do povo negro no Brasil, as lutas dos índios, as lutas - por exemplo - pela terra no país, nos séculos passados, constataremos que elas não conseguiram romper o poder que as elites detêm. Você tem uma classe dominante, tem um capitalismo implantado aqui, impedindo uma participação efetiva dos trabalhadores.

A articulação na história do Brasil sempre foi uma questão presente. Será que este é o momento? Acho que, a nível político, a gente teria que trabalhar isso mais seriamente, pois essa é uma questão que tem que ser trabalhada junto com o movimento. Como é que se acumula forças? Acredito que temos que nos superar em alguns aspectos; por exemplo, é o partido a organização por excelência ou é o movimento sindical? É a CUT que vai dar a direção porque é mais institucionalizada, mais organizada, mais de classe e tudo o mais? A maioria das classes oprimidas pelo capital não está organizada nem no partido e nem no sindicato, e este é o outro desafio. Se não conseguimos acu-

mular nesse sentido, será muito complicado pensar qualquer processo de transformação.

Para encerrar, gostaria de falar aqui sobre várias formas de articulação do movimento popular em andamento a nível nacional. Temos que começar a recuperar isso, essa é um pouco a proposta dessa revista. Num primeiro momento, é resgatar tudo o que for experiência, a gente recuperou onze, pegando federações estaduais, articulações nacionais e os partidos. Devemos começar a fazer debates como esses nos bairros, nas cidades e a nível nacional e avançar a discussão, pois acredito que este é um momento vital. E não devemos ficar numa posição de desânimo, pois isso dará espaço ao poder burguês para se consolidar cada vez mais.

... Como fazer o movimento, o movimentar - e não estou me referindo ao movimento da moradia, mas o movimentar do trabalhador para adquirir efetivamente essa consciência? Quando falo movimentar não estou falando movimentar pela moradia, ou movimentar pelo transporte. Eu estou dizendo como movimentar o trabalhador pelo direito à terra, o direito de moradia...

Nazareno - Em relação à conjuntura, queria acrescentar o seguinte: o movimento pelas Diretas Já para

Presidente, que reuniu todas as forças de oposição à Ditadura Militar, foi utilizado para legitimar os governos da Nova República, significando uma das maiores traições que sofreu o povo brasileiro. Sustentando um Presidente biônico, a Nova República implanta um governo que articula liberdades democráticas a arrocho salarial com degradação dos serviços públicos. Mantem-se estruturalmente, portanto, os mesmos mecanismos da Ditadura Militar de exploração capitalista na produção de nossas cidades.

A vitória da Nova República, até o momento, foi de desmobilizar parcialmente o movimento popular, que mesmo assim mostra seu vigor nas ocupações de terra urbana em todo o país e ao produzir um programa unitário de lutas que se concretizou na Emenda Popular de Reforma Urbana. Esse programa surgiu da experiência viva das reivindicações populares, que no nosso capitalismo ganham caráter classista, pois esse visa a espoliação máxima da força de trabalho. Por exemplo, no Brasil uma proposta avançada na área de transporte é uma proposta liberal na França.

A proposta de Reforma Urbana é um avanço com relação, principalmente, à questão da habitação e da terra urbana, mas precisa avançar nas questões de transporte e de desenvolvimento urbano e englobar as propostas de saúde e de meio ambiente. O importante é que ela avance com um projeto próprio e independente do movimento popular que visa construir um poder autônomo do Estado e dos partidos políticos e enfrentar as investidas de cooptação dos governos. Os governos, tentam neutralizar esses avanços não abrindo mão de parcela do poder conquistado nas umas transformando participação popular em mera demagogia e instrumento de cooptação e propaganda política.

O movimento popular necessita cada vez mais se relacionar com o Estado pressionando-o para participar diretamente nas decisões de governo com relação aos serviços pú-

blicos e à habitação popular, mas deve fazê-lo tendo nas mãos um programa de ação, articulando as bases do movimento e promovendo permanentemente ações de massa. A transição para o socialismo passa pelo controle popular do Estado e construção de um poder popular independente deste. É por isso que não podemos adiar a construção de uma articulação racional dos movimentos populares. Nessa articulação devem estar, prioritariamente, representadas as federações e uniões estaduais de entidades ou de movimentos populares e as Articulações Nacionais de Solo Urbano, Mutuários, Transporte, Favelados, Saúde e mesmo a CONAM que articula parcela das associações de moradores. Essa articulação real eu diria ser impossível imaginá-la como uma articulação de movimentos isolados, por mais boa vontade que tenham os companheiros da ANAMPOS. Para mim isso é utopia. Portanto, o importante é criar algum nível de organização que dê ao movimento popular uma estrutura capaz de enfrentar o Estado. Porque esse novo Estado, o Estado socialista é nele que está o desafio do movimento popular que é construir um Estado controlado pela base. Esse Estado controlado pela base não interessa a muita gente dentro dos partidos políticos. É esse o desafio do movimento: dentro dos próprios partidos ter essa influência e não perder essa vitalidade, esse novo de prática e ação política. Por isso o movimento tem que manter sua independência, a sua estrutura, manter o seu projeto para que os partidos não desvirtuem o seu sentido. Porque a gana de poder, como foi a do PMDB, pode acontecer perfeitamente com o PT e com os PCs, caso o movimento popular não tenha garra, não tenha força de fazer valer sua proposta política.

Pedro - Temos que sair um pouco do plano do discurso, do desiderato, e pensar onde estão os limites hoje, de algum tipo de articulação do movimento popular. Se me perguntarem hoje quanto à possibilidade

concreta de algum tipo de instituição, de entidade, que congregue os movimentos populares, digo que realmente tenho minhas dúvidas. Não acredito em termos globais, mas acredito em termos setoriais.

... é necessário se romper com determinadas concepções que nos remetem a situações de imobilismo ou até de composição com algumas propostas da burguesia. Determinadas posições nossas são até absorvidas pela burguesia...

Está aí, para comprovar, a experiência que estão fazendo com o Solo Urbano. Não acredito em experiência como a CONAM, não acho que eles têm que trilhar um outro caminho. Na verdade eles existem há muitos anos enquanto aparelho. Eles são uma mera aglutinação de pseudos representantes e pseudos movimentos. Os movimentos mais articulados - que estariam dentro da CONAM, como o movimento de favela do Rio - na verdade têm muito pouco envolvimento com a entidade. Nesse sentido, eu vou ficar com um ou dois temas que gostaria de trazer para discussão. O primeiro problema: em relação a essa necessidade de se articular, corremos o risco de cair num voluntarismo muito grande porque, no fundo, teríamos que avaliar um pouco o que significa uma articulação. Quais são os agentes que estariam colocados enquanto potenciais modificadores de um estado de coisas. O que significa articular movimentos populares? Os casos espanhol e mexicano são bastante interessantes para se pensar uma articulação, mas eles são também indicativos da estratégia políti-

co-partidária que, pelo menos no caso da Espanha, foi escamoteada, na prática das associações de moradores porque o quadro de repressão franquista era muito forte. Então, na verdade, não parecia que a articulação principal por trás das associações de moradores era o PC. Quando o PC assumiu a Prefeitura de Madri, o resultado foi desalentador pois a desarticulação entre as bases desse partido com as lideranças fez com que se esvaziasse completamente a articulação anterior. Estou dando um exemplo porque vale a pena a gente pensar sobre isso. No caso mexicano também vai muito por aí. O CONAMUP é uma experiência baseada principalmente no PC; mais é muito pequena, ou seja, só agora a esquerda mexicana está começando a pegar um pique de crescimento, mas é um pique muito lento.

... pólo classista avançado, ou o diabo de adjetivação que se queira dar - ficou pasmo, sem saber que rumo tomar...

A questão da articulação, usando o exemplo da cabeça com corpo fragmentado, não se reduz apenas ao problema de não se ter um programa. Eu não me convenço muito que a existência de um programa seja um mecanismo para a articulação se concretizar. Porque, antes do programa, estão colocadas as diferenças na orientação dos movimentos. E aí eu entraria num outro tema, ligado um pouco à questão do projeto político dos movimentos que é a distância entre lideranças e base dos movimentos. Quando se fala na frustração que existe nos movimentos a nível nacional, está-se colocando em pauta um problema que considero central: a fragilidade da maioria dos movimentos. Não gosto de ficar pensando sobre os movimentos a partir de elementos de opção permanente, pois é uma vi-

são sobre a relação entre Estado e movimento, muito pautada pelo maniqueísmo. O Brasil se configura, como a maioria dos países dominado por um Estado burguês, as coisas dependem um pouco do próprio nível de democratização que a sociedade atingir. Ou seja, está colocado como elemento fundamental se eliminar ao máximo as contraposições e as oposições. Existem situações onde é possível um processo de negociação, isto é, um reformismo que permita inclusive avanços sociais, a partir das demandas que são assimiladas pelo próprio aparelho do Estado. Então, só para concluir, vejo como muito importante refletirmos sobre os limites, mais do que sobre as potencialidades dos movimentos.

... Não deveríamos ter receitas prontas, acabadas. Não deveríamos estar tão preocupados se isso vai se materializar ou não numa central. O desafio colocado hoje é como articular todas essas lutas e conseguir que elas tenham penetração a nível de massa. É aí que a questão do partido se torna fundamental...

Porque se refletiu muito sobre as potencialidades, e tem havido muita manipulação sobre os movimentos populares, em torno de suas potencialidades. Acho também que tem havido muito pouco realismo por parte das lideranças, por parte dos organizadores, por parte daqueles que aglutinam ou se propõem a aglutinar os movimentos populares, sobre os limites que estão colocados, a partir do dado concreto e que esses movimentos, em sua grande maioria, estão na verdade represen-

tando uma congregação de moradores, de usuários, que estão lutando por necessidades básicas. E não vejo necessariamente, que essa luta por necessidades básicas extrapole para outra questões dentro da sociedade. A politização do movimento, que tem sido sempre muito enfatizada, é um tema extremamente problemático; e não vejo que essa questão esteja, necessariamente, na cabeça dos participantes do movimento. Eu diria mais uma coisa: é importante a gente refletir, criticamente, como se constrói uma consciência nos participantes do movimento face a determinados problemas. Temos muito pouca informação a esse respeito. E isso nos leva, frequentemente, no momento de refluxo, a perder um pouco a noção dos limites dados pelos próprios movimentos.

Sívio - O movimento popular, o movimento sindical, os movimentos de minorias não são portadores do projeto de uma nova sociedade. Eles lutam por melhores condições de vida, por maior espaço de participação, por coisas assim. Há limites na prática dos movimentos. Outra coisa é a proposta de um projeto político que passa pelo partido e pode passar pelos movimentos. Mas a minha dúvida é onde vai ser gerado isso. Discutir a articulação dos movimentos, ou articulação regional, não dá uma perspectiva de construção do poder popular, de um caminho para o socialismo. Uma coisa é o significado da construção de articulações. Gosto da idéia de que não são entidades, são articulações, porque a gente já sabe o quanto elas - as entidades - se burocratizam e se transformam em instâncias de poder pra baixo. Outra coisa é a seguinte: não podemos compreender o Estado brasileiro como um Estado capitalista e explorador, e ponto. Ele tem uma dinâmica própria, se renova, repensa as suas formas de dominação, responde aos desafios do movimento, divide esses movimentos. Então, cabe qualificar isso para compreendermos a diversidade que é o Brasil. Uma coisa é o que acon-

tece numa área moderna - São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre - outra realidade é a de Quixadá. As dinâmicas são diferentes. Me parece também que, quando a gente fala na correlação de forças, no refluxo, no acúmulo de experiências e tal e tal, a gente está falando num quadro, mas esse quadro é de mudança, encontra-se em processo. Da mesma forma como hoje estamos vivendo a consolidação do que chamo de pensamento conservador no espaço popular, isso também é passível de ser transformado, é passível de ser alterado. Não podemos pensar em referências ideais. A gente tem que pensar em processo. No Peru, por exemplo, há uma assembléia nacional popular que se reuniu em novembro do ano passado, com três mil entidades. Cada entidade tinha o seu programa, tinha as suas tarefas, as suas reivindicações e tal e tal. Mas as questões gerais, que envolviam a problemática na sua dimensão nacional, foram postas em uma assembléia, e não numa entidade.

... Se a gente for retomar desde as lutas de resistência do povo negro no Brasil, as lutas dos índios, as lutas - por exemplo - pela terra no país, nos séculos passados, constataremos que elas não conseguiram romper o poder que as elites detêm...

Por fim, quero fazer uma provocação. Estou achando o seguinte: a luta hoje passa pela questão da liberdade, como passou sempre, mas com formas diferentes. Construção de poder, no meu entendimento, é a luta pela democratização da sociedade civil e do Estado. Construção de um poder popular é a luta pela hegemonia nesse processo de de-

mocratização. Essas referências nos dão um norte: a prática é uma prática de enfrentamento e é também uma prática de se criar novos espaços institucionais, onde teremos que negociar as vitórias do movimento. Não dá para partir pro pau e ficar do lado de fora da negociação com o Estado, esperando que os conservadores - que estão na máquina do Governo - respondam às expectativas que o povo tem.

Fernando - Eu vou ficar nos limites deste debate. O papel deste debate é contribuir e não traçar as diretrizes da articulação, porque isso compete aos próprios movimentos. Posso quando muito, favorecer a edição dessa bendita revista e esperar que possa frutificar no meio dos movimentos este debate. Mas, para mim, parece sempre importante valorizar as instâncias próprias que o movimento criou, apesar de todas as contradições internas.

... A vitória da Nova República, até o momento, foi de desmobilizar parcialmente o movimento popular, que mesmo assim mostra seu vigor nas ocupações de terra urbana em todo o país e ao produzir um programa unitário de lutas que se concretizou na Emenda Popular de Reforma Urbana...

Em primeiro lugar, parece lúcido que a prática política sem uma perspectiva socialista é realmente uma irrelevância histórica. Mas, também, teoria aqui na mesa, sem ligação orgânica com o movimento popular, seria pouco libertadora ou ineficaz. Então, primeira coisa: espero que

este debate seja divulgado, porque já vi muita fita ser arquivada sem virar revista. Então, uma questão muito prática é que ela possa circular o máximo possível entre aqueles que, dentro do movimento popular, do movimento sindical, possam transpor a riqueza desta reflexão em instrumento, em ferramenta de trabalho. Este debate não deve se limitar ao gabinete.

Segunda coisa: o discurso aqui é muito interessante. O que se fala também é importante: movimento, articulação orgânica, federação, aparelho, entidade, representação, projeto, programa, plataforma, central, associação... O dia em que nós acertarmos as palavras já vai representar um avanço. Então, isso demonstra existir uma pluralidade de visões, de maneiras de compreender o que é essa tal de articulação que é a palavra mais repetida. Articulação é uma palavra delicada. Articular o que? Quem? Como? De qualquer forma, havia tanta variedade para dar nome para isso, até uma CEMPO, havia de tudo aqui. Então me parece interessante essa consideração, porque também depois a revista terá que tomar cuidado com isso. Cada palavra tem uma estigma por onde penetra. Determinados grupos, ao ouvirem certas palavras, já jogarão a revista no lixo.

Terceira e última consideração: atrás deste debate também estão questões muito sensíveis às lideranças do movimento popular, e, esta sim, tem muita clareza - ou, pelo menos, tem alguma clareza - sobre projeto socialista etc. Pode ser que o grosso do movimento não veja com clareza isso, mas quem está vinculado ao assunto tem clareza. Por exemplo, idéias tão claras como autonomia, condução política, poder popular, se traduzem, de um lado, a riqueza do movimento, por outro lado trazem contradições internas. Por exemplo, quando você fala da articulação, a pessoa já está mais ou menos se posicionando em certas brigas e conflitos históricos de dez, quinze anos no interior do movimento para agora ela pensar numa outra

maior que ela. Pois ela nem venceu as batalhas internas do próprio movimento, onde há rasteiras a todo momento. Então, realmente, a questão da central passa também por um problema interno de que precisa ter clareza de que o projeto é esse e que condução é essa. Por fim, uma questãozinha dentro dessa aí: é a questão do sectarismo que me parece muito presente, no movimento, nos próprios militantes ou, talvez, seja um pecado mortal. Eu, como padre, posso falar disso: um pecado mortal de todo bom militante é que ele é sectário. E nós precisaríamos talvez deflagrar um processo longo de aprendizado democrático, de firmeza e de clareza política sem sectarismo. Radicalidade sem sectarismo. Está difícil, está difícil dentro do campo do PT, do campo da CUT, do campo da Igreja, ou em qualquer campo de futebol.

... Não acredito em experiência como a CONAM, não acho que eles têm que trilhar um outro caminho. Na verdade eles existem há muitos anos enquanto aparelho. Eles são uma mera aglutinação de pseudos representantes e pseudos movimentos...

Claves - Eu queria retomar o que o companheiro argumentou que articular movimentos isolados, é utopia, e que é utópica a visão da ANAMPOS. Se a visão da ANAMPOS passasse por articular movimentos isolados seria uma utopia. Só que hoje isso revela um desconhecimento de que é a discussão hoje dentro da ANAMPOS. A ANAMPOS hoje é uma realidade e tem sido uma articulação de companheiros que estão

fazendo articulações regionais. Isso tem um peso muito importante. É o trabalho que tem sido desenvolvido por muito poucos, que é o trabalho de regionalmente ir articulando os movimentos populares. Podemos analisar quase toda as experiências de articulação mais independentes e vamos encontrar companheiros da ANAMPOS presentes junto com outros companheiros de outras forças. Não é mérito exclusivo da ANAMPOS, mas ela realizou um trabalho expressivo. É importante o que colocou a companheira, que nós temos que estar juntando a reivindicação específica com o quadro político geral para que possamos ter um avanço real nos movimentos populares, uma possibilidade de articulação, uma possibilidade efetiva de por em xeque as próprias políticas que estão aí.

... Quando o PC assumiu a Prefeitura de Madri, o resultado foi desalentador pois a desarticulação entre as bases desse partido com as lideranças fez com que se esvaziasse completamente a articulação anterior...

Agora, queria lembrar um episódio do movimento sindical. Quando estávamos fazendo parte do pólo combativo das oposições sindicais, tivemos os ENTOES - Encontros de Oposições Sindicais. Existia já uma crítica de muitos companheiros de que os ENTOES eram prematuros. Mas isso não é mais importante. O mais importante foi o seguinte: acabaram os ENTOES; e onde se poderia conseguir informações sobre os ENTOES? Em algumas entidades que assessoraram o processo dos ENTOES. Mas, no campo operário não havia essa informação. Quando

é que a gente passou a conhecer os processos de articulação, que desembocaram na CUT? Quando houve uma articulação real no campo operário, no campo sindical. Até aí o conhecimento apropriado estava fora do campo dos trabalhadores. Onde

... Eu não me convenço muito que a existência de um programa seja um mecanismo para a articulação se concretizar. Porque, antes de programa, estão colocadas as diferenças na orientação dos movimentos...

ficaram os documentos e as análises sobre o movimento Custo de Vida, do movimento dos Loteamentos Clandestinos, do movimento de moradia etc? Constatamos hoje em revistas de entidades a desarticulação do próprio movimento e até das próprias assessorias técnicas, mas principalmente dos movimentos. Para a gente quebrar isso e poder dar ao próprio movimento um caráter político, essa capacidade de visão política, esse movimentos tem que começar a se apropriar do seu próprio conhecimento. Não dá mais para esse conhecimento ser acumulado apenas por setores técnicos, como tem acontecido até hoje. E não estou aqui fazendo uma crítica de que fazem o CEDIS, e o CEPIS, que é real. E não acho que as coisas se passaram assim porque as entidades quiseram. Na situação concreta do movimento, você vai falar com quem? A FASE vem promovendo uma série de debates sobre os movimentos populares. Para quem ela pode colocar isso aí? Jogar no verso? Quem é seu interlocutor para devolver tudo isso? Não estou aqui culpando só as entidades, não. Mas é um fato presente - inclusive hoje

na própria discussão do Solo Urbano - que ainda não conseguiu devolver tudo aquilo que se acumulou do processo, da participação de todo o mundo. Não estou dizendo que não se esteja tentando. Destaco que o partido (PT), foi o que menos conseguiu devolver. Talvez porque não tenha acumulado. A não ser que o movimento consiga criar os seus próprios fóruns - e aí passa a idéia da articulação.

A articulação implica, sobretudo hoje, desenvolver as articulações regionais e setoriais. Mas, ou nós criamos esses fóruns próprios ou não conseguiremos politizar os movimentos. O Movimento de Saúde da Zona Leste consegue desenvolver cursos, consegue dar uma formação - não estou aqui discutindo o mérito -, consegue elaborar grande parte do próprio trabalho desenvolvido por seus setores técnicos e suas assessorias. Por quê? Porque conseguiu juntar, criar aliás, uma articulação que podemos questionar, mas criou uma estrutura que viabilizou o seu próprio acúmulo de conhecimento e sua própria discussão política.

Emília - Essa visão sobre assessoria de fora do movimento, pensei ter sido já superada. Vamos deixar de lado agora, depois discutimos isso.

Em primeiro lugar queria dizer o seguinte: o desânimo não é geral. Há diferenças marcantes entre as pessoas que estão aqui, o que dá muito o que pensar. Desânimo da sociedade como um todo, desânimo com a Nova República, com essa coisa toda que está aí, isto sim. Mas o movimento popular está avançando e o movimento sindical também. É impressionante como vêm acumulando e se organizando. Precisáramos, talvez, discutir este aspecto um pouco mais. Outra coisa é que muitas análises feitas sobre o movimento popular - e as entrevistas refletem bem isso - são de um pessoal que desconhece que a reivindicação é o que faz o movimento existir. A cidade é um produto e ao ser produzida, ela implica trabalho e ca-

pital, além da terra, que é apropriada pelo capital. E todo mundo desconhece isso. Outro dia estava falando com o Ovídio Dutra, presidente nacional do PT, e perguntei: Por quê o partido só enxerga o capital na fábrica? Essa questão é tão desconhecida que as pessoas não enxergam que, através do movimento popular, pode-se chegar em propostas alternativas. Por exemplo, através dos usuários de transporte, pode-se construir uma alternativa de transporte. A partir daí, é o projeto político que está em questão. Um projeto alternativo de companheiros que não concordam que primeiro se toma o poder e depois se constrói a nova sociedade e acham que se constrói enquanto caminha. E que o poder se conquista na hora que tivermos a proposta pronta, com as experiências acumuladas.

... vejo como muito importante refletirmos sobre os limites, mais do que sobre as potencialidades dos movimentos...

Penso que a Central de Movimentos Populares não está enxergando o que está aí hoje. É isso que me apavora. Não sei se as entrevistas expressam o que a ANAMPOS está pensando, mas o que elas mostram é que eles estão enxergando se há ou não possibilidade de se construir uma articulação hoje, e se ela seria bem vinda. Com relação a crítica a assessoria fora do movimento que pensei que já era uma questão superada é bom lembrar que a Oposição Sindical, enquanto não se estruturou, também não trouxe o corpo perto da cabeça. Quer dizer, o movimento é dialético. Se você levar em consideração que foi criada uma federação em Pernambuco que não é pelega e é independente, que a CBB de Belém está discutindo a Reforma Urbana na cidade de Belém e que também não é pelega, que a

FAMERJ se desfilou da CONAM, se você levar em conta avanços como esses, verá que temos uma série de entidades e federações que caberiam nessa articulação de entidades. Da mesma maneira como se tem os movimentos, as articulações nacionais deveriam ser incentivadas nas diversas áreas. Portanto, não é a diversidade que é a entidade chamada partir de uma entidade chamada Central dos Movimentos Populares, que se unificarão todas essas iniciativas. Mas é a partir de uma articulação, o que é diferente. Unidade nós vamos conseguir em cima de algumas questões, não em cima de um aparelho. É disso que também tenho medo. Para os sindicatos, vale a Central Única dos Trabalhadores. Para os movimentos populares, a coisa é mais complicada. Acredito realmente que os movimentos têm que avançar em propostas alternativas. Temos que ter o nosso projeto político. O movimento de moradia é fragmentado, infelizmente, mas ele vai construir a sua proposta política. Mas as nossas forças estão aí latentes, crescendo e se ampliando horizontalmente. Isso é visível. Quem não enxerga o significado das ocupações de terras neste país? É absolutamente impressionante o que está explodindo. A expansão horizontal do movimento é impressionante e também não é menor em termos organizativos, o aprofundamento vertical.

... O movimento popular, o movimento sindical, os movimentos de minorias não são portadores do projeto de uma nova sociedade...

Maria da Glória - Eu só queria retomar um ponto. Há cerca de três anos escrevi um texto baseado principalmente em uma pesquisa que o Silvio elaborou em cima de uma série de entrevistas. E, nesse texto,

demarquei principalmente dois projetos: um projeto, chamei de institucionalizador e o outro transformador. Acredito que esses projetos já existem e uma parte desse conhecimento está sendo apropriada pelas bases, mas as assessorias acabam detendo uma determinada parte técnica da elaboração desse conhecimento. Nós conseguimos aqui, por exemplo, nos posicionar contra o tipo de prática desenvolvida pela CONAM, porque estamos enxergando a coisa sob outra ótica. O projeto político que costura este grupo, apesar de todas as nossas diferenças, tem um crivo, uma ruptura, um divisor de águas muito grande a separá-lo do projeto político que está costurando o tipo de articulação que a CONAM pratica. Então, acho que neste momento político pensar na questão, não de uma entidade, mas de uma articulação mais ampla, é muito importante. Importante para cumprir o papel de repassar esse conhecimento e para a formulação de um projeto que a gente tanto reclama e que está fazendo falta. Os movimentos se ressentem de uma explicitação desse projeto, pois, na realidade, ele é latente e está na cabeça de todos nós. Basicamente, vejo dois eixos: um projeto institucionalizador, que passa pela questão das conquistas imediatas através da participação popular; e um projeto transformador, que efetivamente discute e tenha como horizonte o socialismo.

Ana Maria - Eu só queria rapidamente esclarecer o seguinte: foi dito que a ANAMPOS é uma articulação de pessoas, e não de movimentos. Não desconheço esse fato. O que está difícil para a ANAMPOS é delimitar a construção de uma articulação de movimentos. Quando me referi à CEMPO, estava usando um termo que saiu do encontro de Vitória como uma possibilidade. Então, estou comunicando aqui uma coisa que foi pensada no movimento e, em nenhum momento, afirmei que uma articulação tem que ser formalizada como uma federação. Não é nesta direção que passa a minha in-

quietação. Ela vem da dificuldade de se articular movimentos de concepções diferentes, com critérios de representação próprios. Essa realidade dificulta projetar-se uma articulação que contemple toda essa diversidade e essa fragmentação. Não sou o único a sentir desta maneira, acho que essa é uma inquietação de todos nós. E, quando o pessoal da ANAMPOS discute, revela a constante protelação de criar uma central ou articulação, ou seja lá o que for.

... Gosto da idéia de que não são entidades, são articulações, porque a gente já sabe o quanto elas - as entidades - se burocratizam e se transformam em instâncias de poder pra baixo...

Como equacionar critérios que contemplem a diversidade e a fragmentação que efetivamente existem nos movimentos? E aí concordo com o Pedro, quando diz que já ressaltamos muito a virtualidade transformadora dos movimentos sociais; seja em determinada época, pela priorização das contradições urbanas, ou a atual vertente da cultura política que propõe transformar a sociedade através da conscientização e dos novos padrões de sociabilidade, de convivência democrática etc. Os movimentos estão vivenciando, na conjuntura atual, uma relação muito intensa com o Estado sem que, me parece, estejam pensando quem é efetivamente esse Estado. Não precisamos explicitar muito: é o Estado burguês, é o Estado que reproduz o capital, que reproduz a dominação. Mas com que face do Estado me relaciono na hora de fazer valer o lado reivindicativo do movimento? O movimento formula demandas e exige uma mobili-

zação de recursos políticos no interior do próprio Estado, o que implica negociação, alianças, queira ou não, se você pretende fazer valer seus objetivos. Ao mesmo tempo tem o lado expressivo do movimento, da utopia, do projeto político. Então, coloco inquietações mas estou certo que está na hora de pensarmos em certos limites que a prática está evidenciando.

Teresa Belda - Eu fiquei pensando o seguinte. Qual seria o objetivo concreto e real de uma articulação? Várias pessoas apontaram os limites dos movimentos. Eu também vou um pouco por aí, sem deixar de ter esperança, ânimo. Acho que o nosso movimento tem essas duas faces: o lado dos limites e o lado das possibilidades. Falamos sobre a fragilidade do movimento, dos tempos diferentes, de uma série de características, de diferenciações de região. Então, isso, a meu ver, traz uma certa necessidade - que não é uma necessidade nova, mas que hoje talvez se coloque de forma mais clara - de fortalecimento dos movimentos para enfrentar algumas questões. Os movimentos populares mantêm hoje um relacionamento mais direto com o Estado através de espaços institucionais porque suas demandas precisam de alguma maneira passar por experiências políticas, intervir nos órgãos públicos. Isso reforça a necessidade da preparação dos quadros do movimento, dos militantes do movimentos.

Vou pegar o exemplo de um movimento específico, partindo das suas experiências e dificuldades: o movimento de transporte. É natural que aconteça um refluxo quando as demandas são parcialmente atendidas ou quando os resultados custam a aparecer. Isto é comum tanto no movimento de transporte como nos demais. Então, acho que não é o programa que vai garantir a proposta, mas o fato de você buscar auxílio na medida em que vai construindo propostas a partir das lutas, percebendo os caminhos apontados pelas lutas. Dessa forma, você vai formulando as propostas baseando em

uma coisa que é real. Acho que a experiência que temos na área de transporte, no caso aí da Região Metropolitana de São Paulo, foi um pouco por aí. Não significa que, de repente, todo mundo alcançará o mesmo estágio. Primeiro, você tem o problema das pessoas que participam: são pessoas, não são entidades. Segundo, elas estão em estágios diferentes: algumas têm uma percepção mais ampla, outras ainda estão naquele estágio da reivindicação pessoal, não enxergam ainda nem o seu bairro. Então, se você tem esses estágios diferentes, você só consegue elaborar e fazer vingar propostas que tenham pontos em comum. A unificação passa por aí. E deve ser construída de baixo para cima - não quero dizer em termos basistas - a partir de movimentos concretos, locais, regionais e assim por diante.

...A ANAMPOS hoje é uma realidade e tem sido uma articulação de companheiros que estão fazendo articulações regionais...

Queria enfatizar duas questões: primeiro, a necessidade de propostas e critérios que, para mim, possibilitariam essa articulação; é preciso recuperar as propostas que já temos direta ou indiretamente, dos diversos movimentos; acho que isso é possível; é possível no movimento de saúde, no movimento de moradia, de loteamentos clandestinos e, também, nos movimentos de transporte. Segundo, a necessidade de fortalecer os movimentos e alcançar uma participação mais efetiva.

Teresa Lajolo - Queria continuar a reflexão sobre o desânimo. Uma vez, um padre da zona sul disse que todo movimento tem um caráter consumista, quer ganhar, quer conseguir, quer conquistar. E, quando

não consegue, pára; não adianta empurrar, não adianta fazer nada, a gente não consegue nada. Isso mostra o quanto desconhecemos com quem estamos lidando. Concordo que tanto o Estado quanto a sociedade capitalista têm discursos diferentes, formas diferenciadas de dominar e explorar. Se se pegar o período da ditadura militar ou o período de Covas, ou o período de Jânio, ver-se-á que são formas diferenciadas de exercer a mesma dominação, a mesma exploração. Em relação ao transporte, por exemplo, afirmo o seguinte: você pode matar o indivíduo de duas formas, em doses homeopáticas ou em doses cavalares. O período do Covas, em doses homeopáticas, e o do Jânio, em doses cavalares. Esta é a única diferença entre os dois, pois, no fundo, os dois sustentam uma dada situação de uma determinada sociedade, com tais e tais características. No caso do Covas, ele mantém a exploração aumentando a tarifa em doses homeopáticas, garantindo, assim, os interesses da iniciativa privada. O Jânio não só garante a iniciativa privada, como também isenta o Estado de subvencionar o transporte. Na realidade, são formas diferentes de manter a mesma dominação, principalmente a nível ideológico.

...Desânimo da sociedade como um todo, desânimo com a Nova República, com essa coisa toda que está aí, isto sim. Mas o movimento popular está avançando e o movimento sindical também...

Participar do movimento do funcionalismo na Prefeitura de São Paulo e, de repente, afirmar que não faz greve apresentando comprovante de viagem, atestado médico pra cuidar do filho doente ou dos ralos que o partam. E depois, o Jânio utiliza

isso e diz: "Quem faz greve? Ninguém. Há dias na semana que o pouco falta. E o que faço?". Isso aconteceu, inclusive com lideranças! O que está acontecendo? Como isso ainda é possível mesmo em movimentos consistentes como é o caso do funcionalismo? Ao analisar o período da ditadura militar e o período atual, verificamos que o movimento só tem trabalhado a reivindicação por si mesma. Eu também trabalhei assim. Trabalhei assim, continuamos trabalhando dessa forma e achamos que o movimento tem que ter ganhos. É interessante observar que as conquistas são cada vez menores, enquanto se acumulam as perdas. Uma delas é a degradação das condições de vida e dos serviços prestados. Por trás desta realidade, existe a política de pagar a dívida externa, custe o que custar. Qual o objetivo do congelamento da URP durante dois meses? Acumular capital para pagar a dívida externa. Como enfrentar esta situação? Para mim, é pela questão da politização, pois ela se desdobra na organização dos trabalhadores para conquistar o Estado, mas, principalmente, para nos contrapormos a ele até o momento do enfrentamento armado. Eu cheguei a ver, no Chile, bairros populares que hoje estão preparados para sua defesa. Eles constroem bombas Molotov, bombas de efeito moral para as passeatas. O exército e os carabineiros não se aproximam mais dos bairros. E quem se organiza são os próprios moradores, são os trabalhadores. Discutir, por exemplo, o que representa a fome e recusar uma atitude paternalista. Esta conduta pode resultar na organização de forma coletiva, inclusive para se dizer o seguinte: não abrimos brecha para atitudes assistencialistas, seja de qualquer instituição.

Moisés - Agora, uma questão prática. A articulação do movimento popular também passa pelo risco que corre a CUT. Hoje, a CUT já é uma central materializada. Mas, hoje, uma questão se coloca na própria CUT: até que ponto sua estrutura

realmente está conseguindo, não ser simplesmente uma referência, mas expressar integralmente as lutas dos trabalhadores que estão acontecendo nos locais de trabalho, nas fábricas? Para o movimento

... É interessante observar que as conquistas são cada vez mais menores, enquanto se acumulam as perdas. Uma delas é a degradação das condições de vida e dos serviços prestados...

sindical, acho que essas questões a nível de local de trabalho, da fábrica, já deram um passo à frente. Mas, não é o que acontece no campo do movimento popular. Por exemplo na zona leste, o nível de comunicação na luta é precário pois, se determinado bairro realiza algum tipo de luta o outro, poucos quilômetros à frente, não fica sabendo. Uma vitória que acontece aqui não é conhecida ali. A articulação é mínima mas surgiu, como proposta, um boletim para divulgação entre os vários movimentos (saúde, dos Sem Terra, de transporte). A articulação deve visar, por exemplo, garantir uma infra-estrutura aos movimentos, porque eles, na sua prática cotidiana de lutas e enfrentamento, têm dificuldades muito grande de conseguir condições materiais para reproduzir suas próprias experiências. E muitos movimentos acabam em consequência dessa dificuldade. Existe também o problema da própria formação de quadros dirigentes para esses movimentos. Mas até que ponto conseguiremos, em pleno processo de luta, desenvolver uma metodologia para a formação e crescimento das lideranças? E de lideranças capacitadas a fazer o enfrentamento e a dar um grau de qualidade maior para o movimento.

Quando se fala de articulação, estamos falando também de coisas muito práticas. Mas, se de um lado, essas coisas muito práticas são necessárias até do ponto de vista político, de outro lado é preciso tomar cuidado pois elas podem levar a uma burocratização do movimento. A precariedade da comunicação, a ausência de uma infra-estrutura básica que garanta a autonomia e a reprodução do movimento acabam funcionando como camisas-de-força. Em São Paulo é assim: aquele movimento pertence à Igreja, aquele outro ao vereador tal do PT, aquele lá é do vereador do PMDB, esse movimento é de fulano e este aqui é de beltrano. Esse é um aspecto prático o que demonstra o quanto a gente tem que superar obstáculos para avançar nessa articulação. E, nessa avaliação, vejo um lado extremamente prático que pode unir vários movimentos de diferentes naturezas. A nível da comunicação, das lutas e do enfrentamento, esses movimentos têm, em determinados momentos, muita coisa em comum.

Precisamos de um projeto de formação, um projeto de capacitação e uma série de outras coisas que são atividades práticas e sobre as quais temos que discutir e avançar.

... Precisamos de uma formação, um projeto de capacitação e uma série de outras coisas que são atividades práticas e sobre as quais temos que discutir e avançar...

Nazareno - Tenho uma preocupação com o discurso de que uma Articulação dos Movimentos Populares deva seguir o caminho da CUT. Esse discurso diz que tentaram juntar o movimento sindical, e não deu certo,

e daí saiu a CGT e saiu a CUT. Neste aspecto, espera-se que aconteça o mesmo com o movimento popular.

Acho que o movimento popular possui um ritmo diferente daquele do movimento sindical. Outro ponto é a questão do programa para os movimentos populares. No discurso de alguns companheiros sobre seu processo de elaboração, senti que há medo de fazer proposta, se elas não forem produzidas unicamente pelos militantes do movimento popular. Isso para mim é um atraso. Essa atitude a gente tem que evitar pois as propostas produzidas são resultado de um trabalho conjunto de militância e assessoria. As propostas têm seu tempo de amadurecimento no movimento. As propostas amadurecem, se tiverem que amadurecer. O primeiro ponto, para uma proposta, é ela existir. O movimento só vai captar e adotar uma proposta que tiver sentido para sua luta concreta. Mas, se ela tiver sentido, aí sim: é jogar a proposta na rua!

MOSÉS BÁSILIO LEAL - É membro da Equipe do CPV. Participa dos Movimentos Populares na Zona Leste de São Paulo, desde 1975, quando começou a militar na Pastoral da Juventude da Região Belém. Atualmente é presidente do Diretório Zonal do PT-Sapopemba/SP. Também é formado em Ciências Sociais pela PUC/SP.

ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ - É assistente social, professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, coordenadora da FASE-SP. Desenvolve trabalho de assessoria e educação popular junto a Coordenação dos Movimentos de Moradia, Autogestão e Ajuda Mútua e junto ao Mutirão da Área do Adventista na Região de Campo Limpo em São Paulo.

MARIA DA GLÓRIA GOHN - É socióloga, doutora pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da USP e livre docente da Faculdade de Arquitetura da USP. Autora e pesquisadora de movimentos sociais; tem vários livros publicados sobre o tema.

NAZARENO STANISLAU AFFONSO - É Arquiteto Urbanista, Diretor do CPV e Diretor do Instituto POLIS. Exerce o cargo de Vice Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo e é membro do Secretariado da Articulação Nacional das Lutas de Transportes - ANLUT. Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP com a tese "Chega de Enrolação Queremos Condução" publicada pela EBTU em 1985. Assessora Movimentos Populares de Transporte.

SILVIO CACCIA BAVA - Sociólogo, Presidente do POLIS, é coordenador de pesquisa do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC. Mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP com a tese "Práticas Cotidianas e Movimentos Sociais", assessora Movimentos Populares e foi membro do diretório Regional do PT-SP.

TERESA BELDA - Socióloga é membro do Conselho fiscal da Associação

Metropolitana das Entidades de Usuários de Transporte - AMUT é membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

ANA MARIA DOIMO - Socióloga, mestre pela UNICAMP e professora na Universidade Federal do Espírito Santo. Entre 1979 e 1985 acompanhou e pesquisou vários movimentos sociais na Grande Vitória - ES de onde resultaram várias publicações.

PEDRO ROBERTO JACOBI - Economista, sociólogo e mestre em planejamento urbano pela Universidade de Harvard. Doutor em sociologia e Professor da Faculdade de Educação da USP. Pesquisador do CEDEC e membro do Coletivo Editorial do Espaço, Debate - NERU. Tem várias publicações sobre o movimento sociais.

FERNANDO ALTEMEYER JR. - Padre da Paróquia de São Mateus Apóstolo, na Zona Leste da cidade de São Paulo. Participa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Pastoral Operária. É membro da diretoria do Centro de Pastoral Vergueiro.

CLÓVIS GRANADO - Membro da Coordenação Nacional da ANAMPOS. Milita nos movimentos populares da Zona Sul da cidade de São Paulo, principalmente no Movimento de Transporte. Até 1984 foi militante da Oposição Metalúrgica de São Paulo.

TERESA LAJOLO - Professora, Geógrafa e Vereadora do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, eleita em 1982 e 1988. Tem uma atuação destacada nas lutas de transporte, tanto ao nível do parlamento, como junto aos Movimento Populares.

ERMINIA MARICATO - Arquiteta e urbanista, professora da FAUUSP, autora do livro "Política Habitacional no regime militar" Vozes, 1987, e organizadora do livro "A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil Industrial", Alfa Omega, 1979. Diretora do Sindicato dos Arquitetos de SP e assessora da Articulação Nacional do Solo Urbano.

MOVIMENTO POPULAR

ENTREVISTAS

RUMO À CENTRAL DOS MOVIMENTO POPULARES
Pedro Pontual - ANAMPOS

CONGREGANDO FEDERAÇÕES ESTADUAIS
João Bosco - CONAM

CONGREGAR AS LUTAS E UNIR LIDERANÇAS
Hélio Ricardo Leite Porto - FAMERJ

MOVIMENTO COMUNITÁRIO NO RIO GRANDE
Cláudio Ney de Matos - FRACAB

ARTICULANDO AS COMUNIDADES DE FORTALEZA
Vilani de Souza Oliveira

... "UMA AVALANCHE DE OCUPAÇÕES DE TERRA"
Luiz Paulo Teixeira Ferreira - ANSUR

ASSESSORANDO O MOVIMENTO POPULAR
Jorge Eduardo Saavedra Durão - FASE

PT E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO POPULAR
Eurides Luiz Mescaloto

CAMINHOS DA UNIFICAÇÃO DAS LUTAS
Aldo Rebelo - PC do B

PCB E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
Antonio Resk

DEBATE

ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR: UM DESAFIO

Silvio Caccia Bava • Ermínia Maricato
Fernando Altemeyer Jr. • Teresa Belda
Maria da Glória Gohn • Rosângela Dias Oliveira da Paz
Teresa Lajolo • Moisés Basílio Leal
Nazareno Stanislaú Affonso • Pedro Roberto Jacobi
Ana Maria Doimo • Clóvis Granado